

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIANI WOLF

**A PEDAGOGIA VAI AO PORÃO: A PEDAGOGIA EMPRESARIAL E
EMPREENDEDORA E O PROCESSO DE NATURALIZAÇÃO DO SOCIAL**

**CURITIBA
2014**

LUCIANI WOLF

**A PEDAGOGIA VAI AO PORÃO: A PEDAGOGIA EMPRESARIAL E
EMPREENDEDORA E O PROCESSO DE NATURALIZAÇÃO DO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Área de concentração em Educação, Linha de Trabalho, Tecnologia e Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro de Melo

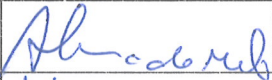


CURITIBA
2014



PARECER

Defesa de Dissertação de **LUCIANI WOLF** para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, DR. ALESSANDRO DE MELO, DR^a MARIA AUXILIADORA CAVAZOTTI e DR^a JANE MARIA DE ABREU DREWINSKI, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **“A PEDAGOGIA VAI AO PORÃO: A PEDAGOGIA EMPRESARIAL E EMPREENDEDORA E O PROCESSO DE NATURALIZAÇÃO DO SOCIAL”**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR. ALESSANDRO DE MELO		APROVADA
DR ^a MARIA AUXILIADORA CAVAZOTTI		APROVADA
DR ^a JANE MARIA DE ABREU DREWINSKI		APROVADA

Curitiba, 26 de março de 2014.



Prof^a Dr^a Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Prof^a. Dra. Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Matrícula: 125750

Dedico este trabalho à memória de Rodolfo Wolf que exercendo a função de pai e avô muito contribuiu e participou da minha formação;
Ao querido amigo e orientador
Alessandro de Melo e aos educadores que como ele
são comprometidos com as causas sociais da humanidade.

AGRADECIMENTOS

Ao terminar esse texto, faço uma breve reflexão, sei que de modo algum estou liberta suficientemente de todos os preconceitos ou opiniões que permeiam o cotidiano de muitos nessa sociedade e ainda não aprendi a evitar todas as confusões terminológicas e conceituais, mas estou certa de que a superação e o aprendizado se dão na caminhada constante. Dessa forma, não posso deixar de ser grata a todas as pessoas que vem me acompanhando nessa caminhada. A essas pessoas torna-se impossível qualquer descrição ou dedicatória perfeitas por representarem muito mais do que aquilo que cabe mencionar em uma página de agradecimentos.

Ao Deus vida, luz, ternura, força inspiradora, presença universal, que me faz bem e me impulsiona para o bem.

Aos pais pela vida.

Aos meus queridos “pais - avós” Rodolfo, que há tão pouco tempo partiu e uma falta imensa faz e Gisela, que continua presente e a iluminar minha vida, essas pessoas são as responsáveis pela transmissão dos valores mais importantes de convivência e por tantos outros incontáveis, pelos melhores momentos de felicidade que já vivi e pelo apoio familiar a que sempre estiveram dispostos. A vocês minha eterna gratidão e promessa de continuidade de tudo que me ensinaram.

A minha querida tia e madrinha Ione pelo carinho especial, apoio incondicional e principalmente pela participação em todos os momentos.

Aos tios, e ao mesmo tempo irmãos, Celso e Sueli pela presença sempre tão feliz e constante em minha vida.

Aos queridos primos Elcio, Eliane e Ederson com que tenho o privilégio do convívio fraternal.

Ao professor orientador Alessandro de Melo, pela amizade, pelo conhecimento emanado sem ressalvas, por sempre me inspirar e me ensinar a pensar mais e mais alto, o que fez surgir em mim uma profunda admiração e consideração.

Ao professor Paulo Guilhermeti, que me orientou nos primeiros trabalhos acadêmicos e me auxiliou rumo aos primeiros passos da docência no Ensino Superior, grata pela confiança e pelo aprendizado.

As professoras Jane Drewinski e Maria auxiliadora Cavazotti por aceitarem participar da banca de qualificação e defesa e por terem oferecido contribuições valiosas para essa dissertação, o meu carinho especial.

Ao corpo docente e aos que ocupam outras funções no PPGE/UFPR por tudo o que compartilhamos.

Aos colegas discentes do mestrado e doutorado em Educação com os quais tive a alegria de cursar as disciplinas.

Aos professores do DEPED/UNICENTRO que foram meus colegas e aos acadêmicos da instituição que foram meus alunos nos anos de 2011 a 2013 pelo conhecimento e amizade partilhados.

A todas as pessoas a que sou unida pela amizade, por esse sentimento bonito que sempre transborda.

A essas agradeço além de tudo pelo amor, atenção e apoio e convicta estou de que nada do que aconteceu poderia ter sido melhor e maior! E, por fim, se deixei de mencionar alguém: deixo o meu abraço!

As circunstâncias fazem os homens assim como
os homens fazem as circunstâncias

Marx e Engels

RESUMO

O presente trabalho é estimulado pela reflexão sobre as chamadas pedagogias empresarial e empreendedora que vem ganhando espaço no âmbito educacional por meio da adesão acrítica a estas correntes pedagógicas, principalmente pelos educadores. O objetivo é o de realizar uma análise dos fundamentos das pedagogias empresarial e empreendedora, relacionando-as com os ditames gerais da sociedade capitalista, principalmente no que diz respeito à formação dos trabalhadores. No que se refere ao empreendedorismo e sua “pedagogia”, esta reforça o modelo de formação capitalista, pautada na flexibilidade para a adaptação a ambientes cambiantes, na responsabilização individual pela busca de oportunidades e iniciativa, correr riscos, exigir qualidade e eficiência, ser persistente e comprometido, buscar informações, estabelecer metas, saber persuadir e ainda ser independente e auto-confiante. Para a pedagogia empreendedora, enfim, a ideia é formar um indivíduo que seja o único responsável pelo seu “destino” no mundo do trabalho e em outras esferas da vida social. No caso da Pedagogia Empresarial, o que resulta é a naturalização do empreendedor e da empresa como organização social por excelência, e o papel naturalizador do pedagogo nas organizações, qual seja, o de moldar os trabalhadores segundo o perfil e a filosofia da empresa. A crítica principal adotada é a da ausência de uma discussão teórica densa no seio da literatura que embasa as pedagogias estudadas, bem como a sua filiação aos ditames da ideologia capitalista hodierna, cujo papel é o de adaptar os homens à sociedade e naturaliza-la. A metodologia adotada para o estudo foi a revisão bibliográfica tanto dos textos advindos das pedagogias empresarial e empreendedora como de autores que realizam a crítica ao projeto burguês de educação. A perspectiva da crítica adotada parte de uma concepção marxista de educação, que tem como projeto de educação uma formação voltada ao mais alto grau de desenvolvimento do indivíduo, e não sua mera adaptação à sociedade. Os resultados permitem evidenciar a necessidade de uma crítica às pedagogias empresarial e empreendedora, e por meio delas das formas ideológicas com que se concretiza, se mantém e se desenvolve a sociedade do capitalista, tendo como objetivo final a constituição das bases para uma teoria pedagógica realmente comprometida com a transformação social.

Palavras-Chave: Pedagogia Empreendedora. Pedagogia Empresarial. Naturalização do Social. Trabalho e Educação.

ABSTRACT

This work is based on reflections about called enterprising and entrepreneurial pedagogies. They have gotten more and more importance in educational area especially because some educators are used to agree them without a review. The objective is analyzing principles of enterprising and entrepreneurial pedagogies associating them with general precepts from capitalist society especially about workers' education. About entrepreneurship and its pedagogy, it encourages the capitalist pattern based on flexibility for adaptation to changing environments, on individual responsibility to get opportunities and to have initiative, risking, on requirement of quality and efficiency, been persistent and committed, looking for information, setting goals, knowing to persuade, been independent and confident. The idea of entrepreneurial pedagogy is educating individuals to be the only ones responsible for their life in world of work and in other areas of social life. Regarding enterprising pedagogy the result is the natural view that the entrepreneur and the enterprise are a social organization for excellence and the pedagogue's natural objective into organization is educating workers according profile and philosophy of the enterprise. The principal review is there is not a deep theoretical debate in the literature that was basis for pedagogies we studied and that they are according the current capitalist ideology where the objective is adapting men to society becoming it natural. Methodology was bibliographic revision of enterprising and entrepreneurial pedagogies texts and authors who criticize the bourgeois project of education. The perspective of this review is based on a Marxist idea of education which one has a project where the education is based on the biggest level of individual's development opposed to the simple adaptation in society. Results evidence it is necessary a review of enterprising and entrepreneurial pedagogies. Based on this, it is also necessary a review of ideology where society of capital is preserved and developed. The final objective is the constitution of basis to a pedagogic theory really interested on a social transformation.

KEY-WORDS: Entrepreneurial Pedagogy. Enterprising Pedagogy. Social as Natural. Work and Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. FUNDAMENTOS SOCIAIS E PEDAGÓGICOS DA CRÍTICA DAS PEDAGOGIAS EMPRESARIAL E EMPREENDEDORA.....	18
3. PRINCÍPIOS GERAIS DAS PEDAGOGIAS EMPRESARIAL E EMPREENDEDORA.....	50
3.1 Pedagogia Empresarial.....	51
3.2 Pedagogia Empreendedora.....	76
4. AS PEDAGOGIAS EMPRESARIAL E EMPREENDEDORA E A NATURALIZAÇÃO DO SOCIAL.....	99
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	124

1. INTRODUÇÃO

As constantes reestruturações no mundo do trabalho alteram de maneira significativa a sociedade em seu conjunto, sendo que os efeitos mais nefastos são sentidos diretamente pela classe trabalhadora, que em cada período histórico enfrenta diversos desafios para conseguir sobreviver. As características do mundo do trabalho na sociedade capitalista contemporânea são marcadas pela subproletarização (ANTUNES, 2002) e outras formas de precarização do trabalho, intensificadas com o trabalho temporário, parcial, subcontratado, terceirizado etc. Ao tratar do emprego formal, o desemprego estrutural que assola a população em grande escala é, em certo sentido, camuflado com o discurso de que há trabalho para toda a população economicamente ativa, e que se as pessoas estão fora do mercado é porque não estão em condições, ou suficientemente “preparadas” e “qualificadas” para ocupar determinado posto de trabalho.

Essa concepção do preparo individual para enfrentar as situações do mercado de trabalho atualmente encontra eco em autores liberais como Hayek (1987), que parte dos pressupostos individualistas, ou seja, que se deve permitir que os indivíduos sigam seus próprios valores e preferências ao invés dos valores e preferências alheios, impostos de fora portanto. Assim, suas ideias deveriam governar sua conduta, seguindo o princípio da liberdade, máxima perante a qual todo o restante da sociabilidade deve se subordinar. Para tanto, o individualismo, na visão desse autor “é uma atitude de humildade diante desse processo social e de tolerância para com as opiniões alheias, sendo a negação perfeita da arrogância intelectual...”. (HAYEK, 1987, p.157).

Tendo como premissa esta concepção, apregoa-se, no caso do mercado de trabalho, o preparo individual como meio para que o indivíduo torne-se

empregável, e, como forma de legitimação da máxima individualista, entram em cena “teorias” como as do “empreendedorismo” e da “empregabilidade”, os quais também encontram acolhida pelas pedagogias empresarial e empreendedora, que serão temas de discussão deste trabalho. Alberto (2005) oferece significativa contribuição neste sentido ao dizer que a incidência da noção de empreendedorismo identifica a atribuição de grande importância à formação dos indivíduos que desenvolva a iniciativa e a criatividade, gerando mentes capazes de construir, agir e empreender. Portanto, o que se encontra por trás destas formulações sobre o empreendedorismo é a intenção de que é preciso desresponsabilizar o Estado pela criação de políticas de geração de emprego e renda, para colocar tão somente a responsabilidade nos ombros dos indivíduos pela sua inserção no mercado de trabalho. Trata-se aqui, também, tal como no discurso da empregabilidade, da intenção de orientar e educar os indivíduos segundo novos padrões de conduta e comportamento coerentes com o cenário em pauta.

O que é verificável no atual contexto é, que existe uma pequena parcela de trabalhadores muito especializados e uma grande massa de trabalhadores a quem se nega o direito de uma formação mais densa. É, portanto, sobre a formação desses últimos que a nossa preocupação se concentra de maneira mais contundente, já que é sobre estes que as pedagogias empresarial e empreendedora se debruçam em seus discursos ideológicos, cujos fundamentos é objetivo deste trabalho trazer à tona.

Esta pesquisa localiza-se numa perspectiva de estudar como as classes dominantes se valem de diversos mecanismos, entre os quais a educação, e neste campo nos ateremos às pedagogias empresarial e empreendedora, que atuam no sentido de formar o senso comum em torno de um projeto educativo, ou, de um discurso ideológico que tem como principal objetivo a reprodução da sociedade capitalista, com todos os custos para os trabalhadores do mundo todo. Nisso consiste o objetivo geral desse trabalho.

A formação do trabalhador, que também faz parte da retórica capitalista penetra na educação com a influência das pedagogias empresarial e empreendedora e adentram até mesmo os domínios da escola pública. A formação dos trabalhadores nesses moldes significa a disseminação pelo empreendedorismo e pela empregabilidade de um perfil de homem “cidadão” em geral, e de trabalhador em particular, e de toda forma, de um projeto de coesão social, por meio da conformação passiva das pessoas a essa sociedade.

A educação voltada para a formação de pessoas que atendam aos ditames do capital tem por base, entre outras características, a influência das pedagogias do “aprender a aprender”, base do ideário construtivista. Autores como Duarte (2006), Kuenzer (1989) e Rossler (2006), entre outros, são importantes para as reflexões sobre estas pedagogias.

O lema do “aprender a aprender” não é tomado no sentido do desenvolvimento autônomo intelectual, mas antes faz parte da *vulgata* pedagógica que atua no sentido de dar continuidade ao senso comum no discurso educacional atual por meio de um argumento que busca impressionar e convencer. O que é realizado por meio de uma exposição do que as pessoas querem, gostam e necessitam ouvir, apresentando-se como panacéia para muitos dos seus problemas. Por isso está sintonizado com a motivação, a auto-ajuda, o lazer e todas as demais categorias que incidem no cotidiano das pessoas. O que do nosso ponto de vista, pode ser entendido como um afastamento de reflexões mais profundas sobre os problemas reais, cada vez mais acentuados, que circundam os indivíduos.

O construtivismo, principal “inspiração” das pedagogias empresarial e empreendedora, tem como princípios educativos a valorização da individualidade, da autonomia, da liberdade, e da criatividade, e vende esta valorização como seu grande diferencial perante outras tendências pedagógicas. Com o intuito de exemplificar essa abordagem cabe destacar o

que o clássico Schumpeter (1982) diz a respeito da realização de novas combinações que apresentam dificuldade e são acessíveis apenas para as pessoas com certas qualidades. Para o autor, apenas poucas pessoas tem essas qualidades de liderança e só a algumas podem ter sucesso, desse modo se um ou alguns tiverem avançado com êxito, muitas dificuldades desaparecem. Outros podem então seguir o exemplo desses pioneiros, como o farão certamente, sob o estímulo do sucesso agora atingível, até que a inovação se torna habitual e sua aceitação uma questão de livre escolha.

Em nenhum momento o conteúdo apresentado por tais pedagogias, traz à baila as contradições do sistema capitalista. Antes se propõe como uma forma de transformação social dentro do modo de produção já existente. O lema tem função importante na naturalização da atual organização social, por meio da adequação do discurso pedagógico, que é uma forma de subordinação às regras do capital, de grande parte dos indivíduos que já estão conformados e adaptados a tal realidade. A apropriação das objetivações já construídas pela humanidade no decorrer dos tempos fica em segundo plano na concepção neoliberal de educação, da qual o “aprender a aprender” é um fenômeno visível.

Em defesa de uma compreensão mais densa da realidade é que defendemos a educação pautada na teoria marxista, já que esta se articula com uma luta política socialista, que indica possibilidades concretas de ações educativas, que faça avançar a formação dos indivíduos na direção da apropriação do saber científico, filosófico e artístico, que lhes permita agudizar as contradições dessa sociedade (DUARTE, 2006).

Portanto, a pesquisa pretende ser uma contribuição crítica em torno das pedagogias empresarial e empreendedora, com vistas à reflexão sobre o senso comum e o discurso ideológico característicos dessa educação que vem sendo disseminada na sociedade atual. Para isso, os estudos dos autores que defendem tais pedagogias e dos autores que realizam a crítica a essa forma de

educação que coaduna com a realidade ora estabelecida. A crítica ganha sentido quando se tem por finalidade a superação dessa estrutura social em geral, e do sistema educacional em particular.

O título da dissertação, “A pedagogia vai ao porão” é uma provocação para o debate sobre determinadas correntes que se denominam como empresarial e empreendedora. O adjetivo impresso no título tem algumas razões de ser: estas pedagogias não apresentam um cabedal teórico consistente, ficando na melhor das hipóteses, no nível do senso comum, ou, então reproduzindo argumentos pseudocientíficos, com os quais procura seduzir seus leitores. Criou-se uma espécie de subliteratura pedagógica que, se por um lado, vende livros de forma razoável, como o caso mais conhecido de Fernando Dolabela e sua pedagogia empreendedora, por outro lado não avança em nada no que se refere ao campo teórico da Pedagogia.

Em geral esta gama de textos aparece como receituário prático para a resolução de problemas ou prescrições de como e o que fazer. Neste sentido aproximam-se muitas vezes do que já é fortemente conhecido como literatura de “auto-ajuda”, com caráter pedagógico. Apesar disso não é possível menosprezar o alcance das ideias vinculadas pelas pedagogias empresarial e empreendedora, afinal de contas é cada vez mais palpável a sua presença nos cursos de Pedagogia e nas ofertas de cursos de Especialização. Seria uma discussão a parte compreender as razões de aceitação acrítica destas “pedagogias” pelos profissionais da educação.

Outra característica marcante deste campo é a capitulação total e irrestrita ao ideário burguês, tanto no que se refere à organização das empresas quanto à concepção de formação humana para a sociedade atual. Em ambos os casos, ou seja, na pedagogia empresarial e na pedagogia empreendedora, o que ocorre é um processo ideológico de naturalização das relações sociais e, no interior destas, das relações produtivas inerentes ao capitalismo. Não existe nos autores das pedagogias empresarial e empreendedora uma centelha de crítica ao processo de alienação, de

precarização do trabalho, de exploração, enfim, processos que são típicos do capitalismo. Ao contrário, o esforço parece ser o de convencer os leitores de que o cenário das empresas e do mercado de trabalho é um dado natural e, por isso, a única atitude correta é adaptar-se da melhor maneira possível, seja dentro da empresa, seja na luta por uma vaga no mercado de trabalho, ou seja, na consecução do próprio negócio.

Apesar de terem este conjunto de semelhanças de fundo, existem claras diferenças quanto aos conteúdos de cada uma das propostas. A Pedagogia Empresarial, numa discussão corporativista, visa abrir um campo de atuação para os pedagogos nas empresas, desconhecendo, ou fazendo invisível em suas propostas, que o funcionamento do mercado se regula por princípios de maximização dos lucros e economia de recursos, sendo a abertura de postos nas empresas dependente destes princípios.

O intuito das propostas da pedagogia empresarial é reforçar a tese de que o pedagogo tem um papel de formar os trabalhadores segundo as necessidades produtivas específicas da empresa, ou seja, um profissional cujo papel é tornar mais eficiente o processo de extração de mais-valia e, logo, o processo de exploração dos trabalhadores. Nesse sentido convém citar o que Kuenzer (1989) destaca sobre a educação do trabalhador para o processo capitalista, que se dá, através de formas de organização e controle do trabalho dividido, de estratégias administrativas, como rotatividade interna, alargamento da tarefa a nível de participação nas decisões, treinamento para a execução do trabalho, política salarial, política de benefícios, formas de supervisão, instruções de segurança e de saúde e assim por diante.

A pedagogia empreendedora, por sua vez tem um alcance ideológico mais amplo, ao reforçar a tese tão difundida pelo neoliberalismo, de responsabilização individual. O que podemos constatar através do que postula Alberto (2005) sobre as noções identificadas como recorrentes do contexto social e destaca a predominância de uma lógica econômica que trata a questão do desemprego pela via da precarização do trabalho informal. Para a autora “Esta lógica possibilita entender a existência do discurso que responsabiliza o

indivíduo por sua trajetória profissional baseada na flexibilidade e na ideia do indivíduo empreendedor, que não precisa da tutela do Estado...” (ALBERTO, 2005, p. 324).

A partir do fundamento da reflexão dessa autora é possível concluir que a noção de empreendedorismo é significativa no sentido de dotar os indivíduos de uma persistência em um contexto social onde predomina a restrição aos empregos formais regulamentados de alguma forma nos direitos trabalhistas. Essa noção ainda dá sentido à ideia de empregabilidade. De acordo com Cea (2008) o empreendedorismo quer contribuir para a impossibilidade de reverter o papel do mercado de trabalho formal, salvaguardando as características do padrão de acumulação que predomina no capitalismo mundializado, assim a responsabilidade sobre a situação social é de cada indivíduo separadamente. Para a autora, “estar empregado” sucumbe ante a noção de ser empreendedor. Para Cea (2008) enfrentar a problemática do desemprego, no atual contexto das relações capitalistas de produção, requer uma dupla condição: que os sujeitos busquem, deliberadamente, formas próprias e autônomas de sobrevivência, e que os mesmos se proponham a tomar a iniciativa de empresariar suas individualidades.

O que está em jogo neste caso, é uma concepção de sociabilidade, de relações humanas e do que é o ser social, que elimine a crítica e a responsabilização do sistema capitalista, em si gerador das mazelas sociais a que estão submetidos os indivíduos. Livra-se da crítica o sistema ao colocar no centro da “culpa” cada um de nós. Ao reforçar esta tese, nos parece, a pedagogia empresarial não é mais que ideologia, e, ainda uma ideologia de senso comum, sem a qualidade dos clássicos do liberalismo.

Ao longo do texto serão focadas as principais ideias da pedagogia empresarial e empreendedora, tendo como referência a totalidade das relações em que esta discussão se encontra, como até aqui foi articulado. Faz-se urgente que a Pedagogia supere tendências como as acima enunciadas, para

firmar-se como ciência da educação, e para isso é necessário à crítica radical, que aqui está apenas esboçada e a exigir novos estudos.

Este trabalho busca provocar a reflexão sobre as implicações da absorção acrítica das pedagogias empresarial e empreendedora, a qual recebe adeptos de vários níveis, áreas e campos da educação. O que por sua vez naturaliza o problema social do desemprego e de outras formas de alienação. A educação, proposta pelos ideólogos do capital, e incorporada acriticamente por inúmeras entidades educacionais e pelos educadores, contribui para disfarçar realidade sob falsas aparências.

Os fundamentos da pesquisa localizam-se na perspectiva de abordar como as pedagogias empresarial e empreendedora atuam no sentido de naturalizar a concepção da ordem social, ora estabelecida, por meio da compreensão conceitual, baseada no estudo de diversos teóricos do campo do marxismo (ALBERTO, 2005; ANTUNES, 2002, 2008; CEA, 2008; DUARTE, 1993, 2006, 2008; DREWINSKI, 2009; ENGELS, 2004; GRAMSCI, 1988; KUENZER, 1989; MELO, 2010; MONTAÑO, 1999; MORAES, s/d; NETTO, 1985; RAMOS, s/d; ROSSLER, 2006).

Portanto, as explanações aqui expostas estão apoiadas nas ideias desses autores. Realizou-se também uma análise de obras acerca das pedagogias empresarial e empreendedora, objeto de estudo desta dissertação, procurou-se selecionar alguns autores que vem discutindo o tema atualmente e que tem repercussões mais significativas no campo da pedagogia como é caso de Fernando Dolabela e outros como (BOBEDA, 2004; FONSECA, 2007; GRECO, 2003; HOLTZ, S/A; LOPES, 2011; MICHEL E GOMES, 2004; MORETTO, 2011; NICHETTI S/A; PREVIDELLI E SELA, 2006; RIBEIRO, 2010). E por fim procurou-se nos clássicos liberais e do empreendedorismo (DORNELAS, 2003; DURKHEIM, 1972; DRUCKER, 2005; HAYEK, 1985; 1987; SCHUMPETER, 1997) verificar como se funda essa perspectiva, bem como contrapor algumas ideias das pedagogias em debate que nem sempre baseiam-se nos mesmos.

A metodologia utilizada foi a pesquisa de cunho bibliográfico a partir da análise do referencial acima apresentado, portanto os resultados aqui explicitados advém da constatação da existência de um cabedal teórico na área pedagógica, acrítico e destituído de aprofundamento científico e do estudo dos teóricos marxistas que foram significativos para a compreensão de como essas pedagogias ficam em nível de um discurso de senso comum bem como da necessidade da superação dessas correntes pedagógicas recebidas, muitas vezes de maneira passiva, por parte significativa de indivíduos que compõe o ramo da pedagogia.

A limitação desse estudo reside principalmente no fato da limitação do tempo necessário para um aprofundamento das ideias e conceitos e para a ampliação do referencial estudado. Portanto, a pesquisa aqui empreendida exige novos estudos, tratamentos e aprofundamentos.

2. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA COMO FUNDAMENTOS DA CRÍTICA ÀS PEDAGOGIAS EMPRESARIAL E EMPREENDEDORA

As pedagogias que este trabalho se propõe analisar se denominam como pedagogia empresarial e empreendedora, concebidas com fortes traços do ideário construtivista (DUARTE, 2006), tem como fundamento explicitado pelos seus autores a ênfase numa concepção de sociedade em constante mudança e, por isso, apresentam-se como pedagogias transformadoras.

O que permeia a “teoria” dessas pedagogias é a ênfase aos métodos em detrimento da teoria propriamente dita; o esvaziamento da teoria e a ênfase na prática; a formação de indivíduos que atendam as “exigências” contemporâneas da sociedade, ou seja, pessoas que saibam antes de tudo conviver de forma harmônica e cooperativa nos ambientes de trabalho e na própria sociedade, capazes de: aprender sempre e em qualquer circunstância, de forma criativa e inovadora, adquirir competências e habilidades para o mercado de trabalho e, mais recentemente, almejar algo e buscar concretizá-lo por meio de capacidades, esforços próprios e responsabilidade, em síntese, o indivíduo empregável e empreendedor.

No cenário macrossocial certo campo da pedagogia que se pauta nestes princípios dispõe-se a endossar, mesmo que limitadamente, todo este conjunto ideológico, como é o caso das pedagogias empresarial e empreendedora, que serão tratadas no segundo capítulo deste trabalho. Antes desta análise particular, no entanto, faz-se necessário adentrar no cenário macrossocial, de onde podemos, a partir das análises do mundo do trabalho em mudança (ANTUNES, 2002; 2008; KUENZER, 1989; MELO, 2010), observar os fundamentos sociais das pedagogias empresarial e empreendedora.

Na tese de Melo (2010) o autor faz uma síntese do percurso do trabalho no capitalismo, tomando como ponto de partida a análise de Marx no Livro I de O Capital, nos capítulos da Cooperação (cap. XI) à Maquinaria e Grande Indústria (cap.XIII), até as formas predominantes no século XX, especialmente

o taylorismo/fordismo e o toyotismo. A ideia deste autor é a captura das continuidades e descontinuidades neste processo no que se refere à formação da classe trabalhadora, o que no caso desta pesquisa é tema relevante.

Para ficar nas formas do século XX, o mesmo autor destaca que a gênese do taylorismo situa-se no desenvolvimento do maquinário e da administração das empresas para a continuidade e desenvolvimento da acumulação capitalista. Consiste em uma forma de trabalho baseado na cisão entre concepção e execução do trabalho, bem como no controle do tempo e dos movimentos dos trabalhadores por meio da gerência. Nesse sentido, pode-se dizer que há uma fragmentação e enfraquecimento entre trabalho e ciência, do ponto de vista dos trabalhadores. Para estes resta a prática, o “saber fazer”.

Para Kuenzer (1989, p. 13):

A divisão do trabalho, ao determinar a hierarquização do trabalhador coletivo, determina também, relações específicas de trabalho que tem profundas implicações sobre a educação do trabalhador e que reproduzem as relações de poder do capital sobre o trabalho. Essas relações só podem ser compreendidas a partir da análise do modo de produção e das formas de organização do processo produtivo.

Já o clássico liberal Hayek (1987) aponta que neste século, o trabalhador ocidental havia alcançado um grau de conforto material, segurança e independência que parecia impossível antes e que, portanto, a consequência mais significativa é a consciência de poder sobre o próprio destino, a convicção das infinitas possibilidades de melhorar a própria sorte, adquiridas pelo homem em virtude daquilo que já havia alcançado por meio da ambição. O mesmo autor argumenta que:

No decorrer da era liberal, a progressiva divisão do trabalho criou uma situação em que quase todas as nossas atividades passaram a fazer parte de um processo social. É impossível inverter o rumo dessa evolução, pois só em virtude dela é que podemos manter a população, hoje tão numerosa, dentro de padrões mais ou menos semelhantes aos atuais. Mas, como resultado, a substituição da concorrência pelo planejamento central exigiria um controle muito maior sobre a nossa vida do que até hoje foi tentado. Essa ingerência não poderia limitar-se

àquilo que consideremos nossas atividades econômicas, porque hoje dependemos em quase tudo das atividades econômicas dos nossos semelhantes. A paixão pela “satisfação coletiva das nossas necessidades”, com que os socialistas souberam tão bem preparar o caminho para o totalitarismo, e segundo a qual nossos prazeres e necessidades deveriam ser satisfeitos à hora marcada e na forma prescrita, pretende ser em parte um meio de educação política. Mas também decorre das exigências da planificação, cuja essência é privar-nos da liberdade de escolha para nos dar aquilo que mais se ajuste ao plano, no momento determinado pelo plano. (HAYEK, 1987, p. 106 -107).

No entanto, nos contrapomos ao que foi acima exposto pelo autor liberal, do nosso ponto de vista, o que existe é uma hierarquização rígida, onde o poder central da gerência impõe aos trabalhadores os modos, os tempos, as regras, e as formas para a execução do trabalho, o que torna viva a crítica de Marx em seus Manuscritos de 1844 sobre o trabalho alienado, a seguir citado:

Primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. Seu caráter alienado é claramente atestado pelo fato, de logo que não haja compulsão física ou outra qualquer, ser evitado como uma praga. O trabalho exteriorizado, trabalho em que o homem se aliena a si mesmo, é um trabalho de sacrifício próprio, de mortificação. Por fim, o caráter exteriorizado do trabalho para o trabalhador é demonstrado por não ser o trabalho dele mesmo, mas trabalho para outrem, por no trabalho ele não se pertencer a si mesmo, mas sim a outra pessoa. (MARX, s/d, p. 6).

Assim vemos de acordo com Marx que o trabalho alienado, aliena o homem de si mesmo. Com a finalidade de complementar essa explicação recorreremos a Kuenzer (1989, p.33):

Esta alienação se dá em dois planos: o subjetivo e o objetivo. Considerada do ângulo subjetivo, a alienação significa o não

reconhecimento de si mesmo nos seus produtos, na sua atividade produtiva e nos demais homens, que lhe surgem como seres estranhos e exteriores a si. Independentemente do que possa sentir o operário a alienação tem um conteúdo objetivo, evidenciado pela sua pauperização material e espiritual em contraste com a riqueza que produz; o trabalho alienado, além de produzir mercadoria, produz a força de trabalho como mercadoria; o produto do trabalho se traduz em puro meio de subsistência e não em uma atividade vital; o operário é separado de seu produto e dos meios de produção, que são apropriados pelo capitalista.

O fordismo, fundado pelo empresário Henry Ford, adota e aprofunda em alguns aspectos o taylorismo e assim, implementa a linha de montagem e a produção em massa. A forma de trabalho intensificados implementados por Ford, e com os princípios tayloristas, encontrou resistência por parte da classe trabalhadora, o que foi trabalhado por Gramsci nos Cadernos do Cárcere, no famoso “Americanismo e fordismo” (GRAMSCI, 1988).

Kuenzer (1989) a partir do estudo Gramsci (1978) retrata o fenômeno do fordismo da seguinte forma:

só foi possível a partir das condições próprias do desenvolvimento do capitalismo americano que permitiu a racionalização da produção através da combinação da força representada pela desmobilização das organizações operárias livres com a persuasão através de “altos salários, benefícios sociais, propaganda ideológica e política habilíssima, para finalmente basear toda a vida do país na produção. A hegemonia vem da fábrica, e para ser exercida só necessita de uma qualidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia.” (GRAMSCI, 1978, p. 382 apud KUENZER, 1989, p. 50).

O toyotismo, ou produção flexível idealizado por Taiichi Ohno, tinha como pressuposto a máxima utilização da força de trabalho. A mudança no perfil desse trabalhador é sintetizado por Melo (2010, p. 42):

Enquanto no taylorismo os problemas da linha de produção ficavam por conta dos trabalhadores especializados em manutenção, especialmente os técnicos, supervisores e engenheiros, no toyotismo a identificação e resolução dos problemas fica a cargo dos próprios trabalhadores, sendo esta capacidade incorporada como parte de sua especialidade.

Conforme Antunes (2002) no capitalismo contemporâneo observa-se, por um lado, a desproletarização do trabalho industrial fabril, ou seja, uma queda da classe operária industrial tradicional, por outro, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, assim como uma heterogeneização do operariado. A subproletarização é intensificada por meio do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado característica da sociedade atual. O resultado é o alargamento do desemprego estrutural em todo o globo, ao reduzir o operariado industrial e fabril, aumenta o subproletariado, a precarização do trabalho e o assalariamento.

De acordo com Melo (2010) o estudo da formação do trabalhador no capitalismo contemporâneo tem merecido atenção de vários pesquisadores na área de trabalho e educação, com destaque para as tendências que analisam que esta formação está diretamente relacionada à evolução tecnológica da maquinaria microeletrônica e pelas novas formas de gestão do trabalho, sob o modelo de gerência flexível, ou o toyotismo. Essa forma de produção segundo Antunes (2002), estrutura-se com um número reduzido de trabalhadores, ampliando-os por meio de horas extras, contratação ou subcontratação de trabalhadores por tempo determinado. Nesse sentido uma citação do autor parece elucidativa:

A constatação parece inevitável: em plena era da informatização do trabalho, do mundo maquinal e digital, estamos conhecendo a época da informalização do trabalho, dos terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, do subproletariado. (ANTUNES, 2008)

Para Melo (2010) e outros autores, isso também desencadeou um processo de flexibilização da formação do trabalhador, ou seja, uma formação que possa se adaptar às demandas de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, tanto para os capitalistas, pressionados pela concorrência globalizada, quanto para os trabalhadores, ameaçados pelo desemprego.

Outra consequência destacada por Antunes (2002) dessa reorganização do mundo do trabalho é que, paralelamente à redução dos trabalhadores industriais, altera-se de forma significativa o trabalho que de um lado impulsiona o trabalhador para uma maior qualificação e de outro para uma maior desqualificação. Em outras palavras, há um processo de intelectualização de uma parcela da classe trabalhadora, que se encarrega de supervisionar o processo produtivo com alta tecnologia e paralelo a isso, ocorre a desqualificação em inúmeros setores operários, a desespecialização dos operários profissionais que sucede da criação dos “trabalhadores multifuncionais” com início no toyotismo. O que representou uma ameaça ao saber profissional dos trabalhadores qualificados (ANTUNES, 2008). Neste sentido, destacamos de acordo com Kuenzer (1989) que também existem duas pedagogias, uma destinada à classe trabalhadora e outra para os seus dirigentes, o que só será superado no momento em que se superar a divisão do trabalho, da teoria e da prática, ou seja,

Quando toda a forma de trabalho não se constituir em mais do que ação do homem sobre a natureza para produzir-se a si mesmo e à história, toda pedagogia será pedagogia do trabalho e, conseqüentemente, fator de desenvolvimento e humanização. (KUENZER, 1989, p.48).

De acordo com Kuenzer (1989), o controle dos trabalhadores também é realizado pela própria exclusão inerente ao mercado de trabalho, que inclui de forma subordinada, flexibilizada, precarizada, ou exclui grande parte dos trabalhadores, enquanto inclui uma minoria, altamente qualificada, com o discurso da promessa de integrar a todos por meio da empregabilidade e do empreendedorismo, no que se refere ao último cabe dizer que também o desemprego cumpre com a função de impor disciplina na medida em que impulsiona os indivíduos na criação do próprio negócio, sobrecarregando, o sujeito que empreende com toda a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso no mercado de trabalho. A seguir podemos constatar a visão de Kuenzer sobre o assunto:

Um dos argumentos que tem sido postos para invalidar essa posição é a crescente simplificação do trabalho; trata-se, porém, de argumento insuficiente que, além do mais, justifica apenas os interesses do patronato. Em primeiro lugar, porque o processo de simplificação ocorre de maneira desigual, permanecendo setores em que o trabalho continua complexo e a exigir qualificação; como estes são os postos mais bem remunerados, não é indiferente ao destino do trabalhador conhecer ou não o conteúdo de um trabalho. Em segundo lugar porque a simplificação aliada a desqualificação determina uma relação entre o homem e a máquina de forma que esta, incorporando a ciência que o trabalhador não domina o submete realmente e se volta contra ele, inviabilizando qualquer possibilidade de interferência; ou seja; está situação é o sonho do patronato, à medida que independentiza do trabalhador. (KUENZER, 1989, p.193).

De acordo com Santomé (1998) somente poucos indivíduos, muito especializados podem compreender claramente todos os passos da produção de qualquer mercadoria. Com a sofisticação tecnológica as máquinas passam a desempenhar trabalhos mais especializados deixando aos operários as atividades menos complexas, nesse processo de produção a pessoa que está diante da máquina precisa obedecê-la, portanto, “perde progressivamente sua autonomia e independência para submeter-se às vontades da máquina.” (SANTOMÉ, 1998, p.11).

Sobre as duas categorias de empregabilidade e empreendedorismo, podemos dizer que de acordo com Jorge (s/d) a empregabilidade consiste na ideia de que o trabalhador deve “qualificar-se”, no sentido de adquirir competências e habilidades da modernidade, ou determinado cabedal de conhecimentos para manter-se empregável e ainda a capacidade de aprender sempre e se reciclar quando necessário em um processo contínuo, constante e permanente, ou seja, a noção de empregabilidade transfere a responsabilidade do desemprego para o fato do trabalhador não se adequar às exigências de qualificação colocadas pela sociedade regida pelo capital, portanto, enquanto perdurar este modo de produção a sociedade irá refletir isto na forma como se organiza. O que traz intrínseca a ideologia de que há empregos para toda a

população e o que não há é a mão-de-obra preparada para atender essa demanda.

Para Drewinski (2009) a quantidade insuficiente de postos de trabalho para a população economicamente ativa é de longa data. Porém, nas últimas décadas, os empregos diminuíram sensivelmente, caracterizando grande falta de emprego e como consequência o agravamento dos problemas sociais. A autora ainda menciona que com a diminuição do emprego assalariado, houve mudanças profundas nas formas e vínculos de emprego, os quais contribuíram para o controle e disciplinamento da classe trabalhadora e também para solapar os sindicatos de classe. Kuenzer (1989) por sua vez, relata que ao lançar os trabalhadores de um ramo de produção para outro, elimina a segurança e estabilidade do trabalhador, mantendo-o sob controle, através da ameaça do desemprego.

O empreendedorismo, que além de consistir em uma forma oculta de assalariamento e permitir a proliferação de trabalhadores que sabem empreender, também ganha destaque nesse contexto neoliberal e de reestruturação produtiva, em que cresce o desemprego estrutural, onde cada vez mais pessoas do mundo todo encontram menos trabalho, o que também é consequência da conversão de trabalho vivo em trabalho morto, em que as máquinas realizam grande porcentagem do que antes era realizado por mãos humanas, não estamos, de forma alguma, querendo dizer que a evolução da tecnologia seja um ponto negativo, pelo contrário, com a tecnologia existente hoje, a possibilidade de os indivíduos trabalharem menos e disporem da maior parte do seu tempo para desenvolver suas potencialidades humanas é muito maior. Portanto, o ato de empreender nega essa possibilidade ao apregoar muito esforço, persistência e coragem na criação do próprio negócio, mesmo que para isso seja necessário estar continuamente no posto de trabalho, assim, o empreendedorismo mascara formas de exploração, em que o empreendedor explora a si próprio (ANTUNES, 2008).

Drewinski (2009, p.104) por sua vez diz que “[...] o trabalhador passa a ser o único responsável pela sua inserção no mercado de trabalho, devendo

ser o empresário de si mesmo e devendo garantir por conta própria a sua formação”. Então a capacidade de empreender apresenta-se como processo de enfrentamento e de solução aos problemas do capitalismo contemporâneo.

Ainda de acordo com Antunes (2008) na nova empresa liofilizada, onde se elimina grande massa de trabalhadores qualificados, faz-se necessário um novo tipo de trabalhadores que atualmente são chamados de maneira mistificada de colaboradores. Esses devem ser mais polivalentes, multifuncionais, diferente do que caracterizava a empresa taylorista e fordista.

O trabalho que cada vez mais as empresas buscam não é aquele fundamentado na especialização taylorista e fordista, mas o que floresceu na fase da “desespecialização multifuncional”, do “trabalho multifuncional”, que representa a intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho. Vejamos o que diz Antunes (2008):

Há, portanto, um movimento pendular vivenciado pela classe trabalhadora: por um lado, cada vez *menos* homens e mulheres *trabalham muito*, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX. Como, entretanto, os capitais não podem eliminar *completamente* o trabalho vivo, conseguem reduzi-lo em várias áreas e ampliá-lo em outras, como se vê, ao mesmo tempo, pela crescente apropriação da dimensão cognitiva do trabalho e, paralelamente, pela ampliação do trabalho desqualificado e precarizado. Aqui encontramos, então, o traço de *perenidade* do trabalho.

No outro lado do pêndulo, cada vez *mais* homens e mulheres encontram *menos trabalho*, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência à precarização do trabalho em escala global, que vai dos EUA ao Japão, da Alemanha ao México, da Inglaterra ao Brasil, sendo que a ampliação do desemprego estrutural é sua manifestação mais virulenta.

O reflexo desse cenário também pode ser visualizado na educação, mesmo que de forma particular, pois a educação sofre as conseqüências da economia de sua época. Essas mudanças no mundo do trabalho, assim como o novo perfil esperado dos trabalhadores desencadeou em novas exigências

de formação e por isso, mesmo que não em sua totalidade, a educação é foco da burguesia, que, ao mesmo tempo em que tenta oferecer uma educação de modo a elevar as habilidades exigidas pelo sistema de produção tenta impedir a aquisição de um conhecimento que permita aos trabalhadores enxergarem as contradições existentes e a sua condição de explorados.

Kuenzer (1989) afirma que a educação proposta pela burguesia historicamente não tem se caracterizado como uma educação de qualidade, para a autora a educação que esta classe propõe aos trabalhadores é consonante com seus objetivos e interesses. Vejamos:

Caracterizada por um projeto pedagógico adequado às necessidades e características da burguesia, e praticamente impermeável aos operários e a seus filhos, essa escola exerce suas funções reprodutivas pela via da exclusão. Ao mesmo tempo, são reduzidas as possibilidades concretas de escolarização para os trabalhadores já inseridos no processo produtivo, e quando estas existem, se caracterizam pela má qualidade. (KUENZER, 1989, p.190).

Melo (2010) explicita que a formação da classe trabalhadora desejada pelos industriais é uma formação básica de caráter genérico e desprovida de conteúdos densos de formação. Dessa forma, a educação básica, seria suficiente para que o trabalhador alcançasse produtividade e garantisse a acumulação do capital por meio da exploração do seu trabalho. Ainda para Kuenzer (1989) o capitalismo produz a divisão entre a teoria e a prática, originando dois tipos de ensino, com a finalidade da expansão do capital, portanto, existem duas pedagogias, uma teórica e outra prática, que não se dão de uma só forma, mas revestem-se de distintas características a depender de sua finalidade.

Drewinski (2009, p. 145) também dá uma contribuição significativa nesse sentido ao dizer que:

Fica evidente que o discurso empresarial se incorporou ao discurso educacional, direcionando os processos educativos para a formação de um novo perfil profissional que atenda as

exigências do processo produtivo integral e flexibilizado e, ao mesmo tempo, que tenha condições de enfrentar o desemprego. Ou seja, com esse perfil flexível, o trabalhador pode ser empreendedor e inovador tanto no emprego formal quanto no trabalho informal.

É inerente a esse discurso educacional a exigência da formação de um sujeito empreendedor, que seja capaz de enfrentar os desafios que se impõem no mundo do trabalho. O problema que se verifica adquire maior complexidade, já que essa forma de pensar e fazer a educação também influencia extensamente os domínios da escola. Para Kuenzer

A forma de organizar o trabalho na fábrica contém um projeto. Seu objetivo é a constituição de certo tipo de trabalhador, conveniente aos interesses capitalistas; em outros termos, propõe-se a habituação do trabalhador ao processo de trabalho concreto existente na fábrica, que embora apresente certa especificidade, nada mais é do que uma manifestação particular do trabalho capitalista em geral. Neste sentido, o projeto pedagógico que ocorre no interior da fábrica articula-se com o processo educativo geral, que se desenvolve no conjunto das relações sociais determinadas pelo capitalismo. (KUENZER, 1989, p.76)

Dessa forma, o discurso pedagógico do senso comum a respeito da educação é que esta deve possibilitar uma formação holística por meio do “aprender a aprender”, esvaziando o processo educativo como transmissão e apropriação de conhecimentos historicamente acumulados, para apregoar uma mudança que culmina cada vez mais na fragmentação do conhecimento. De acordo com Rossler (2006, p. 114):

No interior de uma sociedade como a nossa, marcada por intensos fenômenos de alienação, a contraposição do novo ao velho é bastante recorrente. Obviamente, o novo sempre ganhando conotações essencialmente positivas, em detrimento do velho, daquilo que é considerado pior, ultrapassado, superado, fora de moda, descartável etc. É nesse sentido que o novo sempre vem associado à ideia de algo qualitativamente “melhor”. Ora, em uma sociedade dominada por aparências, por valores superficiais, pragmáticos e imediatistas sempre ligados de alguma forma à produção e ao consumo o “novo” será sempre melhor e superior ao “velho”.

Para exemplificar como as “novidades” são bem vindas na educação, podemos citar a “pedagogia do parangolé”, do sociólogo Marco Silva coordenador dos cursos *latu-sensu* de informática Educativa da Faculdade de Educação UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), que no artigo “Pedagogia do parangolé – novo paradigma em educação presencial e online” discute o conceito de interatividade e os novos papéis do emissor e do receptor da mensagem, no mundo virtual. Segundo o mesmo o parangolé rompe com o modelo de comunicação baseado na transmissão. Ele é pura proposição à participação ativa do “espectador”, termo que para ele se torna inadequado e obsoleto diante da interatividade proposta pelo “parangolé”. Trata-se, então, de uma participação sensório-corporal e semântica e não mecânica. Para ele:

uma pedagogia baseada nessa disposição à co-autoria, à interatividade, requer a morte do professor narcisicamente investido do poder. Expor sua opção crítica à intervenção, à modificação, requer humildade. Mas diga-se humildade e não fraqueza ou minimização da autoria, da vontade, da ousadia. Seja na sala equipada com computadores ligados a internet, seja no site de educação à distância, seja na sala de aula “infopobre”, os professores percebem que o conhecimento não está mais centrado na emissão, na transmissão. (SILVA, s/d).

Os valores representados nas pedagogias empresarial e empreendedora difundem-se por apresentarem temáticas que fazem parte do atual cotidiano alienado das pessoas entre os quais diversidade, tolerância, liberdade, respeito, individualidade, autonomia etc. Assim, os educadores aderem essa perspectiva com entusiasmo e sem um questionamento mais crítico, sobre o que implica para a educação das novas gerações essa proposta pedagógica.

A aderência a essa postura de ensinar e aprender implica em uma castração do conhecimento culto, como demonstra Rossler (2006 p. 190): “[...] para que ensinar conhecimentos clássicos ou muito sofisticados para crianças que nunca terão oportunidade e a possibilidade real de se utilizarem desse conhecimento em seu meio?” Poderíamos acrescentar a essa crítica a seguinte ideia: para que ensinar conhecimentos clássicos ou muito sofisticados se o

mundo do trabalho requer não mais que posturas subjetivas de iniciativa, liderança, responsabilidade pessoal, liberdade, assumir riscos, entre outras, defendidas pelo empreendedorismo?

Além desses aspectos há também uma supervalorização do lúdico, do prazer, da emoção, da espontaneidade, como o apresentado na “pedagogia do parangolé”, ou seja, daquilo que faz sentido no dia-a-dia das pessoas, ou seja, daquilo que estão acostumadas, empobrecendo os conhecimentos escolares e dando ênfase ao “aprender a aprender” (DUARTE, 2006). A sintonização desse discurso com a ideologia atual visa ajustar os indivíduos aos circuitos de manutenção e valorização do capital. Segundo Rössler (2006, p. 246):

A profunda alienação presente na lógica que rege as relações sociais de produção no capitalismo veio, ao longo da história, imprimindo suas marcas na vida, no corpo e na mente dos seres humanos que nascem e vivem sob suas leis. A desumanização crescente do homem produzida pelo trabalho e pelas condições de vida na sociedade capitalista foi agravando-se e adquirindo características profundamente alienantes e embrutecedoras ao longo da história.

A desumanização a que estão submetidas às pessoas na lógica capitalista, não lhes permite uma vida em que possam desfrutar de todos os bens materiais e espirituais necessários para sua plena humanização. A pobreza material que atinge grande parcela da humanidade, não é a sua única forma de manifestação, pois até os setores da população que dispõe de bens que lhe dão garantia de moradia, alimentação e saúde, muitas vezes são privados do acesso à cultura, o que ocorre ao se produzir determinadas condições para inviabilizar tanto objetiva quanto subjetivamente a apropriação desses bens por todos. Na obra *Ideologia Alemã* Marx e Engels (1979, p.39) destacam que:

o primeiro pressuposto de toda a existência humana e de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas para viver, é preciso antes de

tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais.

De acordo com Da Mata, Klein e Silva (2010) a compreensão autêntica do ser humano precariamente escolarizado exige a consideração de sua existência dentro de uma sociedade que cria riqueza exponencialmente, bem como bens materiais e intelectuais. “Porém tais bens são acessíveis a uma pequena parcela da sociedade, e, contraditoriamente, impulsiona a miserabilidade, a massificação e a exclusão de grande parte da população” (idem, p.117).

Para Duarte (1993) o homem, assim como qualquer animal, necessita realizar uma atividade que lhe garanta a sobrevivência, mas só o homem é capaz de produzir os meios que permitam a satisfação de suas necessidades, ou seja, ele cria a realidade humana, pela transformação da natureza e conseqüentemente dele mesmo, mas para isso é necessário apropriar-se de forma constante daquilo que já existe e é patrimônio da humanidade em dada época histórica. Ainda para o mesmo autor

a formação do gênero humano vem se efetivando ao longo da história, num processo de criação das possibilidades de que a atividade humana, enquanto atividade objetivadora, social e consciente, torne-se cada vez mais livre e universal. (DUARTE, 1993, p. 59)

Pelo que se põe em evidencia na concepção representada pelas pedagogias empresarial e empreendedora, essa apropriação do histórico, do clássico, do conhecimento elaborado é posta de lado, ao evidenciar a atividade do aluno, como protagonista do seu processo de ensino-aprendizagem. Essa ênfase à ação do aluno pode levar alguns a supor que em outras concepções de ensino o aluno seja considerado um mero receptor do que lhe é ensinado, o que não se constitui em verdade, já que, segundo o próprio Rossler (2006) não há processos de ensino e nem pessoas meramente passivos, embora, Marco Silva na “pedagogia do parangolé”, defende a ideia de que os processos tradicionais de ensino, baseados na emissão e recepção devem ser deixados de lado por suscitar a passividade.

Rossler (2006) se contrapõe a tal premissa ao mencionar que por mais que alguém tente não se envolver em algum processo, mesmo assim estará fazendo algum exercício que lhe permite algum tipo de interação com o mundo exterior. De acordo com Duarte (2006) um dos postulados centrais da teoria construtivista, consiste na ideia de que o conhecimento adquirido de forma autônoma, livre e espontânea é superior ao conhecimento transmitido.

Moraes (2001) discute o constante e progressivo recuo da teoria que vem ocorrendo também nas pesquisas em educação, o que confirma a hipótese de que todos os níveis da educação sofrem atualmente um empobrecimento no que tange àquilo que é clássico. Para ela, esse processo traz implicações epistemológicas, éticas e políticas na própria produção de conhecimento. Vejamos o que ela diz:

A escola tradicional, a educação formal, as antigas referências educacionais tornam-se obsoletas. É preciso, agora, elaborar uma nova pedagogia, um projeto educativo de outra natureza. O discurso é claro: não basta apenas educar, é preciso assegurar o desenvolvimento de “competências” (*transferable skills*), valor agregado a um processo que, todavia, não é o mesmo para todos. Para alguns, exige níveis sempre mais altos de aprendizagem, posto que certas “competências” repousam no domínio teórico-metodológico que a experiência empírica, por si só, é incapaz de garantir. Para a maioria, porém, bastam as “competências”, no sentido genérico que o termo adquiriu hoje em dia, que permitem a sobrevivência nas franjas do núcleo duro de um mercado de trabalho fragmentário, com exigências cada vez mais sofisticadas e níveis de exclusão jamais vistos na história. Como se sabe, o “capitalismo tornou-se um espetáculo global para a minoria (Grupo Krisis,2000)” (MORAES, 2001, p.18).

A disputa em torno do projeto educativo e escolar coloca em confronto aqueles para os quais a escola representa uma possibilidade de humanização por meio da transmissão/apropriação dos conhecimentos e aqueles para os quais o treino de algumas habilidades e competência para o mercado de trabalho é o suficiente. Para Duarte (2006, p.49):

A saída passa a ser a de atribuir a escola a tarefa de preparar os indivíduos para estarem sempre aptos a aprender aquilo que for necessário em determinado contexto e momento de sua vida. A saída é o “aprender a aprender”. E, finalmente, admitindo implicitamente a incompatibilidade entre a lógica objetiva da reprodução do capital em escala mundial e a necessidade de valores éticos que orientam as ações humanas.

Para Kuenzer (1989) a pedagogia capitalista cria a falta de competência do trabalhador, na medida em que lhe nega o saber escolar e o saber que adquire no ambiente de trabalho é desvalorizado em função do seu caráter fragmentário com baixa sistematização e elaboração conceitual. De acordo com Da Mata, Klein e Silva (2010, p. 117):

Compreender a categoria trabalho à margem desses fundamentos significa esvaziar o conteúdo conceitual, criando um ambiente propício ao ecletismo estéril e comprometedor das intenções proclamadas à formação do trabalhador dando margem a mera certificação e ao discurso mistificador da escola, sem um processo real de aprendizagem e desenvolvimento do aluno.

Na obra “Pedagogia da fábrica” Kuenzer (1989) procura demonstrar como é vista a qualificação do trabalhador dentro de determinada empresa, o que podemos observar na transcrição da citação extraída de uma entrevista que a autora realizou para compor o trabalho, trata-se de uma entrevista com um supervisor de uma das empresas analisadas.

A qualificação do meu pessoal é boa; o que; o que falta é educação familiar, métodos para se comportar no refeitório, como se alimentar; eles comem demais e não produzem; não sabem comer; quanto ao serviço, não é necessário; o conhecimento que ele adquire na área é suficiente. (supervisor) (idem, p.158)

Dessa forma e ainda de acordo com a autora, a formação que acontece no interior da fábrica tem como objetivo central ensinar o “fazer” sem nenhuma referencia aos significados e princípios, e o saber fazer que é ensinado é fragmentado, por isso, não forma o profissional com domínio no ofício que

exerce, pois não há necessidade, já que a rotatividade de pessoal é constante. Para a mesma:

no interior da fábrica e nas relações sociais mais amplas, de um processo da afirmação/negação do saber do operário, determinado pelos interesses do capital. Ou seja, o capital, segundo suas necessidades, contraditórias, de por um lado exercer dominação pelo controle do saber, e por outro de se utilizar do saber do operário, utilizando-se para isso de critérios de valorização e desvalorização do saber teórico e do saber prático, que também são utilizados diferentemente nas distintas circunstâncias. (KUENZER, 1989, p.182).

Duarte (2006) nos ajuda a complementar a ideia exposta acima ao dizer que para se enquadrar na sociedade capitalista “o trabalhador deve estar sempre disposto a mudar de um trabalho para o outro, tendo o desemprego constantemente intercalando essa passagem.” (DUARTE, 2006, p.157)

Convém aqui mencionar a mercadorização da educação, e, por isso, a ênfase do construtivismo e, logo, da pedagogia empresarial e empreendedora, na constante mudança para o novo. Segundo Moraes (2001) a educação tornou-se um produto a mais a ser consumido, além da função de formar a força de trabalho com as “competências” úteis ao mercado, para a qual as pedagogias aqui estudadas constituem um endosso.

Outras características destas pedagogias é o ecletismo e o relativismo. Nesta direção Duarte (2006) enfatiza que a supervalorização do método em detrimento do conhecimento como produto, articula-se a uma ideia de que uma educação democrática não deve privilegiar essa ou aquela concepção ideológica, política etc. Em outras palavras, uma educação democrática, neste caso, seria uma educação relativista, segundo o autor.

Rosler (2006) denomina como processo de sedução esta aproximação e a apropriação acrítica de todo tipo de modismos presentes na educação. Diante deste contexto o autor argumenta:

Parece até que ser construtivista está tão incorporado à personalidade e ao modo de vida desses indivíduos que não seria mais possível separar a teoria do sujeito, tal é a força da

identificação espontânea que nesses casos se estabelece. Constata-se, assim, que o fato de “ser construtivista” pode ultrapassar os limites psicológicos, intelectuais e afetivos do que simplesmente ser adepto de uma teoria. (ROSSLER, 2006, p. 11)

As pedagogias que ora vimos debatendo, cumprem seu papel na sedução de muitos nessa sociedade, grande parte das pessoas tornam-se suscetíveis aos modismos sedutores, e os educadores se encantam com o que se apresenta como novo e ideal para a educação da época. Nesse processo geralmente não há uma reflexão de cunho consciente e profundo, o que equivale a dizer que as pessoas reproduzem objetivações de maneira natural e espontânea, ou seja, em uma relação alienada com o cotidiano, o que por sua vez, acaba por reprimir o desenvolvimento pleno dos indivíduos. Duarte (2006, p.30) afirma o seguinte:

É nesse quadro de luta intensa do capitalismo por sua perpetuação, que o lema “aprender a aprender” é apresentado como a palavra de ordem que caracterizaria uma educação democrática. Esse canto da sereia tem seduzido grande parcela dos intelectuais ligados à área educacional.

Porém, não basta apenas culpabilizar os educadores ou todos aqueles que adotam tal perspectiva, o problema que se impõe é de ordem social, pois uma sociedade que depende dessa forma de mentalidade, não permite o desaprisionamento dessas condições, ou seja, procura manter as pessoas sob seu controle, por meio do assalariamento, da fetichização, do consumismo etc. Pois, dar possibilidades para a libertação dessas condições, significaria quase desaparecer com essa sociedade de ilusões. Dentro de uma perspectiva marxista a superação da alienação, só é possível pela superação da forma de organização social que a determina.

A apropriação do conhecimento culto, científico e elaborado, e aí podemos destacar, o saber filosófico, artístico, político, corroboram para um viver não-alienado, em outras palavras, esse saber, permitiria que as pessoas

entendessem o seu cotidiano não de forma superficial, mas crítica, não tendo mais o particular como centro de referência.

a alienação não é uma característica essencial da vida cotidiana, nem uma característica intrínseca à natureza humana, isto é, ao seu ser; mas sim um fenômeno histórico, passível de ser superado pela superação das relações sociais de produção que estão na base da nossa sociedade e, assim, desse mesmo fenômeno. (ROSSLER, 2006, p. 50)

Ainda para o mesmo autor, em uma sociedade essencialmente marcada pelo esvaziamento material e psíquico dos indivíduos é necessário que haja símbolos, ideias, preconceitos, valores e discursos ideológicos que “expliquem, justifiquem e reproduzam tais condições e, todavia, que também sirvam a finalidade de dar um colorido diferente, irreal e ilusório e a essa mesma realidade.” (ROSSLER, 2006, p. 255).

Para Duarte (1993) a formação do indivíduo acontece na relação entre os processos de apropriação das “forças essenciais” humanas objetivadas e também de objetivação do ser humano através dessas forças, mas, é evidente, que até esse momento da história humana essas relações tem ocorrido sob relações de dominação, portanto, não podem ser considerada definitivamente como humanizadoras, nesse sentido a formação do indivíduo é também reprodução da alienação. Para o autor “na formação do indivíduo, será alienador todo processo que resultar na não-efetivação, na existência individual, das possibilidades historicamente produzidas de objetivação consciente, social, livre e universal.” (DUARTE, 1993, p.97). O autor também discorre sobre o fenômeno do fetichismo como:

uma relação alienada e alienante que os homens estabelecem com a mercadoria, como objetivação humana, pelo fato de o próprio processo de objetivação ocorrer no capitalismo sob relações sociais de dominação, isto é, sob a forma de apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho. (DUARTE, 2006, p. 129).

Essa crítica da cotidianidade e da espontaneidade não reside apenas na esfera de que essas são destituídas de cientificidade, mas também por negarem um pensar e agir autônomos, o que padroniza comportamentos e atitudes de acordo com a moda pedagógica atual. Isso é o que se presencia na vivência cotidiana, já que esta está mais suscetível aos processos de alienação. Movidos por “encantos” da atual “cultura”, os modismos ganham a preferência em relação ao aprofundamento daquilo que é tido como clássico, assim como a ação criativa também é deixada em segundo plano. Isso não significa dizer que a imitação é destituída de significado, pois isso se contrapõe a acreditar no que é clássico e nas formas pelas quais acontece a apropriação do que é clássico. A imitação, ao contrário, desempenha papel importante na apropriação do conhecimento, instrumentos e conduta pelas novas gerações, a imitação que aqui se coloca em cheque é aquela que meramente reproduz e acentua a alienação. Nos dizeres de Rössler (2006, p.284):

Afirmar as relações e aproximações entre o construtivismo e o ambiente ideológico contemporâneo significa, em outros termos, considerar as profundas e complexas relações que se estabelecem entre educação e sociedade. Ou, mais especificamente, entre a educação e a ideologia que objetivamente marca a vida dos indivíduos na sociedade contemporânea e é responsável pela manutenção e reprodução, material e simbólica de nossa sociedade.

O que foi acima discutido tem por finalidade ajudar no entendimento da difusão do ideário construtivista na educação e que encontra vasta aceitação por parte das pedagogias empresarial e empreendedora. Não estariam elas apenas reproduzindo ou imitando formas cotidianas de pensamento, sentimento e ação cotidianas? Para responder a tal questionamento, podemos mais uma vez recorrer a Rössler (2006, p. 74):

a sedução pelo ideário construtivista se dá num processo de expansão da estrutura da vida cotidiana a uma atividade não-cotidiana da vida do educador, a saber, a sua relação com as

ferramentas intelectuais de seu trabalho educativo: neste caso, a teoria construtivista.

Para Rossler (2006) a alienação do educador bem como de sua atividade tem como resultado a reprodução da alienação nas novas gerações.

De acordo com Duarte (2006) o que revigorou a presença do ideário construtivista nas últimas décadas foi a difusão da epistemologia e da psicologia genéticas de Piaget e de Emília Ferreiro como referenciais para a educação brasileira a partir dos anos 80.

Esse modelo educacional atua em parceria com toda a estrutura social, política e econômica e ideológica neoliberal. Sua força sedutora é tal, que faz com esse ideário alcance boa penetração nos círculos educacionais, sendo que um dos marcos foi a produção e disseminação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's, a partir de 1997.

Para as pedagogias aqui estudadas, pautadas no construtivismo, a educação deve preparar os indivíduos para acompanhar a sociedade em acelerado processo de mudança. Daí que o “aprender a aprender” passa a ser uma arma que cada um utiliza para tornar-se competitivo no mercado de trabalho, assim como para a sua adaptação a esta sociedade (DUARTE, 2006). Um exemplo de como esta ideologia é incorporada na *vulgata* pedagógica é dado por Moretto (MORETTO, 2003, p. 95-96):

Vamos concentrar nossa atenção nas relações que se estabelecem num ambiente determinado – a escola – a quem a sociedade encarrega de preparar o cidadão para sua vida profissional e social, tarefa que define sua função social: ajudar a formar o indivíduo, facilitando sua inserção no mundo do trabalho e do lazer.

Em primeiro lugar é preciso dizer que a escolha deste autor não é sem razão dentro do contexto deste trabalho, ou seja, escolhemos um divulgador da *vulgata* construtivista, e, portanto, com a consciência de que este não é um autor e nem sua obra é a vanguarda desta corrente pedagógica. Este autor se

encontra, portanto, pareado com aqueles utilizados para as análises das pedagogias empresarial e empreendedora, que faremos no próximo capítulo.

Em segundo lugar, o próprio conteúdo da afirmação é passível de uma análise mais detida. O autor enxerga a escola com uma função específica em preparar o indivíduo para a sua inserção profissional e social, e o faz de modo a dar a entender aos leitores que separa profissão e sociabilidade, o que, de certo modo, diz muito sobre a concepção de homem e sociedade sustentada pelo autor. Mas o conteúdo fica mais “interessante” porque a lógica do argumento do autor nos leva à seguinte conclusão: por um lado, preparar para a inserção profissional significa “facilitar” a inserção no mundo do trabalho, o que deixa transparente o objetivo de subordinar a escola ao mundo do trabalho, sem, claro, distinguir os seus fundamentos alienantes, já anteriormente tratados. Por outro lado, a formação para a vida social significa, na lógica de Moretto, “facilitar” a inserção no mundo do “lazer”, ou seja, o autor reduz a vida social ao lazer, o que não encontra eco em nenhum autor construtivista sério.

O próprio “lazer” que é mencionado por Moretto, sob a ótica do capital, de acordo com Duarte (2006), é espaço privilegiado para as diversas formas de alienação, ou seja, para as mais rebaixadas formas de manipulação de consciências, transformando os indivíduos em seres esvaziados, que só conseguem pensar dentro dos ditames a eles impostos. Vejamos a forma como o autor aborda essa contradição: “A mesma sociedade – que tanto prega a individualidade, a autonomia, a liberdade e a criatividade como seus mais altos valores -, opera nos indivíduos a mais brutal padronização e o mais brutal esvaziamento.” (DUARTE, 2006, p.9)

Mais uma característica das pedagogias do “aprender a aprender”, como as designou Duarte (2006), é o seu caráter psicologizador. Para isso, recorreremos a Ramos (s/d) que observa a passagem de um ensino centrado em saberes disciplinares a um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações concretas e específicas. Para a autora, essas

competências são definidas em relação aos processos de trabalho que os sujeitos devem compreender e dominar.

Ramos (*idem*) aponta para o significado da noção de competência no âmbito da reforma de da educação básica no Brasil que é compreendido da seguinte forma:

competências são as modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, ações e operações que utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer. As habilidades decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato do 'saber fazer'. Por meio das ações e operações, as habilidades aperfeiçoam-se e articulam-se, possibilitando nova reorganização das competências.

O construtivismo, com sua diversificação, se estabelece no desenvolvimento de uma personalidade autônoma e flexível, e associado aos saberes culturais e profissionais, tem-se o novo "saber ser", adequado às circunstâncias da atual conjuntura social, ou seja, de um indivíduo que desenvolva suas capacidades subjetivas, não apenas porque assim requer o novo regime de produção, mas também pelo desemprego deles subjacente, por isso, se exige do indivíduo, domínio e conhecimento de si mesmo, a fim de mobilizar seus recursos subjetivos em prol de sua própria sobrevivência.

Parafraseando Duarte (2006) a concepção individualizante não está presente somente quando a as análises tem como centro a abstração dos indivíduos isolados, mas também nas análises das relações entre indivíduo e meio social, que são entendidas como resultado das necessidades individuais. Essa concepção é transmitida de muitas formas, entre as quais, a disseminação da ideologia do sucesso individual, resultante da existência no sujeito de algumas qualidades, que poderíamos chamar "virtudes" como:

espírito empreendedor, criatividade, otimismo, perseverança, autoconfiança, disposição para o trabalho, domínio de técnicas atuais (tanto aquelas relativas à produção propriamente dita como aquelas relativas ao gerenciamento do empreendimento) e, principalmente crença no princípio de que a sociedade só

pode progredir se forem respeitadas as leis do mercado.”
(DUARTE, 2006, p. 140)

Portanto, para Ramos (s/d), à medida que o centro do processo educativo é o sujeito, seu projeto e sua personalidade, com vista à adaptação a instabilidade, manifesta-se um conceito de homem, como ser natural e biológico, voltado para si e para a sua sobrevivência.

Para Rossler (2006) o próprio construtivismo se consideraria substituto da teoria social da educação, ou seja, um modelo libertador, ao defender que quem fosse educado nesses moldes estabeleceria relações mais democráticas não aceitando de forma passiva a dominação.

A força da ideologia, que de acordo com Marcondes Filho (apud ROSSLER, 2006) pode ser entendida como um conjunto de ideias, procedimentos, valores, normas, pensamentos, concepções religiosas, intelectuais e filosóficas, com certa lógica e coerência interna que orienta o sujeito para determinadas ações, de forma partidária ou responsável, que penetra a consciência, e, portanto, a vida dos indivíduos, determina também as relações por eles estabelecidas. Para Rossler (2006, p.100):

(neo) liberalismo e pós-modernismo constituem-se força ideológica principal da sociedade capitalista contemporânea. Suas categorias valorativas estão presentes de forma direta ou indireta, explícita ou implícita, na consciência dos indivíduos hoje, determinando ou pré-determinando seus pensamentos, sentimentos e ações. E, de acordo com nossa interpretação, esse universo ideológico determina a atração dos educadores pelas ideias e valores contidos na retórica construtivista.

No construtivismo a atividade do aluno é o “cerne” da construção do conhecimento, daí decorre a importância que esse discurso atribui à ação física e mental do aluno, sobre a realidade. Para Ramos (s/d) esse discurso tomado como modelo didático, tem se chegado, em muitos casos, a um reducionismo metodológico, negligenciando a importância dos conceitos.

Podemos afirmar, e por isso entendemos a relevância desta análise pela via da sedução, assumida por Rossler (2006), que o mesmo fenômeno acontece em relação às pedagogias empresarial e empreendedora, objetos específicos de análise deste trabalho. As premissas defendidas pelos autores destas “pedagogias” encontram eco nas relações sociais, especificamente nas relações referentes direta ou indiretamente ao mundo do trabalho, e que sensibilizam e mobilizam os indivíduos como atores da gestão de suas próprias vidas, responsáveis, portanto, pelos seus sucessos ou fracassos. A “naturalização” dos cenários sociais pelos educadores seduzidos pode nos fazer compreender a fácil adesão acrítica a tais premissas.

O discurso que assume um caráter idealista é ainda contundente no sentido de apregoar uma transformação social por meio da adesão as práticas e ideias construtivistas, ou seja, na visão desses autores, sem essa aderência a ideias por eles concebidas não há muitas possibilidades de transformação já que a sociedade requer um indivíduo autônomo no sentido de direcionar a sua vida com capacidade e responsabilidade, daí os chavões que podemos dizer que se transformaram em ditos populares e são repetidos por grande parte dos indivíduos que inculcam os valores dessa sociedade “depende de você”, “cada um tem que fazer a sua parte”, “estudar é o melhor remédio”, “o sol nasceu pra todos” e assim por diante.

O individualismo apregoado por esse tipo de pensamento além de negar o ser como social retira toda e qualquer responsabilidade do Estado, da sociedade civil etc., pela situação em que muitos indivíduos se encontram nesta sociedade, responsabilizando-os pela sua condição de sucesso ou fracasso e acirrando cada vez mais a competição e o egoísmo.

Portanto, a ideologia aí reside, pois quem não consegue superar sua situação e ascender socialmente torna-se fracassado e a ninguém mais cabe à culpa, a não ser ao próprio indivíduo. No âmbito escolar e, mais precisamente das pedagogias empresarial e empreendedora, não é diferente, o aluno que não consegue “aprender a aprender”, ou seja, que não possui um perfil “empreendedor” também se torna “malogro” em comparação aos outros.

A centralidade no indivíduo, que tem ganhado ênfase nos discursos econômicos, políticos e sociais também ganha atenção da escola, onde o aluno é o protagonista de todo o processo pedagógico. Disso podemos inferir pelo menos duas conclusões que parecem ser as mais evidentes: 1) a escola não é responsável pelo aprendizado do aluno, mas sim o próprio aluno; 2) o professor não precisa se preocupar com a transmissão do conhecimento, já que este poderá ser criado no momento da aula e direcionado pela vontade do aluno.

Parafrazeando Rossler (2006), falar em liberdade e igualdade no desenvolvimento autônomo do eu, não significa mais que reproduzir a aspiração de uma época que se destaca pela alienação e por motivações particulares, destituída de uma relação consciente para com os valores que constituem a ideologia presente.

Outra categoria presente neste discurso é a naturalização daquilo que não é natural/espontâneo, mas antes tem sua origem na forma como se estrutura a sociedade atual. Para Duarte (2006, p. 114):

A naturalização é imobilizadora: 1) na economia porque todos ficam a espera de que as misteriosas forças do mercado levem a superação dos problemas e das crises; 2) na política porque se acredita que as verdadeiras mudanças são aquelas que ocorrem de forma espontânea e natural no cotidiano das pessoas, e, 3) na educação, porque se concebe que a formação dos seres humanos é um processo também espontâneo e natural, cabendo à escola apenas a tarefa de fornecer as condições para que se estabeleçam os mais variados tipos de interação.

As pedagogias empresarial e empreendedora também têm como objetivo essa “naturalização”, na medida em que buscam imobilizar e adaptar as pessoas ao mercado, já que tendem a disseminar uma ideologia que a mudança parte do interior dos indivíduos e não do exterior, ou seja, o sistema vigente não tem a incumbência de mudar por si só. É importante esclarecer que esta mudança que os autores das pedagogias empresarial e empreendedora se reportam nada tem a ver com uma mudança profunda nos moldes de produção capitalista.

Outra categoria levantada pelo autor dentro desta pedagogia é a contradição, pois essa perpassa toda a sociedade capitalista contemporânea e certamente não é alheia ao campo da educação escolar, essa contradição atingiu na atualidade uma forma aguda, por um lado, nunca se exigiu tanto o conhecimento e o desenvolvimento intelectual dos que atuam no processo produtivo, e por outro, a automação diminui o número de trabalhadores, gerando uma massa de desempregados e permanente ameaça de desemprego para aqueles que ainda ocupam postos de trabalho. Vejamos o que diz Duarte (2006, p. 5-6) sobre isso:

ao mesmo tempo em que o processo produtivo exige a elevação do nível intelectual dos trabalhadores para que estes possam acompanhar as mudanças tecnológicas, essa elevação do nível intelectual precisa, sob a ótica das classes dominantes, ser limitada aos aspectos mais imediatamente atrelados ao processo de reprodução da força de trabalho, evitando-se a todo o custo que o domínio do conhecimento venha a tornar-se um instrumento de luta por uma radical transformação das relações sociais de produção.

Para Duarte (2006) Fonseca (1998) não deixa dúvida de que o “aprender a aprender” é apresentado como uma arma na competição por postos de trabalho e também na luta contra o desemprego. Este lema sintetiza uma concepção educacional voltada para a formação adaptativa dos indivíduos. Entretanto, quando educadores e psicólogos apresentam o “aprender a aprender” como metodologia de formar indivíduos criativos, há de se atentar para um detalhe, a criatividade a que se referem nada tem a ver com a busca de transformações radicais na realidade social, a criatividade por esses apregoada trata-se da instrumentação dos indivíduos a fim de se adaptarem aos ditames do processo de produção capitalista.

Os intelectuais que atuam neste sentido se utilizam de um discurso vago, com a pretensão de ocultar os compromissos ideológicos, assim, a imagem que transmitem a respeito do indivíduo empreendedor e criativo, não deixa evidente a individualidade, a naturalização e a contradição inerentes a

esse discurso ideológico. De acordo com Duarte (2006) os intelectuais que atuam no sentido da expansão do capital internacional são mestres em atualizar um discurso vago, com a finalidade de esconder os discursos ideológicos. Dessa forma evitam que se torne nítida a defesa da liberdade absoluta para o capital que está por trás do discurso da liberdade individual, na defesa de um indivíduo empreendedor e criativo.

Voltamos a Ramos (s/d) para quem a escolaridade e a formação se transformaram em uma aposta incerta, onde as perspectivas de emprego e auto-emprego dependem, exclusivamente, de atributos individuais, assim, a importância da educação deslocou-se do projeto de sociedade para o projeto das pessoas. Ainda para a autora, a perspectiva integradora da educação se consolida, na promessa da empregabilidade, na tentativa de possibilitar aos jovens passagens menos traumáticas ao mundo do trabalho.

É neste contexto que as pedagogias empresarial e empreendedora, desempenham papel de sedução, pois, por um lado, tentam preparar o trabalhador de maneira condizente com a organização posta, por outro, contribuem com a disseminação da ideologia capitalista. Segundo Rossler (2006, p. 261) a sedução consiste em “um fenômeno ligado sempre ao Eu, à particularidade do indivíduo, aos seus desejos, seus interesses, suas necessidades, carências e fantasias.”.

De acordo com Duarte (2006) da instabilidade do mundo do trabalho, decorre a importância que a educação assume no capitalismo contemporâneo e, por isso, o discurso sobre a educação se destaca no plano ideológico, ou seja, para a reprodução do capital, torna-se necessária uma educação que forme trabalhadores segundo os padrões de exploração atuais, e se propaga ainda, por meio desta, que a questão do desemprego e a ainda não concretização da promessa do Brasil ingressar no Primeiro Mundo, são consequências da “má qualidade da educação” para os novos tempos, pois, uma escola com recursos pedagógicos obsoletos, conteúdos ultrapassados e professores sem iniciativa e criatividade não pode atender de forma eficiente essas exigências. Por trás desse discurso, escondem-se as contradições do

projeto neoliberal, isto é, do capitalismo contemporâneo. Dessa forma, a superação de problemas sociais passa a ser uma questão de mentalidade individual que resultaria em última instância da educação.

O esvaziamento do ser humano no capitalismo já longamente tratado pela teoria marxista encontra seu acolhimento, também na educação, imbuída na lógica capitalista, sendo assim, a finalidade desta passa a ser, segundo Duarte (2006, p. 55) “[...] tornar os indivíduos dispostos a aprender qualquer coisa, não importando o que seja, desde que seja útil à sua adaptação incessante aos ventos do mercado.” E acrescenta:

Da mesma forma que o trabalhador, no capitalismo, só possui sua força de trabalho, abstratamente concebida, o educando deve ser reduzido a alguém que está sempre disposto a aprender algo novo, pois seu único patrimônio é a capacidade de adaptação ao meio por intermédio da aprendizagem permanente. (DUARTE, 2006, p.55)

Dando continuidade à sua crítica radical ao “aprender a aprender” e as interpretações pós-modernas que tentam aproximar Vigotski a esse lema educacional, Duarte entende que:

Um dos grandes objetivos de Vigotski foi justamente o de superar o modelo biológico de desenvolvimento humano, e construir uma psicologia fundada na concepção marxista, portanto histórico-social do homem. Na psicologia marxista de Vigotski e seus seguidores está explícita a concepção de que a ontogênese humana não pode ser explicada através da relação biológica entre organismo-meio. (DUARTE, 1993, p.108).

De acordo com Duarte (2006) a Pedagogia Histórico-Crítica, tal como encontra-se esboçada, na forma de primeiras aproximações, nos trabalhos de Dermeval Saviani, é a concepção que melhor atende sua fundamentação filosófica, bem como seu compromisso político.

Sobre a Pedagogia Histórico-Crítica e suas implicações para a educação escolar convém mencionar que de acordo com Saviani (2008) que a educação

é o ato de produzir direta e intencionalmente em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pela humanidade.

Essa pedagogia surge no país em 1979 principalmente com a finalidade de responder à necessidade de encontrar alternativa à pedagogia dominante. Pautada nos clássicos como Marx e Gramsci e na corrente psicológica Histórico Cultural inaugurada por Vigotski nos anos de 1920 a Pedagogia Histórico-Crítica pode ser considerada de acordo com seu autor sinônimo de pedagogia dialética e tem como preocupação compreender a questão educacional com base no conhecimento histórico objetivo, portanto a concepção pressuposta nesta visão é o materialismo histórico.

Nessa perspectiva de ensino a questão do saber objetivo é objeto específico do trabalho escolar, ou seja, a especificidade da educação é que se predomine nas escolas o saber metódico, científico, sistematizado, elaborado, sobre o saber espontâneo, natural e assistemático. Nesse sentido, o objeto da educação diz respeito a identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos alunos e a descoberta das formas adequadas de desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Para Saviani (2008) a escola tem a ver com o problema da ciência, assim as atividades escolares devem organizar-se a partir da ciência, ou seja, o conteúdo fundamental da escola elementar é ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e sociais.

Para Gramsci (1968, p. 124) a escola ativa ainda se encontra na fase romântica, “é necessário entrar na fase “clássica”, racional, encontrando nos fins a atingir a fonte natural para elaborar os métodos e as formas.” (GRAMSCI, 1968, P.124).

Sintetizando, a tarefa que se propõe a Pedagogia Histórico-Crítica em relação a educação escolar implica: identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente; conversão do saber objetivo em saber escolar de modo que se torne assimilável pelos alunos e provimento dos meios necessários para que além de

assimilar o saber objetivo, os alunos o de produção possam compreender o processo de sua produção, bem como as tendências de transformação.

Essa pedagogia delineada por Saviani (1997) procura ainda clarificar as contradições da sociedade contemporânea, a qual se apresenta como a sociedade do conhecimento, mas que na verdade é a sociedade onde a socialização do saber é apenas uma ilusão.

O tema da “ilusão” também recebeu atenção especial por parte de Duarte que em 2008 publicou um livro com o seguinte título: “Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?”. Neste estudo o autor procura, entre outros temas de análise, analisar as implicações pedagógicas da adoção do construtivismo, que tem como consequência entre outras, secundarizar o ato de ensinar e de transmitir conhecimentos. A seguir podemos constatar o que ele relata sobre tal análise

quero frisar que considero uma grande diferença entre adotar-se o modelo interacionista e considerar-se a importância das interações no processo de conhecimento, sejam elas as interações entre sujeito e objeto ou as interações entre os sujeitos enquanto membros de uma cultura, ou ainda as interações específicas ao âmbito escolar, isto é, as interações dos alunos entre si etc. O fato de alguma corrente educacional considerar a importância dessas interações não implica que necessariamente tal corrente compartilhe do modelo interacionista. (DUARTE, 2008, p. 21-22).

Ainda para o mesmo autor a teoria piagetiana é interacionista, e o interacionismo parte de uma concepção biologizante do ser humano, esse modelo tem como fundamento conceitos como adaptação, equilíbrio, assimilação, acomodação, e, bastante recorrente a interação. (Duarte, 2006).

É nesse contexto que o ideário construtivista, também por meio de um discurso que preconiza que a interação como fundamento principal desta concepção de ensino, enquanto apregoa que outras estão baseadas na transmissão, emissão e recepção, vai se afirmando como um dos maiores e mais fortes modismos na educação, assim, seduz e move consciências a seu favor com um discurso puramente cativante e ideológico, que se propõe

mostrar caminhos para a realização de desejos, sonhos e necessidades o que não acontece de forma real na cotidianidade.

No próximo capítulo procuraremos demonstrar, por meio de revisão bibliográfica, como as pedagogias empresarial e empreendedora atuam no sentido de levar adiante um projeto de educação que em tudo se identifica com o projeto burguês de desenvolvimento e reprodução do capital, por meio do empreendedorismo, empregabilidade, naturalização do social etc. Diante disso, entende-se que não é objetivo de tais pedagogias levantar nenhum tipo de contradição existente na ordem social.

3. PRINCÍPIOS GERAIS DAS PEDAGOGIAS EMPRESARIAL E EMPREENDEDORA

O termo “Pedagogia Empresarial” foi criado pela professora Maria Luísa Marins Holtz (2006, p.28), para a qual:

a pedagogia estuda e aplica doutrinas e princípios para um programa de ação, com meios mais eficientes de formação, aperfeiçoamento e estímulo das faculdades da personalidade humana, de acordo com ideias e objetos adequados a uma determinada concepção de vida.

Para Nichetti (s/d) a pedagogia dentro do ambiente empresarial contribui de forma significativa para o crescimento pessoal do trabalhador promovendo a transformação social, ao provocar a mudança de atitudes no ambiente de trabalho e também no meio onde vive. A pedagogia na organização empresarial define com cuidado o trabalho a ser realizado e quais instrumentos são adequados à sua execução.

Nesta perspectiva de ensino, os professores também precisam ser ou tornar-se empreendedores, de acordo com tal pressuposto, não necessitam, porém, ser especialistas para desenvolver estratégias de ensino ligadas à formação de valores, cooperação, aprendizado e criatividade. Nesse sentido Drucker (2005) afirma que as empresas empreendedoras buscam pessoas e unidades que fazem sempre o seu melhor de forma criativa e diferente. Elas as destacam, separam e questionam sobre o que fazem para ter sucesso.

As pedagogias empresarial e empreendedora relacionam-se e se articulam pelos mesmos pressupostos, o que parece estar claro no trecho a seguir, de Nichetti (s/d, p.5):

a pedagogia pretende conhecer todas as dificuldades do funcionário (educando), do chefe (educador), e do ambiente de trabalho; criar princípios, atividades e hipóteses; estudar e aperfeiçoar os resultados encontrados através da atividade investigativa, preparar o funcionário (educando) para a vida mais produtiva, orientar o funcionário (educando) inexperiente, de forma programada e progressiva, adaptando-o as condições

do meio em que ele está inserido, agir adequadamente de forma disciplinadora e por fim, sua execução torna-se eficiente.

A princípio busca-se aqui fazer uma análise particular de cada uma das pedagogias em questão, observando seus princípios, bem como, suas convergências e divergências, sobre as últimas é importante frisar que, raramente aparecem, já parece nítido que essas pedagogias além de interligadas pelos mesmos pressupostos, possuem objetivos semelhantes e são regidas praticamente pela mesma metodologia.

3.1 Pedagogia empresarial

O termo pedagogia empresarial foi empregado pela primeira vez no início da década de 1980, devido ao surgimento de alguns cursos universitários sobre o tema. No princípio seu enfoque era no treinamento dos empregados nas organizações empresariais, que envolviam cursos, projetos e programas, o que foi se aperfeiçoando no decorrer do processo, tendo em vista que para surgir os resultados esperados eram necessárias equipes comprometidas com a educação a ser desenvolvida dentro das organizações.

Dada a preocupação com a formação de uma mão-de-obra afinada aos moldes da acumulação capitalista é que esta “pedagogia” vai encontrar acolhimento no interior de empresas, indústrias e demais organizações e no contexto contemporâneo procura acompanhar incessantemente a constante evolução do mundo do trabalho, caracterizado pelo trabalho assalariado.

Porém, o que aconteceu no processo da Revolução Industrial é a alienação do trabalhador em relação à sua atividade, pois o trabalhador moderno já não controla a sua atividade na totalidade, assim sua produção se torna alheia a ele próprio. Se o artesão na antiguidade ou Idade Média tinha o domínio total da sua atividade, o operário na era da industrialização passa a ser responsável por apenas uma parte do ciclo produtivo. No auge da industrialização, essa forma produtiva embrutecia o trabalhador que necessitava de pouco ou quase nenhum conhecimento para desempenhar sua função.

De acordo com a teoria marxista o trabalho é a categoria humana mais fundamental. O ser humano é o único que vive entre duas esferas intimamente articuladas: o mundo natural e o artificial, do qual ele próprio é o construtor. Vejamos a definição que Marx (2012, p.211) ricamente emprega para o termo:

Antes de tudo o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo, sua própria natureza.

O trabalho é para Marx uma atividade essencialmente humana, que distingue o homem dos outros animais e o define como ser histórico, social e cultural, que realiza suas atividades orientado por sua consciência, ou seja, o ato de pensar teleologicamente o seu produto precede o de agir, portanto, o produto que deriva do seu trabalho é um produto objetivado. Conforme Tonet (2013, p. 98),

podemos dizer que, na perspectiva marxiana, o ser social tem como ponto de partida o trabalho, síntese de teleologia e causalidade e, como tal, ato ontologicamente fundante do ser social. O trabalho, por sua vez, é a mediação através da qual o homem transforma a natureza, adequando-a aos seus fins e, ao mesmo tempo constrói a si mesmo. Da natureza do trabalho também decorre o fato de que o homem é um ser essencialmente interativo, social, universal, consciente e livre.

Para Duarte (1993) o fato de a atividade humana ser trocada por um salário, ou seja, se tornar meio de existência, não altera o fato de que as ações que o compõe tem uma significação objetiva, em outras palavras, mesmo na atividade alienada, as ações são dirigidas por objetivos conscientes. Marx (2012) diz que no fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que existiu de forma ideal, desde o início na mente do trabalhador, portanto realiza

seu objetivo na matéria natural, para isso necessita além do esforço dos órgãos que trabalham, a vontade que voltada a uma finalidade que está presente durante todo o tempo do trabalho, isso o autor define como atenção.

Assim, todo trabalho é uma ação teleológica, ou seja, orientada por uma finalidade, independente se tal atividade humanize ou aliene o indivíduo, pois em ambos os casos, faz-se necessária a participação ativa da consciência de quem trabalha. Ainda para Marx, na atividade alienada a atenção consciente do trabalhador, ou seja, quando o conteúdo exigir do trabalhador a utilização de forças “físicas e espirituais” que não sejam as mais condizentes com a sua individualidade. “Para quem compra a força de trabalho, as ações do trabalhador no processo de trabalho tem o sentido de produtoras de lucro”. (DUARTE, 1993, p. 89).

Nesse sentido, observa-se a atualidade da obra clássica de Marx, pois onde impera o trabalho assalariado, há uma grande distância do que se entende por trabalho enquanto atividade humanizadora. No contexto atual, buscam-se profissionais com competências como a polivalência e iniciativa, que sejam empreendedores, atuantes e atualizados, mas não se garante a formação plena do ser humano em todos os aspectos, levando em consideração a individualidade, mas sim o seu contrário, priorizando uma formação de cunho prático e versátil o que é compatível com o assalariamento.

Por outro lado, observamos o que tem a dizer o clássico do empreendedorismo Schumpeter (1982), sobre o salário, como um rendimento que é imputado a um serviço do trabalho.

Em livre concorrência, numa economia de trocas, esse rendimento vai para o trabalhador, mas apenas porque da livre concorrência é a remuneração de acordo com a significação marginal. Isso ocorre necessariamente apenas no sentido de que precisamente no sistema capitalista esse salário é o que suscita o esforço. (SCHUMPETER, 1982, p. 97).

Diante dessa citação podemos inferir que para o autor há que se “premiar” o indivíduo com algum tipo de remuneração para que esse se esforce

no sentido de desempenhar sua função com o mínimo de qualidade. Já na visão de Kuenzer (1989, p.118):

A negociação salarial faz parte do pacto social estabelecido pela empresa, que faz questão de remunerar melhor sua força de trabalho, esperando em troca um comportamento que se enquadre nos seus padrões de exigência: produtividade, motivação, colaboração, responsabilidade, integração e objetivos da empresa. O prêmio do salário mais alto é complementado pelos inúmeros benefícios que a empresa oferece, acrescido pela estabilidade.

No campo educacional, entra em cena o papel das pedagogias, do “aprender a aprender” cuja finalidade também é desenvolver nos trabalhadores e nas organizações essas necessidades. Ao se investir nessa educação, a empresa assegura a manutenção dos funcionários, o que de acordo com a concepção desses autores contribui para elevar a qualidade de vida no trabalho e no desempenho empresarial.

Em virtude disso, essa pedagogia se apresenta como um elo entre o desenvolvimento pessoal e as estratégias organizacionais. Lopes (2008, p.32) explica a pedagogia empresarial como:

um ramo da pedagogia que se ocupa em delinear frentes para que ocorra o desenvolvimento dos profissionais, como um diferencial entre as empresas. Ela procura favorecer uma aprendizagem significativa e o aperfeiçoamento do capital intelectual (produto da Pedagogia Empresarial) para o desenvolvimento de novas competências que atendam ao mercado de trabalho. Isso tudo aliado às competências dos profissionais da área administrativa e psicológica.

Segundo Ribeiro (2010) a pedagogia dentro da empresa constitui-se em uma recente área de atuação pedagógica, especialmente no Brasil. Esta surge da necessidade de formar/preparar mão de obra para atuação nas empresas, ou seja, como demanda interna e externa por melhor desempenho pessoal e profissional. A preocupação com o desenvolvimento dos recursos humanos é relativamente recente, porém, segundo os autores desta pedagogia esse é indispensável à melhoria organizacional, de desenvolvimento e sucesso de

todo e qualquer empreendimento, assim como, da empresa. Para Lopes (2008) a pedagogia empresarial, enquanto “ciência” ligada ao desenvolvimento de uma “aprendizagem significativa” vem contribuir para que as empresas desenvolvam esses seus grandes “diamantes” - o ser humano, nos seus aspectos intelectual, social e afetivo.

A Pedagogia Empresarial recebe, inclusive, incentivo governamental, a Lei 6297/75 que existe para dar suporte à ampliação e estruturação das mudanças no mercado de trabalho, dentre algumas parcerias entre esses dois setores podemos citar o FUNCRIANÇA, o PROUNI, Lei Rounet de Incentivo a Cultura, Lei do Audiovisual, Doações às Entidades Cíveis Sem Fins Lucrativos. Como postulam os autores da pedagogia empresarial, mais do que nunca é urgente chamar a atenção para o desenvolvimento de competências e habilidades para atingir o desempenho profissional pretendido, entretanto, as empresas não podem restringir-se apenas aos aspectos gerais da formação, ou seja, não devem abrir mão da formação técnica.

Sobre a formação de pessoal para o desempenho de funções dentro das organizações pode-se afirmar de acordo com Ribeiro (2010, p. 61) que:

Os programas de formação de recursos humanos devem contemplar a Formação Básica (aquisição de conhecimentos e habilidades básicas que facilitam a vida funcional. Relevante para os funcionários operacionais e administrativos de menor qualificação); a Formação Geral (conhecimentos de questões ligadas à Administração Pública e ao desempenho de tarefas); a Formação Específica para o Cargo (conhecimentos e habilidades para o desempenho das funções inerentes ao cargo).

Devido a alguns fatores importantes na realidade das organizações, entre os quais a baixa escolaridade dos empregados, principalmente os operários do chão da fábrica, a pedagogia empresarial se expande e torna-se sinônimo de educação e treinamento com o advento do toyotismo e da qualidade total. Fatores de conjuntura no Japão, nos anos de 50 e 60, levam essa economia ao desenvolvimento do que chamamos de toyotismo. Para Montaño (1999) a empresa japonesa enfrentava crises financeiras num país

com mercado escasso, diversificado e sem capacidade de exportação, e, portanto, precisava reduzir os custos da produção, diferente do que se fazia no modelo taylorista/fordista, é assim que surge, a necessidade de reduzir o número de trabalhadores.

No que tange à qualidade total, esta surge após a Segunda Guerra Mundial no Japão, e passa a ser assim chamada nos anos 80 e 90 tendo como pressupostos a melhoria permanente da qualidade e da produtividade. Atualmente é empregada pela maior parte das organizações que têm por finalidade atingir cada vez mais um grau elevado de perfeição. Nesse sentido, qualidade total assume o significado de melhoria permanente, para isso, torna-se mister observar custos e prazos etc.

De acordo com Michel e Gomes (2004, p.1) com “[...] a globalização atual e competitividade cada vez maior as organizações estão cada vez mais em busca de oferecer produtos e serviços com qualidade”. Desta forma, ocorre uma diminuição de custos e a competitividade ganha força, portanto, há um crescimento nesse sentido, objetivando a otimização dos resultados no ambiente organizacional. Sobre isso Schumpeter (1982, p. 89) também já discorria que:

O encanto está quebrado e os novos estabelecimentos estão surgindo continuamente sob o impulso dos lucros sedutores. Ocorre uma reorganização completa da indústria, com aumento de produção, luta concorrencial, superação dos estabelecimentos obsoletos, possível demissão de trabalhadores etc.

Nesse sentido Ribeiro (2010, p. 54) apresenta o treinamento como parte fundamental do processo de ensino-aprendizagem nos ambientes empresariais, a autora afirma que:

um treinamento estabelecido a partir de demandas compartilhadas e comprometido com a melhoria da qualidade organizacional parte de um processo de acompanhamento e apreciação sistemática do desempenho dos funcionários, com o oferecimento de *feedback* imediato.

Sobre as vantagens do treinamento a autora ainda destaca: aumento da produtividade em menos tempo, diagnóstico permanente das necessidades de formação/treinamento, acompanhamento mais preciso dos desempenhos individuais e grupais, *feedback* permanente, aprimoramento dos aspectos relacionais e motivacionais, oportunidade de valorização do aprendiz, diminuição dos desperdícios (tanto na utilização dos equipamentos, quanto na utilização do tempo) e identificação de potencialidades e talentos.

De acordo com Nichetti (s/d) com as mudanças no mundo de trabalho as empresas começaram a abrir campo para outros profissionais, entre eles o pedagogo, por ser ele a pessoa mais indicada para transferir os princípios da racionalidade, eficiência e produtividade da economia.

Como a educação tem por função contribuir para o desenvolvimento econômico e social e a escola não era preparada para oferecer uma educação adequada à profissionalização dos indivíduos, o governo brasileiro, por meio de incentivos fiscais pela Lei 6297/75, apoiou as empresas para que as mesmas preparassem a mão de obra necessária para a indústria no seu próprio interior.

De acordo com Melo (2010), no Brasil, a Confederação Nacional da Indústria – CNI é a entidade responsável pela representatividade e defesa dos interesses deste setor, com uma ampla representatividade nacional, presente em 27 estados brasileiros. A entidade, em seus documentos oficiais, entende que a sociedade atual deve ser caracterizada como a “sociedade do conhecimento”, na qual o acesso à educação e à informação assume centralidade, mas não se trata da transmissão de conhecimentos científicos ou da aquisição do que vem sendo elaborado no decorrer de toda a história pela humanidade, mas de um ecletismo, onde tudo assume caráter de validade. Melo (2010, p. 12) acrescenta que “[...] tal ecletismo faz com os industriais construam um discurso “sedutor”, que encarne os anseios de toda a sociedade e não apenas de sua própria fração de classe burguesa.”

É nesse âmbito que a função pedagógica passa a se moldar segundo os pressupostos do construtivismo, do “aprender a aprender” e de acordo com

Greco (2005) o pedagogo deixa de ser o profissional do século XIX e XX, para apresentar-se como agente de transformações frente à nova realidade.

Segundo a autora, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) evidenciou a intensidade do impacto desse novo formato social ao publicar os Referenciais para a Formação de Professores, neste documento estão contidas as novas competências do educador, bem como, as novas características de suas aulas, que devem priorizar a formação do aluno cidadão, capaz de estabelecer relações com o mundo que o cerca, analisar, pesquisar, estar atualizado e, sobretudo, aprender a aprender.

O documento acima mencionado tem por objetivo dar apoio a Universidades e Secretarias Estaduais de educação, a promover transformações efetivas nas práticas institucionais e curriculares da formação de professores, partindo do pressuposto de que os alunos precisam aprender de acordo com o que está posto nos PCNs.

O documento destaca também o novo papel do professor frente ao novo contexto social, que exige, entre outras questões, que o professor reconstrua sua prática, sendo necessário para isso “construir pontes” entre a realidade do seu trabalho e aquilo que se tem por objetivo.

A primeira parte do documento, que trata da atividade do professor no contexto atual, é marcada pela discussão sobre a “qualidade da educação” que já nos anos 90 tornou-se foco da mídia, governo, empresariado, entre outras diversas instituições. Uma educação, que se pretende de qualidade dentro dos moldes do capitalismo, precisa contribuir progressivamente para a formação de cidadãos capazes de responder aos desafios colocados pela realidade e de nela intervir, por meio de atividades diversificadas como procedimentos, valores e atitudes, baseada na construção e reconstrução de conhecimentos.

Dentro das pedagogias que ora vimos discutindo, a formação dentro da organização, que fica a cargo do pedagogo, deve além de capacitar o indivíduo para o trabalho, “repor” aquilo que a escola não deu conta. Nesse sentido, Ribeiro (2005) diz que o pedagogo encontrou uma empresa com características Taylor/Fayol/Ford, onde os trabalhadores tinham pouca escolaridade e a

função do pedagogo era quase exclusivamente treinar, bem como de averiguar as necessidades de treino, sendo para isso necessário planejar, ministrar, avaliar e conduzir alguns processos de escolarização. Talvez, nesse sentido, também torne-se evidente, o descomprometimento com a formação desse profissional que se torna muitas vezes acrítica e despolitizada.

Nichetti (s/a) afirma que no final da década de 1980 o governo se isentou de apoiar financeiramente as empresas para essa finalidade, com isto as empresas que tinham um grande número de pedagogos passaram a ficar com apenas um pedagogo e um psicólogo, diante disso, muda também o perfil desse profissional, que antes treinava os funcionários, para desempenhar a função de gestor de conhecimento, ocorre uma conscientização que o sucesso da empresa não estava somente na utilização de braços e mãos do trabalhador, mas ainda na sua capacidade inventiva e dedutiva.

Para a mesma autora os pedagogos enfrentam inúmeros desafios neste espaço, pois primeiro necessitam conhecer a filosofia da organização, com tudo que esta engendra, já que não devem se contrapor aos seus valores, crenças, política, princípios e sistemas gerenciais, portanto, há que se adequar e reproduzir fielmente a ideologia da empresa em que se insere. E as empresas, por sua vez, percebem que se não reagirem aos desafios diários e não forem capazes de desenvolver competências tendem a ser “engolidas” pelo mercado. Portanto, afirma a autora, o indivíduo inapto às mudanças tende a ficar fora do mercado de trabalho.

Para Greco (2005) a revolução pós-industrial e a globalização, surgidas com o advento industrial, caracterizam-se pela difusão tecnológica, midiática, do conhecimento e das línguas modernas e trouxeram grandes benefícios à humanidade, mas também grandes problemas sociais, o que gerou mudanças radicais no mundo do trabalho, na estrutura de produção de bens e serviços e nos mecanismos de mercado, uma progressiva desregulamentação da atividade econômica.

De acordo com Rossler (2006) vários autores afirmam que a sociedade contemporânea é marcada pela ascensão do neoliberalismo em escala

internacional. A globalização aclamada e debatida em todo o planeta, traz consigo a universalização de uma estrutura socioeconômica e política de fenômenos sociais e materiais e assim universaliza um conjunto de ideais e valores que correspondem, explicam e legitimam a mesma realidade social.

Nesse ínterim, as pessoas passam a ter acesso não só ao conhecimento, mas a tudo o que acontece no mundo, com maior facilidade, com isso, modifica-se também a forma da educação oferecida pelas empresas, de modo que essa contemple uma formação não apenas preocupada com a transmissão de conhecimentos, mas que torne os indivíduos aptos, para tomar decisões e para julgar.

De acordo com Fonseca (s/d.) para fazer frente a uma concorrência crescente nos mercados globais, as empresas precisam ser ágeis e diminuir a hierarquia. A nova organização caracteriza-se pela ambiguidade, menos fronteiras e comunicação rápida entre empregados, fornecedores, educadores e clientes. A mesma autora diz que “[...] no cenário atual o objetivo passa a ser, não só, o desenvolvimento de habilidades de aprender sempre, como também, dar continuidade ao processo de aprendizagem nas diversas situações do mundo do trabalho.” Para Ribeiro (2010, p.65) “[...] a formação profissional não pode ser entendida fora da dinâmica empresarial. É um dos elementos constitutivos da própria vida de uma organização.”

Para que a formação ocorra nos moldes propostos pela empresa é necessário que o responsável pelo processo de ensino-aprendizagem, o formador, dentro da organização possua competências, como as evidenciadas a seguir, por alguns autores da pedagogia empresarial.

De acordo com Lopes (2008) logo de início o pedagogo deve conhecer e reconhecer as estratégias de aprendizagem e saber contextualizá-las, para depois escolher e aplicar metodologias adequadas ao contexto humano e físico. É ainda de sua responsabilidade promover a reconstrução de conceitos básicos como autonomia, criatividade e espírito de equipe; tal procedimento evita o acúmulo de dificuldade, já que os funcionários dificilmente apresentam

suas dúvidas, por temer a perda do emprego, da promoção e de afetar sua imagem perante os demais.

A autora diz ainda que para promover uma educação prazerosa e com qualidade, o pedagogo empresarial necessita de estudos para conhecer o produto/serviço e agregá-lo ao paradigma para trabalhar em função do desenvolvimento pessoal e empresarial, sendo necessário para isso conhecer: o que a gerência espera de cada funcionário e quais são as atividades a serem desempenhadas por cada função, como também a observação do funcionário, com a finalidade de saber se ele entende a sua função. Desses exige-se as seguintes competências: conhecimento, habilidade e atitude, o que, segundo Lopes (2005), é representado pela sigla CHA. Quando o CHA é desenvolvido sucedem-lhe as necessidades básicas para a própria satisfação individual do funcionário o saber, a satisfação e o sagrado – SSS. Assim o CHA e o SSS levarão o profissional e a empresa a se destacar no mercado atual.

Holtz (1999) cita algumas responsabilidades do pedagogo empresarial no que concerne, por exemplo, conhecer e encontrar soluções práticas para as questões que envolvem a otimização da produtividade das pessoas; conhecer e trabalhar na direção dos objetivos da empresa; conduzir, através de atividades práticas, as pessoas que trabalham na empresa direcionando-as aos objetivos humanos e aos definidos pela empresa; promover as condições e atividades práticas necessárias ao desenvolvimento integral das pessoas, com o objetivo de aperfeiçoar a produtividade pessoal; aconselhar, de preferência por escrito, sobre as condutas mais eficazes das chefias para com os funcionários e destes para com as chefias, a fim de promover o desenvolvimento da produtividade empresarial; conduzir o relacionamento humano na empresa, através de ações pedagógicas, que garantam a manutenção do ambiente positivo e agradável, estimulador da produtividade. Nas palavras de Holtz (1999, p.16): “[...] a primeira tarefa do Pedagogo Empresarial é fazer com que o empresário, perceba com nitidez que seu ideal de vida, suas aspirações e objetivos pessoais correspondem a uma questão ética e social na empresa.”

Ribeiro (2010) por sua vez também relata as competências exigidas desse profissional, como a habilidade para trabalhar em equipe, dirigir um grupo de trabalho, conduzir reuniões, enfrentar e analisar em conjunto situações complexas e práticas, problemas profissionais e, ainda, quanto à função do pedagogo empresarial cabe:

auxiliar o desenvolvimento de instrumentos e a capacitação quanto à observação sistemática do funcionário, a obtenção de dados e informações a respeito dos funcionários em termos de seu desempenho, assim como quanto a proposição de medidas com vistas a corrigir os desvios constatados. (RIBEIRO, 2010, p. 58)

É possível perceber que a atividade do pedagogo na empresa é integrar o funcionário na organização, avaliar seu desempenho, estimular e motivá-lo à permanência com vistas a um cargo superior, assim como capacitá-lo para um melhor desempenho da sua função.

Para Greco (2005), o pedagogo empresarial pode focar seus conhecimentos em duas direções: no funcionário ou no produto. Na primeira, trata-se da atuação no departamento de recursos humanos, na realização de atividades de treinamento e desenvolvimento do trabalhador e, na segunda, atua em empresas que trabalham com educação, como editoras, sites e organizações não governamentais (ONGs), onde uma das suas funções é apresentar o produto da maneira mais atraente possível, ou seja, é o divulgador do produto.

Nichetti (s/d), por sua vez, diz que o pedagogo empresarial deve ainda desenvolver estratégias didático-pedagógicas para a mediação do saber, influenciar positivamente os indivíduos para a mudança, investigar motivações, desenvolver novas competências e habilidades, ter visão focada em um objetivo, criar estratégias de percepção e ajudar os indivíduos a terem autonomia. É através do *feedback* que se constata a eficiência da atuação deste profissional na organização. Para ela, na atualidade, as organizações atuais buscam um funcionário pensante, criativo, pró-ativo, analítico, com habilidade para a resolução de problemas, tomada de decisões, capacidade de

trabalho em equipe e que seja flexível a toda espécie de mudança. Schumpeter (1982) confirma esse pressuposto sobre a aprendizagem ao afirmar

Isso é assim porque todo o conhecimento e todo hábito, uma vez adquirido, incorporam-se tão firmemente em nós como um terrapleno ferroviário na terra. Não requerem ser continuamente renovados e conscientemente reproduzidos, mas afundam nos extratos do subconsciente. São transmitidos normalmente, quase sem conflitos, pela herança, pelo ensino, pela educação, pela pressão do ambiente. Tudo o que pensamos, sentimos ou fazemos muito torna-se frequentemente automático, a nossa vida consciente fica livre desse esforço. (SCHUMPETER, 1982, p. 60).

É importante frisar que quando se faz opção por trabalhar com a pedagogia empresarial é preciso ter ciência que a mudança das pessoas pode ocorrer no sentido positivo ou negativo. Em relação aos fatores negativos da mudança, Lopes (2005) menciona o desinteresse, a frustração do indivíduo que se vê diante de suas defasagens e insuficiências. Essa prática também é fundamental para resgatar o que foi sufocado na escola e para construir o que faltou.

Greco (2005) afirma ser necessário um aumento nos níveis de produtividade, qualidade e competitividade para que as empresas consigam sobreviver e se expandir e assim o Brasil consiga ingressar na economia mundial, já que na sociedade do conhecimento o que controla a economia não é o capital, a propriedade ou a mão-de-obra, mas a capacidade e experiência dos indivíduos, portanto se quisermos uma nação competitiva, teremos que mudar o modo de entender e agir em relação à educação.

Duarte (2008, p.8) diz não discordar da afirmação que a educação deve desenvolver no indivíduo “[...] a autonomia intelectual, a liberdade de pensamento e de expressão, a capacidade de iniciativa, de buscar por si só novos conhecimentos.” O que o autor está querendo deixar evidente é que as pedagogias do “aprender a aprender” estabelecem uma hierarquia valorativa, onde supostamente o aprender por conta própria consiste em um aprendizado mais elevado. O autor se contrapõe a esse princípio e entende ser possível

postular uma educação que fomente a autonomia intelectual e moral por meio da transmissão do conhecimento já existente elaborado pela humanidade.

Ainda de acordo com o autor, na perspectiva das pedagogias do “aprender a aprender”, preparar os indivíduos para acompanhar as mudanças que acontecem rapidamente, nessa sociedade dinâmica, significa dotá-los de capacidade para se atualizarem, já que os conhecimentos nesse ideário são tidos como provisórios e assim passíveis de superação a qualquer momento.

Duarte (2008) diz que embora estejamos vivendo uma nova fase do capitalismo, não significa que a essência dessa sociedade tenha se alterado de forma significativa, ou ainda, que estejamos vivendo em uma sociedade nova, que pudesse ser chamada de sociedade do conhecimento. Para o autor a assim chamada “sociedade do conhecimento” não significa mais do que uma ideologia produzida pelo capitalismo.

Entretanto, no entendimento de Duarte (2008) quando uma ilusão como a que aqui foi anunciada assume importância na reprodução ideológica, deve merecer atenção por aqueles que buscam a superação desta sociedade, a fim de compreender o papel que uma ilusão desempenha, já que isso ajudará na criação de formas de intervenção organizada.

O autor aponta ainda que a função ideológica desempenhada pela crença na sociedade do conhecimento é a de enfraquecer as críticas radicais ao capitalismo e também enfraquecer a luta pela revolução radical do sistema capitalista, criando a crença de que esta luta teria sido superada pela preocupação com questões de maior interesse na atualidade, como a ética na política e na vida cotidiana pela defesa dos direitos do cidadão e do consumidor, pela consciência ecológica e pela diversidade.

Para Fonseca (1998) a falta de visão gerencial e a resistência a mudanças ainda presente em grande parte do sistema produtivo, devem dar lugar a aprendizagem de forma a permitir a resolução dos novos desafios da atividade dinâmica que caracteriza a economia global atual. Para tanto, empresários e trabalhadores devem cada vez mais investir no desenvolvimento do seu potencial de adaptabilidade e empregabilidade, o êxito de ambos terá

muito a ver com a maximização de suas potencialidades cognitivas, isso diz respeito à capacidade de aprender a aprender, de reaprender e de adaptação.

Para o autor não se trata de despedir os trabalhadores, mas de reconvertê-los. Portanto, de acordo com esse tipo de enfoque educacional, não há dúvidas de que o autor propõe uma formação para atender a adaptabilidade ao sistema contemporâneo.

Ainda de acordo com Greco (2005), na atualidade os processos produtivos se transformam, sobretudo, em virtude do avanço tecnológico e também da própria manutenção e desenvolvimento do capitalismo, por isso, a qualificação profissional é alterada ao priorizar o desenvolvimento intelectual.

Para os autores da pedagogia empresarial, as novas formas de organização social solicitam um trabalhador com potencial criativo e participativo. Assim, para eles, nesse momento, tudo indica que seja oportuno para os setores produtivos estreitarem as relações existentes entre teoria e prática, canalizando essa união em benefício da qualificação profissional, ainda que, contraditoriamente, o interesse das empresas capitalistas com a formação profissional seja a acumulação do capital. Não é sem objetivo que Hayek (1987) afirmou:

as virtudes cada vez menos apreciadas, e em consequência cada vez mais raras, são justamente aquelas de que com razão se orgulhava o povo britânico. As virtudes nas quais em geral se admitia que esse povo superava os demais, com exceção de algumas nações pequenas, como os suíços e os holandeses, eram a independência e a fé em si mesmo, a iniciativa individual e a responsabilidade pela solução de problemas em nível local, a justificada confiança na atividade voluntária, a não interferência nos assuntos dos vizinhos e a tolerância para com os excêntricos e os originais, o respeito pelo costume e pela tradição e uma saudável desconfiança do poder e da autoridade. A fortaleza de espírito, o caráter e as realizações do povo britânico são, em grande parte fruto do cultivo do comportamento espontâneo. (HAYEK, 1899, p. 194)

No que se refere à produtividade humana, que consiste em um dos objetivos centrais desta pedagogia, Holtz (1999, p.44) diz que esta “[...] é a

faculdade inata da pessoa humana, de produzir, de ser rendosa, de ser proveitosa, de ser criativa e elaboradora em tudo o que sabe fazer.” Ou seja, percebe-se que a autora tenta difundir uma naturalização por meio de um discurso ideológico. A mesma autora recorre a William James, psicólogo norte americano, para quem as pessoas são capazes de criar seu estado permanente de alegria ao treinar o riso, segundo o psicólogo, se provocarmos conscientemente a alegria, através do riso, passamos a ser naturalmente alegres e os efeitos são imediatos na produtividade. Assim se apregoa que os trabalhadores devem fazer esse exercício constantemente e se mostrarem alegres e animados no desempenho de suas funções. Sobre o treinamento da alegria constante, constatamos hoje a disseminação de livretos para que os trabalhadores aprendam a lidar com estresse de forma criativa e descontraída já que terão de vivenciá-lo nos diversos locais de trabalho. Vejamos o que diz Engelmann (s/d.) em um livreto de distribuição grátis em curso de formação de professores:

Gostaria que soubessem que não tenho dor de cabeça, mas tem dia que escuto até o “zumbido” como se fosse uma panela de pressão que está para explodir, e pior, tem dia que sou a própria panela que vai explodir. Estudando, descobri que essa sensação chama-se estresse e que este detona nosso sistema imunológico, causando todo tipo de doença. Para que não “explodisse”, tive que escolher uma “válvula de escape” e a que escolhi foi aprender a rir de mim mesma, pois resgato minha saúde mental e por consequência o patrimônio mais importante, a minha autoestima.

Em momento nenhum a autora discorre sobre as causas de tensões emocionais e estresses nos dias atuais que, como consequência de sobrecargas físicas e emocionais em ambientes de trabalho, onde predomina a hierarquia, as pressões, a rotina, e toda uma gama de exaustões que resultam em patologias psicológicas e físicas, desta maneira, se constata, uma postura de passividade e naturalização em relação ao que ocorre na sociedade. Dessa forma, atribui-se ao próprio indivíduo a responsabilidade do zelo pela saúde

mental por meio da terapia do riso. O que pode ser representado no período que segue:

Aprendi que para conseguir rir de mim mesma, precisava fazer um exame de consciência, do que estava fazendo comigo mesma e para o meu espanto descobri que procrastinei (empurrei com a barriga) a minha vida toda, esperando um “salvador da pátria”. Então agora era a hora de tomar a minha vida nas minhas próprias mãos. (idem)

Assim, parece evidente, que para a autora é natural que os ambientes de trabalho sejam organizados com base na hierarquia, pressão e sobrecarga, e, por isso o indivíduo deverá se esforçar ao máximo para ser “forte”, tendo em vista que o sucesso é alcançado por indivíduos com essas “virtudes”. Na proposição de Hayek (1987) parece estar nítido que a pressão nos ambientes de trabalho cumpre papel significativo para a produtividade pessoal

O problema reveste-se de importância ainda maior porque, no mundo que conhecemos, torna-se improvável que um indivíduo dê o melhor de si por muito tempo, a menos que seu interesse esteja diretamente envolvido. A maioria das pessoas necessita, em geral, de alguma pressão externa para se esforçar ao máximo. (HAYEK, 1987, p. 127)

Nesse contexto e para que a produtividade se concretize, o treinamento dos indivíduos para determinadas funções assume caráter de grande influência. Para tanto, os responsáveis pelo treinamento devem ser especialistas em aprendizagem e pessoas vocacionadas para isto, e por isso a função do pedagogo assume importância dentro da empresa, já que se pressupõe que esse profissional dispõe de uma formação que o habilita a lidar com a motivação, o treinamento etc., cujo propósito é também de aumentar o potencial produtivo das pessoas, o que contribui para a permanência das empresas por longo período no mercado.

Continuando ainda a falar sobre a produtividade como categoria importante no ramo empresarial recorre-se a Schumpeter um dos maiores economistas do século XX, que se tornou famoso por desenvolver a teoria do

desenvolvimento econômico, segundo o mesmo produzir significa combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance. Produzir coisas novas com outros métodos diferentes significa combinar diferentemente esses materiais e forças. Para o economista:

Há sempre trabalhadores desempregados, matérias primas não vendidas, capacidade produtiva não utilizada, e assim por diante. Esta certamente é uma circunstância que contribui, como condição favorável e mesmo como incentivo, para o surgimento de combinações novas; mas um grande índice de desemprego é apenas consequência de eventos não econômicos – como por exemplo, a guerra mundial – ou precisamente do desenvolvimento. Em nenhum dos dois casos a sua existência cumpre um papel fundamental na explicação, e não pode ocorrer em um fluxo circular bem equilibrado, do qual partimos. (SCHUMPETER, 1997, p. 77)

O autor clássico do empreendedorismo atribui o fenômeno do desemprego a falta de combinações entre matéria prima, capacidade produtiva etc, e incentiva novas combinações, portanto, subestima toda e qualquer influência social e econômica estrutural no que se refere ao desemprego.

Holtz (1999) recorre ao dicionário Aurélio para explicar o sentido das palavras “vitória” e “treino” que possuem grande importância dentro da pedagogia empresarial. Vitória, neste sentido e segundo a autora refere-se ao “[...] ato de vencer qualquer competição, triunfo e êxito brilhante em qualquer campo de ação.” Já treino, adverte a autora, quer dizer “[...] tornar-se apto, capaz para determinada atividade ou tarefa. É habilitar, adestrar. Também é exercitar-se para algum fim.” As duas habilidades quando internalizadas e praticadas contribuem para a produtividade. Ribeiro (2008, p.148) destaca o que dizem as pesquisas sobre isso:

Hoje em dia, as descobertas das neurociências têm apontado para a importância do oferecimento de experiências de aprendizagem, independentemente da idade, que estimulem o funcionamento das redes neurais, em um ambiente onde os aprendizes confiem em suas potencialidades e no sucesso da aprendizagem.

De acordo com o que foi até agora exposto, pode-se dizer que o êxito ou não êxito de uma empresa ou organização depende efetivamente das pessoas que a compõe, e entre outros aspectos o treinamento é a base que garante a produtividade para o diferencial de uma organização e para a sua permanência no mercado.

A pedagogia empresarial se utiliza ainda da meditação e da recreação como instrumentais que elevam a autoestima, a motivação e, conseqüentemente, a produtividade pessoal e do grupo, por isso são realizados momentos dentro da empresa que proporcionam a reflexão, através de orações em grupo antes de iniciar as atividades e também momentos de recreação, sobre essa última, Holtz (1999, p. 113) afirma que “dá à alma humana, um corpo mais preparado para obedecer, por isso, também desenvolve a vida interior no aspecto espiritual, mental e físico.” E diz ainda que “a sabedoria do vencedor está na obediência à “lei da não resistência”. A Lei da Vitória”. (p.135). De acordo com Lopes (2008 p. 47):

O profissional eticamente comprometido com a sua formação não fica só reclamando da situação ruim em que se encontra, ele faz a diferença no seu espaço de trabalho. E se todos pensarem assim, muito se obterá de resultados positivos. Isso não é romantismo, isso é real e possível, basta querer, ter vontade, ter atitude e iniciativa.

Por um lado se apregoa que o trabalhador deve ser passivo aos impasses a ele imposto por essa forma organizacional, que requer a sua adaptação, e, por outro, espera desse, atitude e iniciativa, mas com vistas à superação dos problemas que surgem nesse espaço, já que todos os colaboradores da empresa devem atuar no sentido de minimizar os aspectos negativos, cooperando com a eficácia da organização.

Para Ribeiro (2010, p.55) “[...] a motivação de cada elemento da organização é o ponto-chave para a efetivação/operacionalização de programas, projetos, atividades (na área de serviços, inclusive)”. Portanto, as pessoas assim treinadas, motivadas vão tornando-se passivas, pois sabem que encarando as situações com compreensão, aceitação e gratidão, aquilo que

aparenta ser negativo, contribui para o desenvolvimento pessoal e grupal dos sujeitos e também para o crescimento da empresa.

Portanto, cabe ao pedagogo empresarial tranquilizar as pessoas e mostrar que se elas não demonstrarem resistência às pressões, essas enfraquecerão e desaparecerão diante de sua flexibilidade. Holtz (1999, p.136) exemplifica como deve se dar essa flexibilidade utilizando o exemplo da “lição do bambu chinês”, árvore que se dobra diante dos vendavais e não é prejudicada por ser flexível. Sobre isso a autora ainda menciona que “[...] com o treinamento contínuo, logo estaremos reagindo automaticamente diante das dificuldades e a “Lei da não Resistência”, a “Lei da vitória” passa a reger nossa vida.” (idem)

De acordo com Ribeiro (2010) a atuação do pedagogo na empresa tem como objetivo principal a filosofia e a política de recursos humanos adotados pela Organização em que esse profissional se insere. Assim, visa principalmente qualificar o pessoal da organização nas diversas áreas que a compõe elevando a produtividade e a qualidade da mesma. A aprendizagem seja pessoal, individual ou organizacional é o que faz a diferença na contemporaneidade, portanto, desenvolver essa capacidade e/ou possibilidade no sujeito é função da pedagogia empresarial.

Nichetti (s/d) também contribui nesse sentido ao dizer que o pedagogo para atuar na empresa deve estar bem preparado para enfrentar os desafios que aparecem. Assim, ao planejar uma atividade, deve ser realista e saber que isto não agradará a todos, e que, portanto, é preciso buscar motivação, persistência superação e capacidade de transformar críticas em crescimento.

Para Ribeiro (2008) o pedagogo empresarial, enquanto articulador de propósitos organizacionais e individuais pode ser considerado um líder que interage como outros líderes, e, assim, permite o desenvolvimento de habilidades gerais e específicas, especialmente em termos da emissão de juízos acerca dos comportamentos, das competências e das habilidades a serem desenvolvidas. A autora ainda destaca que para uma formação e prática eficaz do pedagogo empresarial é necessária uma compreensão dos

comportamentos humanos (inclusive o seu) já que toda a sua atuação se volta para a dimensão humana. Sobre a liderança a autora ainda discorre que para ser um líder, e nesse caso tanto o pedagogo é um líder dentro da empresa, como também atua no sentido de formar novos líderes, algumas peculiaridades são necessárias: o saber, a identidade, a independência, a autenticidade, a responsabilidade e a integridade, mas para que todas ocorram é fundamental a coragem. Vejamos:

O papel do líder é fundamental para que todos os colaboradores percebam o aprendizado como um modo de vida e não apenas como uma etapa da vida. Os maiores aliados da gestão do conhecimento são a postura, a coerência, o respeito, as atividades favoráveis e a própria estratégia do conhecimento. Em outras palavras, representa um conjunto de práticas e ações compatíveis com um compromisso contínuo com a aprendizagem e o ensino constante. (RIBEIRO, 2008, p.152)

Novamente há de se recorrer a Schumpeter para o qual o “assumir as coisas” é função do líder, seja este temporário ou duradouro, sobre isso o teórico ainda diz o seguinte:

O tipo empresarial de liderança, enquanto distinto de outros tipos de liderança econômica tais como os que esperaríamos encontrar numa tribo primitiva ou sociedade comunista, é evidentemente colorido pelas condições que lhe são peculiares. Nada tem do encanto que caracteriza outros tipos de liderança. Consiste em cumprir uma tarefa muito especial que apenas em raros casos apela à imaginação do público. Para o seu sucesso, a perspicácia e a energia não são mais essenciais do que uma certa exigência que agarra a chance e *nada mais*. (SCHUMPETER, 1982, p. 62)

O autor ainda destaca que o “assumir as coisas”, sem o qual não há possibilidades de desenvolvimento é que consiste na função de um líder.

Além de tudo que já se mencionou a respeito desse profissional, ele precisa estar sempre atento, envolvido, e ter competência técnica para descobrir e solucionar possíveis falhas dentro da empresa e através do

processo de ensino aprendizagem, atuar como condutor de comportamento das pessoas nesse cenário de competitividade.

Ao considerar a empresa como espaço essencialmente educativo, que se estrutura com um grupo que desempenha funções visando um objetivo específico, é papel da pedagogia empresarial, buscar estratégias e metodologias que garantam uma melhor aprendizagem funcional, que pode acontecer por meio da “imitação”, em que uns aprendem com os outros; através das dinâmicas de grupo ou outros meios, tendo como meta a realização dos objetivos previamente definidos. Sua finalidade principal é, portanto, segundo Ribeiro (2010, p.11) “[...] provocar mudanças no comportamento das pessoas de modo que estas melhorem tanto a qualidade do seu desempenho profissional quanto pessoal.” Para tanto, uma das questões sobremaneira evidenciadas quando se trata de desenvolvimento, aprendizagem e desempenho, é a motivação.

Sobre a motivação convém mencionar que esta deve acontecer de maneira contínua o que implica em provocar movimento, já que, de acordo com a autora, sua função principal é a de reorganizar as ações das pessoas em determinadas direções, portanto:

ausência de motivação para a realização de uma tarefa ou em relação aos resultados que desta resulta, na maioria das vezes, em aumento de tensão emocional, aborrecimentos frequentes, irritabilidade, agressividade, insatisfação, fadiga e baixo desempenho. (RIBEIRO, 2008, p.50).

A autora ainda menciona, por meio de um discurso destituído de densidade, que estudos comprovam que as pessoas motivadas trabalham e aprendem mais depressa e apresentam maior grau de competitividade. Nesse sentido, dentre os campos relacionados à motivação, cabe citar de acordo com Ribeiro (2008), desejo de poder, sexo, religião, cultura, expectativa, sucessos e fracassos alcançados ao longo da vida e muitos outros.

A criatividade é outro ponto em destaque dentro da pedagogia empresarial, e ganha vigor a partir do século XX. Ribeiro (2008) menciona que

o processo criativo não pode ser analisado e restrito a etapas lógicas, já que não evoluem linearmente. Segundo pesquisas demonstradas pela autora a criatividade, ao mesmo tempo em que se apóia na singularidade individual e em suas experiências, pode ser observada como uma faculdade universal que independe de aspectos culturais. O resultado dessas pesquisas permite a formulação de hipóteses, tais como as que defendem que no processo criativo o fator emocional ganha primazia em relação ao intelectual.

Como já destacado anteriormente o termo “pedagogia empresarial” é cunhado na década de 1980 quando surgem alguns cursos universitários sobre a matéria. O enfoque, primeiramente, foi o treinamento (T&D) de pessoal nas organizações. Ribeiro (2010, p.18) cita a *Revista RH em Síntese*, que publicou um caderno no qual consta sobre o atual estágio de T&D no Brasil, segundo a autora, esse chama a atenção para a percepção de que o treinamento e o desenvolvimento de recursos humanos constituem uma área crítica no contexto das demandas atuais, marcada pelo processo de globalização, pela competitividade, pela exigência de profissionais competentes e pela necessidade de uma gestão de recursos humanos mais eficazes para as empresas.

A autora destaca que a diferença entre ensino e aprendizagem em uma empresa perde a importância ao privilegiar um planejamento que contemple os dois como faces indissociáveis do mesmo processo, onde quem ensina e quem aprende saiam beneficiados.

O aprendiz deve se envolver no processo de tal forma que seja capaz de assimilar o que é proposto, o que se dá através de sua participação na proposição de conteúdos, metas e métodos de aprendizagem e não apenas do conteúdo e metodologia utilizada sem a sua opinião. Assim torna-se evidente que a participação deste aprendiz em todo o processo possui grande importância e precisa ser considerado por aqueles que têm a tarefa de educar dentro da empresa ou de outras organizações.

Nesta perspectiva de ensino-aprendizagem, observa-se certa ênfase nas metodologias que, de algum modo, centram-se no aluno, especialmente no trabalho em grupos. Nesse sentido Ribeiro (2010, p.27) menciona que:

O curioso desta postura didática centrada no princípio da independência do aluno é que ela é planejada pelo professor. É o professor quem planeja a independência dos que aprendem. Este tipo de planejamento didático acredita ser possível planejar a independência e desenvolvê-la nos processos de aprendizagem que são planejados e organizados sem a participação dos alunos. Estas formas de orientação dos alunos pelo professor evidenciam a ausência de uma qualificação pedagógica-chave para a atuação dos pedagogos especializados na formação profissional no âmbito empresarial.

Outro aspecto importante no âmbito da pedagogia empresarial que tem encontrado primazia nas obras que tratam do tema é que o conhecimento é sempre pessoal. Ribeiro (2010) cita Perrenoud (2002) para quem as formas de realização das competências foram chamadas de habilidades, essas por sua vez constituem padrões de articulação do conhecimento a serviço da inteligência. Duarte (2008) também extrai algumas citações de uma entrevista que Perrenoud deu a revista Nova Escola no ano de 2000, este por sua vez diz que “[...] os professores devem parar de pensar que dar aulas é o cerne da profissão. Ensinar, hoje, deveria consistir em conceber, encaixar e regular situações de aprendizagem seguindo os princípios pedagógicos ativos e construtivistas.” Essa maneira de formar sempre trará em seu bojo a iniciativa do indivíduo em “aprender a aprender”.

Destaca-se ainda no âmbito das organizações a mudança constante a que são submetidos os integrantes de uma equipe, para tanto, se atua no sentido de criar nos indivíduos esse compromisso; a preparação deve permitir as pessoas esta habilidade. A autora diz que não cabe mais pensar uma organização pautada na rotina; esta cedeu lugar às permanentes transformações e, portanto, ao convívio com a mudança. Se isso não acontece o clima se torna tenso, afetando não somente o ambiente do trabalho, mas também a família, o que interfere na qualidade de vida dos envolvidos.

Todos os aspectos mencionados até o presente momento encontram-se, de alguma forma, relacionados com a cultura organizacional, que por sua vez indica o clima e as práticas que as organizações desenvolvem. A promoção da cultura organizacional, segundo Ribeiro (2010), deve resultar de três elementos: valores, conhecimentos e necessidades. Para a autora “[...] cada organização é um sistema complexo e humano, com características próprias, com sua própria cultura e com seu sistema de valores.” (idem, p.59).

Para Fonseca (2007) esta pedagogia pode ser denominada de “pedagogia corporativa” e visa atender as exigências do século atual, que é de educação continuada e aprendizagem permanente, formação de talentos humanos, desenvolvimento de habilidades e competências para o ambiente de negócios, aprender e aprender sempre e em todas as ocasiões, comunicação e colaboração entre os membros de uma equipe, raciocínio criativo, resolução de problemas organizacionais, aprendizagem e conhecimento tecnológicos, desenvolvimento da liderança e a aprendizagem coletiva. Para completar a autora diz que:

Em síntese, a Pedagogia Corporativa vem para estabelecer um processo contínuo de aprendizagem que possibilite sustentar, irradiar e consolidar a cultura corporativa, propiciando o crescimento da organização e o desenvolvimento profissional, não só de seu corpo profissional, como também de seus parceiros. (FONSECA, 2007)

Nesse sentido, Bobeda (2004) diz que a aprendizagem organizacional é capacidade de uma empresa em reinventar-se no atual cenário de incertezas, para conseguir permanecer no mercado, apresentando vantagens singulares, de acordo com os recursos humanos disponíveis. Para o mesmo autor, isso pode acontecer unindo as pessoas e grupos de trabalhos em busca da criatividade, inteligência e conhecimento, assim pode se alavancar o negócio de uma organização.

São necessárias algumas habilidades para se chegar a uma aprendizagem organizacional, como o domínio pessoal, pensamento sistêmico,

visão compartilhada e aprendizado em equipe, que exercem papel definitivo na forma de atuação das empresas, que, assim, poderão chegar a um processo de inovação e a formas mais conscientes de se adaptar ao ambiente externo.

Aqui entra novamente em cena a naturalização, ao apregoar-se que cada indivíduo nasce com determinado “dom”, mas todos podem ganhar proficiência através da prática. Diante disso, o “aprender a aprender” ganha sentido para o desenvolvimento, que se nasce no particular e se generaliza.

3.2 Pedagogia Empreendedora

Sobre a pedagogia empreendedora cabe mencionar que o conceito empreendedorismo surge na década de 1990, primeiramente na empresa e posteriormente transportado para todas as áreas da atividade humana, e nesse estudo nos ocupamos da educação. De acordo com Dolabela (1999) precursor dessa pedagogia no Brasil, todos nascem com a capacidade de empreender, entretanto, cabe à educação o desenvolvimento desse perfil nos alunos, já que não se trata de uma característica genética, mas adquirida. Por isso o autor argumenta que o empreendedorismo é de fundamental importância para a formação dos alunos em qualquer nível de escolaridade e, portanto, deveria fazer parte de todos os currículos, da Educação Infantil ao Ensino Médio, pois prepara o aluno para a realidade do mercado, seja qual for a área por este escolhida.

Em seu livro Pedagogia Empreendedora, Dolabela apresenta de forma concreta como desenvolver o ensino de empreendedorismo junto as crianças e adolescentes do país. O autor descreve a metodologia de ensino de empreendedorismo para a Educação Básica, metodologia está, que objetiva construir novos valores em uma sociedade marcada heterogeneamente.

O autor parte do pressuposto de que todos nascem com as características essenciais do ato de empreender e afirma contundentemente que a educação tradicional acaba por reprimir o livre desabrochar e o desenvolvimento dessas habilidades, por isso, lidar com as crianças é lidar com empreendedores autênticos que ainda não foram contaminados pelos

valores antiempreendedores presentes na educação na sociedade como um todo.

Para Dolabela (2003) a educação tradicional aprisiona, enquanto a empreendedora liberta, ao partir da premissa que o empreendedor deve ter a liberdade de sonhar para depois realizar. Essa metodologia se divide em dois momentos cruciais: 1) desenvolvimento do sonho; e 2) busca pela sua realização. No que concerne ao segundo momento, é necessário o aprendizado para tornar o sonho concreto.

Portanto, o objetivo desta pedagogia é estimular e preparar o aluno para sonhar e buscar a realização desse sonho e a atividade educativa irá se concentrar no sentido de conectar o sonho à sua real concretização.

Em uma entrevista concedida por Dolabela em 2004 à Revista de Negócios o autor argumenta que dentro da pedagogia empreendedora a atividade empreendedora torna-se universal, já que é aplicável em todos os ramos da atividade humana. Segundo ele, essa metodologia leva à sala de aula duas perguntas: “Qual é o seu sonho?” e “O que você vai fazer para transformar o seu sonho em realidade?”. Assim, afirma o autor que o aluno sente-se protagonista da própria vida, ao sentir que o conteúdo escolar, o conhecimento serve para que ele dê significado a sua vida.

Percebe-se dessa forma que a escola fica destituída da sua função de levar os alunos a se apropriarem do conhecimento elaborado, científico e sistemático, como já tratamos anteriormente nesse trabalho ao mencionar a Pedagogia Histórico-Crítica. O autor da pedagogia empreendedora parece acreditar piamente que só quando se adota uma perspectiva empreendedora de educação é que se leva em consideração a vida dos indivíduos. Pelo contrário, acreditamos que não basta ensinar os alunos a sonhar e lutar para realizar esse sonho, que na melhor das hipóteses consiste em senso comum, por estar destituído de densidade e de crítica. Nesse sentido é que defendemos a necessidade de uma educação que garanta a assimilação do clássico, do elaborado historicamente e também da apropriação do processo

de sua produção, bem como de sua transformação, capaz de elevar os indivíduos ao maior nível de desenvolvimento possível.

A proposta da pedagogia empreendedora baseia-se nos quatro pilares da educação preconizados por Jacques Delors (1998) no relatório organizado para a UNESCO, o “aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver e aprender a fazer” e agora com Dolabela “aprender a sonhar”.

O termo empreender tem origem francesa (*entrepeneur*) e é usado para designar um sujeito inovador, que assume incertezas, portanto, o indivíduo que quer se desenvolver. Apresenta-se ainda como a ideia é que os indivíduos possuem potencial e são capazes de modificar sua situação. De acordo com Cielo (2006 p.202) que recorre a Drucker (1987) para explicar em que consiste o empreendedorismo:

o termo foi utilizado pela primeira vez por volta de 1800 por Jean Baptista Say, um economista francês com o intuito de distinguir o indivíduo que consegue transferir recursos econômicos de um setor com baixa produtividade para um com produtividade elevada e com maiores rendimentos.

Schumpeter (1982) também apresenta o empresário, a partir de J.B. Say, como aquele que combina fatores produtivos e os reúne. Isso é uma atuação de tipo especial apenas quando os fatores são combinados pela primeira vez. Para o autor para tornar-se empresário é necessário tornar-se um devedor:

Torna-se um devedor em consequência da lógica do processo de desenvolvimento, ou para dizê-lo ainda de outra maneira, sua conversão em devedor surge da necessidade do caso e não é algo anormal, um evento acidental a ser explicado por circunstâncias particulares. O que ele quer primeiro é crédito. Antes de requerer qualquer espécie de bens, requer poder de compra. É o devedor típico na sociedade capitalista. (SCHUMPETER, 1982, p.72).

Percebe-se assim, de acordo com o autor acima, que apenas o empresário precisa de crédito; “[...] este só cumpre um papel fundamental para

o desenvolvimento industrial, ou seja, um papel cujo exame é essencial para compreensão de todo o processo.” (SCHUMPETER, 1982, p. 73).

Para Hayek (1987) as virtudes menos estimadas e praticadas atualmente, como por exemplo, independência, confiança própria, disposição para assumir riscos, defender convicções pessoais contra a maioria e cooperação voluntária, são as principais virtudes da sociedade individualista. E nesse sentido podemos mencionar que é também esse cenário propício ao surgimento de indivíduo empreendedor.

De acordo com Drucker (2005) empreendedor é definido como alguém que inicia um negócio próprio, mas, nem todo negócio representa um empreendimento realizado por empreendedores. O empreendedor não pode ser considerado um capitalista, embora necessite de capital para realizar seu intento, não é um investidor ainda que assuma riscos e não é somente o empregador, mas pode ser empregado ou alguém que trabalha por conta própria. Para o mesmo autor:

qualquer indivíduo que tenha à frente uma decisão a tomar pode aprender a ser um empreendedor e se comportar empreendedorialmente. O empreendimento é um comportamento e não um traço de personalidade. E suas bases são o conceito e a teoria, não a intuição. (DRUCKER, 2005, p.34).

Para Martes (2010), Schumpeter chama de empreendedor o indivíduo portador de um quadro cognitivo diferenciado e sofre resistência de um conjunto de instituições como a cultura, o hábito e a tradição, apesar de contar com o apoio imprescindível de outras tantas instituições, que Durkheim, por sua vez, explica da seguinte forma: “[...] pode-se chamar de instituição toda crença, todo comportamento instituído pela coletividade, sem desnaturar o sentido da expressão [...]” (Durkheim, 1978, p.9).

Para a eficácia de um empreendimento, que consiste na realização de combinações novas, de acordo com Schumpeter, urge mencionar a combinação dos meios de produção (materiais e forças) somando-se a isso o crédito, que é descrito pelo autor como fenômeno fundamental de

desenvolvimento econômico, embora o ato de empreender não esteja restrito apenas à esfera econômica. No capítulo II da obra *A teoria do desenvolvimento econômico*, Schumpeter (1982) destaca a figura central do empresário inovador, ou seja, o agente econômico que traz novos produtos para o mercado por meio de combinações novas e mais eficientes dos fatores de produção, ou pela aplicação prática de alguma invenção ou inovação tecnológica.

Na mesma obra o autor também destaca a figura do empreendedor, bem como sua ação, sendo este o produtor que inicia a mudança econômica, e se necessário educa os consumidores, no sentido de almejar novas coisas, ou coisas que são diferentes daquelas que costumam consumir. Para tanto, o empreendedor necessita de crédito, por ele entendido como uma transferência temporária de poder de compra, para que o indivíduo empreendedor possa produzir e executar combinações novas.

O empreendedorismo que se encontra em voga no âmbito educacional atual, em todos os níveis de escolaridade, significa realizar, fazer ou executar um projeto, e, portanto, o sujeito empreendedor deve apresentar determinadas habilidades e competências para criar e gerir um projeto próprio gerando resultados positivos. “O empresário pioneiro é aquele que supera obstáculos e resistências para impor novos padrões de combinação dos meios de produção.” (MARTES, 2010, p. 256). De acordo com a descrição de Martes, destruir padrões antigos gera desequilíbrio entre instituições econômicas e pressões para novos padrões de conformidade até atingir o equilíbrio. Por isso, empreendedores são aqueles que criam algo novo, diferente, que são consonantes com a mudança e a transformação.

No entanto, escolheu-se uma definição de Dornelas (2003, p.35) que parece ser esclarecedora dessa terminologia:

Empreendedorismo significa fazer algo novo, diferente, mudar a situação atual e buscar, de forma incessante, novas oportunidades de negócio, tendo como foco a inovação e a criação de valor. As definições para empreendedorismo são várias, mas sua essência se resume em fazer algo diferente,

empregar os recursos disponíveis de forma criativa, assumir riscos calculados, buscar oportunidades e inovar.

De acordo com Franzini, Sela e Sela (2006), o conceito de empreendedorismo está crescendo mundialmente e as discussões acadêmicas e econômicas sobre o assunto são resultados de estudos realizados em vários países, que confirmam a influência da cultura empreendedora para o desenvolvimento econômico de uma região. Segundo os mesmos, quanto mais empreendedores em uma sociedade, maiores são as chances de desenvolvimento local.

Para Stefano, Dutra e Facini (2006, p.53), “[...] políticas de apoio e fomento ao empreendedorismo cresceram substancialmente no mundo ocidental a partir da década de 1970, face às suas qualidades para impulsionar a revitalização social e econômica.” De acordo com os mesmos autores, em nosso país a partir da década de 1980 as autoridades e agentes começaram a se preocupar e concentrar recursos em estratégias para o crescimento do empreendedorismo. Cielo (2006, p.203) menciona que o movimento começou a ser difundido no Brasil a partir dos anos 90 com o surgimento de entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Sociedade Brasileira para a Exportação de Softwares (SOFTEX).

Sales e Neto (2006) por sua vez relatam que no contexto brasileiro, o empreendedorismo dá-se principalmente por necessidade, ou seja, os empreendedores iniciaram suas atividades em face da dificuldade de obter emprego regular no mercado. Assim, ser empreendedor é quase uma ordem para manter-se com sucesso no mercado. Para Martes (2010) o empreendedor é fruto da sociedade capitalista moderna e se apresenta como um tipo de indivíduo empreendedor, seja pelos princípios que revestem sua ação, seja pela transparência com que essa ação é representada nos textos clássicos.

Dolabela (1999) afirma que a primeira matéria de empreendedorismo que se tem notícia a ser ministrada no Brasil foi em 1981, na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Tratou-se de uma iniciativa do professor Ronald Degen, intitulada “Novos Negócios”. A disciplina

pertencia ao curso de Especialização em Administração e em 1984 foi estendida também para a graduação, com a denominação de “Criação de Novos Negócios – Formação de empreendedores.” Outra observação feita pelo autor é que o professor canadense Louis Jacques Fillion está ligado à história do ensino de empreendedorismo no Brasil, tendo em vista que sua teoria, baseada em pesquisas realizadas com empreendedores, constitui em importante fundamento da metodologia de ensino utilizada por importantes instituições de ensino no país.

Já sobre a introdução de disciplinas de empreendedorismo na educação básica pode se dizer de acordo com os autores Franzini, Sela e Sela (2006) que elas possuem um caráter “revolucionário” por apresentarem uma quebra de paradigmas na tradição didática, uma vez que aborda o saber como consequência dos atributos do ser. Os pilares sob quais se assenta a pedagogia empreendedora são a formação de atitudes e aquisição de habilidades pautadas no “aprender a aprender”. Nesse sentido as metodologias tradicionais de ensino vão sendo suprimidas por novas formas que priorizem a inovação. Apregoa-se, porém, que essa formação seja iniciada já na educação básica, para tanto, busca-se o incentivo governamental, pois, segundo os mesmos autores, qualquer país que queira se desenvolver no mundo globalizado deve priorizar a formação dos indivíduos nesses moldes.

Para Dolabela (1999) citado pelos mesmos Franzini, Sela e Sela (2006, p.80):

a capacidade empreendedora é condição necessária para o desenvolvimento humano, social e econômico de qualquer comunidade. O empreendedorismo combate o desemprego e pode ajudar a distribuir renda, conhecimento e poder em uma sociedade extremamente desigual como a brasileira.

Se a educação empreendedora não acontecer de fato, grandes parcelas da população poderão ser excluídas do processo de geração de rendas, bem como de usufruir das riquezas; já a preocupação, afirmam os autores, é com o aumento da capacidade de gerar capital social e humano. Cielo (2006, p.217)

destaca que os indivíduos podem aprender a ser empreendedores, já que aprendem a ser empregados. Aqui convém mencionar o que relata Ribeiro (2008, p.150):

O perfil do trabalhador na era do conhecimento exige habilidades, como preferência por riscos, compulsão por velocidade, para poder acompanhar a evolução tecnológica. Elas preferem uma carreira constituída por uma série de saltos e não de passos, exigem lideranças e não chefias, querem apoio com aprendizado e feedback compreensivo e proveitoso. Uma questão que daí decorre diz respeito a que os processos de Recursos Humanos precisam ser revistos e reestruturados.

No entanto, os referidos riscos devem ser planejados, pois de acordo com Drucker (2005) todos os empreendedores e inovadores que alcançaram êxito, não são assumidores de risco, ao contrário, eles tendem a minimizá-los. Então, os que obtêm sucesso são os conservadores, que não se concentram nos riscos, mas nas oportunidades. Na visão de Schumpeter (1997), inovar produz desequilíbrio, mas também desenvolvimento.

Portanto, para que haja formação empreendedora faz-se necessário apontar alguns aspectos importantes sobre quem ensina o empreendedorismo. Para Franzini, Sela e Sela (2006, p.88) na pedagogia empreendedora a ênfase é no auto-aprendizado, todavia, isso não diminui o âmbito de ação do educador, pois cabe a ele ampliar as referências e fontes de aprendizado, assim como redefinir o próprio conceito de saber, embora não assuma a posição de seu único detentor, assim:

Ele é quem irá preparar um ambiente favorável para que o aluno tenha possibilidade de construir seu próprio saber empreendedor. O papel do professor pode ser visto como o de alguém que provoca desequilíbrio nas relações do aluno com o mundo, através de perguntas, desafios, questionamentos; e, ao mesmo tempo, oferece apoio necessário para que ele, diante de conflitos cognitivos, desenvolva uma ação auto-organizadora. (FRANZINI; SELA; SELA, 2006, p. 89).

Como a formação empreendedora preocupa-se não somente com a formação do empreendedor que cria seu negócio, mas com empreendedores

de diferenciadas áreas, o profissional que atua frente a essa realidade deve assumir uma postura que lhe permita gerir o processo de ensino-aprendizagem com base nos pressupostos construtivistas e entender que os resultados do empreender estão relacionados com um processo contínuo de aprendizagem que nem sempre acontece na escola. Assim sendo, o professor terá como apoio materiais didáticos e também poderá juntamente com a escola promover eventos e ações de motivação e sensibilização dos alunos.

No Brasil a pedagogia empreendedora como metodologia de ensino que visa formar empreendedores já em idade precoce é uma criação de Fernando Dolabela. Em algumas de suas obras (1999; 1999 e 2004) o autor fala da transformação dos sonhos em realidade e considera empreendedor aquele que sonha e luta pra tornar concretamente viável seus sonhos. O autor ainda destaca a importância que os empreendimentos têm para o desenvolvimento de uma comunidade, no sentido do desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.

A metodologia visa atingir crianças e adolescentes de toda a educação básica, através da “Teoria Empreendedora dos Sonhos”. De acordo com Franzini, Sela e Sela (2006) isso é desencadeado nos indivíduos por intermédio da conscientização de que cada um tem direito de sonhar e a capacidade de buscar a realização deste sonho. Portanto, afirmam os autores que a primeira coisa a se fazer é desenvolver o sonho, e depois a busca para torná-lo concreto e, para isso, o aluno necessita buscar o conhecimento que seja capaz de instrumentá-lo para atingir seu objetivo. Nesse sentido uma ação complementa a outra e compõe o eixo do auto-aprendizado. Os mesmos autores mencionam que:

A “Pedagogia Empreendedora” é uma estratégia destinada a dotar o indivíduo de graus crescentes de liberdade, para que este possa fazer a sua escolha. A criança, ao formular seu sonho e tentar transformá-lo em realidade, assumirá o controle de todo o processo e suas consequências, analisando a viabilidade do sonho e sua capacidade de gerar auto-realização. Desta maneira, ela assume o controle e a responsabilidade, em graus compatíveis com seu grau de

maturidade por meio de exercícios que a acompanham da pré-escola ao nível médio. (FRANZINI, SELA e SELA, 2006, p. 86-87).

O ensino pautado neste método não se realiza pela transmissão de conhecimentos, mas pela indução à prática, com ênfase no auto-aprendizado. A ação do professor consiste mais em incentivar o aluno na construção do seu conhecimento e não de ensinar ou transferir conhecimento. A avaliação nesta perspectiva de ensino também precisa ser realizada dentro dos mesmos padrões. Assim, mais do que avaliar conteúdos de forma classificatória, a avaliação deve apoiar o aluno para que este se auto-avalie. Outro aspecto valorizado é o processo de tentativa e erro para a resolução de problemas.

De acordo com Cielo (2006) o empreendedorismo contribui para a realização social, já que se trata da exteriorização daquilo que está no íntimo das pessoas. Essa atividade procura a unidade entre prazer e trabalho, o que se torna visível ao observar que raramente se encontra um empreendedor que queira aposentar-se ou que espere uma folga para se livrar do trabalho.

Dentre algumas características que compõe o perfil do empreendedor encontram-se algumas habilidades técnicas e outras que dizem respeito a características pessoais, que também assumem grande importância, entre as quais são correntemente citadas: criatividade, imaginação, visão, comunicação, coragem, ambição, comprometimento, capacidade de organização e planejamento, responsabilidade, disciplina, persistência, liderança, habilidade para trabalhar em equipe, coragem para assumir riscos, interesse por novas informações, soluções e inovações e conhecimento em marketing, logística etc.

Apregoa-se ainda que essas características podem ser natas e inatas advindo de diversas formas, entre as quais, herança genética, formação, experiências e nível sócio econômico. Assim, são pessoas com atitudes, habilidades e capacidades que marcam a sua identidade. “[...] as qualidades individuais, ainda que sejam tomadas como tipos ideais, expressam fenômenos socialmente construídos: o empreendedor – tal como é aqui descrito – só é possível no capitalismo moderno.” (MARTES, 2010, p. 257). De acordo com

Cielo (2006) as características podem variar de acordo com a atividade que o empreendedor desempenha e também com a época de sua realização.

Não significa que as pessoas que não possuam todas as características expostas acima, não possam ser chamadas de empreendedoras, o que se quer dizer é que quando há forte presença delas, denota-se que o indivíduo tem forte potencial empreendedor, entretanto, quando se trata de habilidades técnicas, sua obtenção só é possível com a formação e experiência adquiridas e aperfeiçoadas no decorrer de todo o processo de formação do perfil empreendedor.

De acordo Espejo e Previdelli (2006): “[...] a atividade empreendedora sofre e gera impactos no meio econômico, social e político no qual a organização se insere. E em virtude de seu efeito multiplicador, produz empregos, renda, crescimento e desenvolvimento.” Os defensores do empreendedorismo advogam ser este essencial para a geração de riquezas de um país, já que promove o desenvolvimento econômico e melhora as condições de vida de uma população, além de contribuir de forma significativa na geração de rendas e empregos. Dolabela (2004, p.35) afirma que:

Para ser empreendedor, não precisa abrir uma empresa. Uma pessoa pode ser empreendedora em qualquer área que escolher para trabalhar: empregado do governo ou de empresa, professor, artista. Além disso, o objetivo do empreendedorismo não é o enriquecimento pessoal, mas oferecer alguma coisa boa para os outros. Em termos sociais, ele visa às melhorias das condições de vida para todos. Deve ser um instrumento para acabar com a pobreza e a miséria.

O autor acima mencionado recorre ao economista austríaco Schumpeter (1934) para o qual o termo empreendedor está associado ao desenvolvimento econômico, à inovação e ao aproveitamento de oportunidades em negócios, e também a Fillion (1991) que por sua vez diz que empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões. Para Schumpeter (1982, p. 47)

Entendemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe foram impostas de

fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica.

Ainda sobre esse aspecto o autor diz que desenvolvimento é uma mudança espontânea e descontínua capaz de alterar o estado de equilíbrio já existente, portanto, o sentido de desenvolvimento para ele é a realização de combinações novas que engloba cinco casos, sendo, a introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de um bem, introdução de um novo método de produção ou de uma maneira nova de manejar comercialmente uma mercadoria, abertura de um novo mercado, conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semifaturados e estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como criação de uma posição de monopólio ou fragmentação de uma posição de monopólio. Para o autor “A realização de combinações novas significa, portanto, simplesmente o emprego diferente da oferta de meios produtivos existentes no sistema econômico...” (SCHUMPETER, 1982, p. 50).

De acordo com Drucker (2005) o ato de empreender não está de forma alguma ligado apenas à esfera econômica, embora tenha origem nesta. Vejamos o que o autor diz a esse respeito:

“Empreender” diz respeito a todas as atividades dos seres humanos que não aquelas que poderíamos chamar de “existenciais” em vez de sociais. E sabemos agora que existe pouca diferença no espírito empreendedor, qualquer que seja a esfera que atue. O empreendedor na educação e o empreendedor em serviços de saúde – ambos têm sido campos férteis para eles – fazem praticamente as mesmas coisas, usam praticamente os mesmos instrumentos, e

enfrentam os mesmos problemas de um empreendedor em uma empresa ou em um sindicato de trabalhadores. (DRUCKER, 2005, p.36)

O documento do SEBRAE (2008, p.1) traz o seguinte comentário a respeito do indivíduo que empreende como sendo: “Uma pessoa que gera, acumula e distribui riqueza a partir de um sonho, ideal ou necessidade de sobrevivência”.

Dornelas (2003, p.35) explicita ainda o empreendedorismo como um fazer inovador e transformador da situação atual, busca incessante de novas oportunidades de negócio, tendo como foco a criação de valor. Ainda segundo o autor, o termo possui vários significados, mas na essência se resume em fazer algo diferente, empregar os recursos disponíveis de forma criativa, assumir riscos calculados e ainda buscar oportunidades e inovar. Segundo Morris e Kuratko (apud DORNELAS, 2003) o empreendedorismo possui quatro componentes principais, a saber: *processos*, que podem ser gerenciados e divididos em partes menores e assim aplicados em qualquer contexto organizacional; *criação de valor*, algo novo dentro da organização; *recursos*, combinação de recursos humanos, financeiros, tecnológicos estruturais e procedimentais de forma única e criativa; e *oportunidade*, identificação, avaliação e captura de oportunidades de negócios. O mesmo autor ainda diz que:

Os empreendedores são pessoas ou equipes de pessoas com características especiais, que são visionárias, que questionam, que ousam, que querem algo diferente, que fazem acontecer, ou seja, que empreendem. Os empreendedores são pessoas diferenciadas, que possuem uma motivação singular, gostam do que fazem, não se contentam em ser mais um na multidão, querem ser reconhecidas e admiradas, referenciadas e imitadas, querem deixar um legado. (DORNELAS, 2003, p.59).

Diante desse argumento pode se dizer que o empreendedor é quem identifica oportunidades, provê recursos e presa pelo desenvolvimento da organização e empreendedorismo é a ação do empreendedor na criação de um

novo negócio, bem como na geração de riquezas. Para Cielo (2006) a existência de indivíduos conhecidos como empreendedores é a condição primordial para o surgimento de novos empreendimentos, sendo eles os agentes responsáveis pelo desencadeamento e condução do processo de criação de unidades produtivas. Portanto, o êxito de uma nova empresa só é possível a partir da ação empreendedora de um indivíduo, por isso é tido como indispensável para a prosperidade e riqueza de uma nação.

Fernando Dolabela (1999) parte do pressuposto que todos nascem com a capacidade de empreender, mas cabe à educação o desenvolvimento desse perfil nos alunos, já que essa não é uma característica genética, mas que pode ser adquirida através da educação. Para ele, o empreendedorismo deveria fazer parte de todos os currículos, como um processo de formação de atitudes e características e não como uma forma de transmissão de conhecimentos, pois, prepara o aluno para a realidade e não importa qual será a profissão que este vai seguir. Para tal, Dolabela (1999, p. 41) diz que:

temos agora a obrigação de educar nossas crianças e jovens dentro de valores como autonomia, independência, capacidade de gerar o próprio emprego, de inovar e gerar riqueza, capacidade de assumir riscos e crescer em ambientes instáveis, porque, diante das condições reais do ambiente, são esses os valores sociais capazes de conduzir países ao desenvolvimento.

Um dos postulados das pedagogias em debate e do empreendedorismo é a liberdade individual, também longamente tratada pelo liberal Hayek (1987) para o mesmo a democracia é em essência um meio para proteger a paz interna e a liberdade individual e continua

ainda que a democracia deixe de ser uma garantia da liberdade individual, mesmo assim ela pode subsistir de algum modo num regime totalitário. Guardando embora a forma democrática, uma verdadeira “ditadura do proletariado” que dividisse de maneira centralizada o sistema econômico provavelmente destruiria a liberdade pessoal de modo tão definitivo quanto qualquer autocracia. (HAYEK, 1987, p.84).

Nesse sentido, segundo as regras do jogo vigentes e operantes em nossa sociedade, cada um é livre para perseguir metas e desejos, com a certeza de que os poderes governamentais não terão influência no sentido de malograr os esforços individuais. Para Hayek (1987, p. 192): “Um movimento cuja maior promessa é isentar o indivíduo da responsabilidade não pode deixar de ser antimoral, nos seus efeitos, por mais elevados que sejam os ideais que o geraram”. Assim o autor também defende um sistema onde haja um governo, ou seja, alguém ou um grupo, que seja capaz de decidir pela população em geral.

Em consonância com as ideias apresentadas pelos autores liberais todas as forças sociais devem contribuir para a efetivação de um ambiente empreendedor, e a escola não deve ficar alheia a isso, embora represente apenas um desses segmentos. Deve agir em colaboração com o meio econômico e empresarial, preparando pessoas para agir e pensar por conta própria, para inovar e ocupar o seu lugar no mercado de trabalho de maneira emotiva e prazerosa. Segundo pesquisadores e especialistas da área, a cultura empreendedora será a grande revolução do século XXI, o que é corroborado por Dolabela (1999, p.200-201):

É o início de uma revolução [...] o ensino de empreendedorismo. Fazer com que todo o curso, do primário à pós-graduação, exista sempre um conteúdo sobre a iniciativa, a independência, a criatividade, o conhecimento do mercado e de suas necessidades. Mudar a visão dos cursos. Estudantes de todos os cursos precisam saber empreender e não se ater aos conhecimentos específicos de sua área. A capacidade de criar algo só se aprende na ação e quando se tem um perfil para isso.

Neste aspecto concordamos com Ramos (s/d) para quem o ponto convergente da discussão curricular que toma o desenvolvimento de competências como referência constrói-se com base em razões predominantemente psicológicas, e defende que a pedagogia das competências poderia promover a oportunidade de tornar o currículo em ensino integral, mesclando-se nos problemas dos conhecimentos gerais,

conhecimentos profissionais, experiências de vida e de trabalho que normalmente são tratadas de maneira isolada.

Cielo (2006) cita Thimmons (1994), para quem o empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que representará para o século XXI, mais do que representou a Revolução Industrial no século XX. O empreendedorismo transforma-se, assim, na inusitada revolução social que deverá ocorrer no século XXI, comparável aos efeitos da revolução industrial ocorrida no século passado. Essa transformação que surgiu há vinte anos nos Estados Unidos, visando estimular a criação de empresas de sucesso, bem como, procurando diminuir os riscos inerentes aos processos de inovação. Para compreender esse fenômeno torna-se importante lembrar que, em 1975, nos EUA, cinquenta instituições universitárias ministravam aulas de empreendedorismo, sendo que em 1998 já eram mais de mil. Nos dias de hoje, o ensino de empreendedorismo na educação básica tornou-se obrigatório em cinco estados americanos (TERRA, 2005 *apud* FRANZINI; SELA; SELA, 2006, p.77-78).

A terminologia que marca as características do empreendedor perpassa pela criatividade, que deve ser algo presente na maioria dos empreendedores. De acordo com Dornelas (2003) não existem pessoas que não sejam criativas, o que existe são pessoas em que a criatividade está mais presente do que em outras, o que pode ser determinado por vários fatores de interferência. Na busca da criatividade as pessoas precisam estar abertas ao novo e nesse sentido Dolabela (2004 pp. 35 e 36) complementa ao dizer que:

A escola pune o erro. Com isso, ela inibe os alunos, que ficam com medo de inovar, assumir riscos e ser criativos. A escola tenta fazer todo mundo ficar igual, seguindo um modelo imaginado por ela, um ser ideal que não existe. Já o empreendedor precisa desenvolver sua identidade, diferenciar-se dos demais para ser capaz de ver o que os outros não vêem, o que, em suma, significa saber identificar oportunidades. A escola ensina as pessoas a repetir conhecimentos. Na vida empreendedora, as pessoas têm também que criar conhecimentos: um jeito novo de ajudar pessoas, de resolver problemas, de melhorar a vida, uma forma de produzir algo, um novo produto. A escola prepara

peças para seguir regras, mas o empreendedor é alguém que muda as regras, criando outras melhores.

Diante deste contexto é que esses apresentam uma nova metodologia para as aulas, onde o “aprender a aprender” esteja sempre presente, como condição essencial de garantia de aquisição de um perfil empreendedor por parte dos alunos, o que é reportado na maioria das obras que tratam do tema empreendedorismo na educação. A seguinte passagem da obra *A ponte mágica*, de Dolabela (2004), retrata como deve ser uma aula nestas condições. O autor fala sobre o comportamento da menina Luíza na escola, como alguém que senta na primeira fila, anota, pergunta e imagina-se em uma vida sem padrões estabelecidos:

Era a primeira vez que tinha uma aula sem jeito de aula, mais parecida com uma conversa. Alunos sempre calados romperam a timidez com perguntas. A professora Helena, que também lecionava ciências, apaixonara-se pelo empreendedorismo. (DOLABELA, 2004, p.34)

E ainda ao falar sobre as características da menina Luísa com forte perfil empreendedor o autor diz que ela deixou se atrair pelo desconhecido, pelo risco, pelo prazer, evidenciando que para isso é necessário não ter medo e encarar os desafios com cabeça erguida, demonstrando preparo frente às dificuldades.

De acordo com Dornelas (2003) o papel do empreendedor sempre foi fundamental na sociedade, mas está se intensificando agora devido à evolução tecnológica, que requer um número maior de pessoas que se encaixem nesse perfil.

Sela e Previdelli (2006) apontam que o empreendedor é apto a busca de informações e conhecimentos, o que o ajuda a acompanhar as mudanças e se adaptar ao mercado, para tanto dedica esforço pessoal na busca de informações de clientes, fornecedores e concorrentes. Assim poderá estabelecer metas claras e específicas de longo prazo e fixar objetivos mensuráveis de curto prazo, que estejam em consonância com as metas.

Porém, o empreendedor desenvolve e utiliza procedimentos para se certificar que o trabalho será realizado no prazo e dentro dos padrões de qualidade. Schumpeter (1982) menciona o empreendedor como alguém intuitivo e que tem a capacidade de ver as coisas da forma como se constata posteriormente.

Para Cielo (2006) não existe uma receita básica para que o sujeito torne-se empreendedor, mas os candidatos a empresários perseguem uma resposta. Para além disso, o mundo empresarial é um ambiente natural para o desenvolvimento deste potencial, o que é verificável em indivíduos cujos pais que trabalham por conta apresentam uma tendência muito maior para desenvolver seu potencial empreendedor do que aqueles que vêm de uma família de empregados.

Para Schumpeter (1982) o empresário é o portador da mudança e, portanto, o autor faz a distinção entre este e o capitalista. Independente dos capitalistas serem vistos como proprietários de bens materiais ou de dinheiro, a distinção hoje é mais clara. O que caracteriza o empresário são expressões como, iniciativa, autoridade ou previsão. Vejamos o que o autor diz:

Hoje em dia os primórdios desse processo social, a função empresarial é não apenas o veículo de contínua reorganização do sistema econômico, mas também o veículo de mudanças contínuas nos elementos que constituem os extratos mais altos da sociedade. (SCHUMPETER, 1982, p. 104).

Percebe-se diante disso que esses autores clássicos do liberalismo e do empreendedorismo, preocupam-se com a liberdade individual e autonomia dos sujeitos, o que conseqüentemente pode culminar na manutenção da ordem estabelecida, que requer um sujeito que seja capaz de empresariar seu futuro.

Com a finalidade de melhor explicitar o que foi acima exposto recorreremos mais uma vez a Hayek (1987) para o qual o significado do termo socialismo como ideais de justiça social, maior igualdade e segurança como seus fins últimos, trata-se de um equívoco. Observemos o que ele diz:

Mas significa também o método específico pelo qual a maior parte dos socialistas espera alcançar esses fins, e que para muitas pessoas inteligentes são os únicos métodos pelos quais esses fins podem ser plena e rapidamente alcançados. Neste sentido, socialismo equivale à abolição da iniciativa privada e da propriedade privada dos meios de produção, e à criação de um sistema de “economia planificada” no qual o empresário que trabalha visando ao lucro é substituído por um órgão central de planejamento. (HAYEK, 1987, p. 55)

Antes o autor defende um sistema onde haja um governo, ou seja, alguém ou um grupo, que seja capaz de decidir pela população em geral. Vejamos a citação abaixo que aborda de forma esclarecedora essa premissa

Quando o governo tem de resolver quantos porcos é necessário criar, quantos ônibus terão de ser postos em circulação, quais as minas de carvão a explorar ou a que preço serão vendidos os sapatos, essas decisões não podem ser deduzidas de princípios formais nem estabelecidas de antemão para longos períodos. Dependem inevitavelmente das circunstâncias ocasionais, e ao tomar tais decisões será sempre necessário pesar os interesses das várias pessoas e grupos. No final a opinião de alguém determinará quais os interesses preponderantes; e essa opinião passará a integrar a legislação do país, impondo ao povo uma nova categoria social. (HAYEK, 1987, p. 87)

Hayek (1987, p. 51) cita Lippmann (1936) para o qual a geração a que pertencemos está experimentando o que acontece quando as pessoas se afastam da liberdade com a finalidade de organizar de forma coercitiva suas atividades, mesmo que projetem uma vida mais abundante, na verdade o que acontece é ter que rejeitá-la, já que a organização centralizada se amplia, os vários objetivos cedem lugar à uniformidade por meio do princípio autoritário.

Talvez por isso na visão de Hayek (1987) possa parecer injusto empregar o termo “socialismo” para indicar apenas os métodos em detrimento dos objetivos:

Quase todos os pontos de divergência entre socialistas e liberais referem-se aos métodos comuns a todas as formas de coletivismo e não aos fins específicos para os quais os

socialistas desejam empregá-los; [...] também não devemos esquecer que o socialismo não é apenas a espécie mais importante de coletivismo ou de “planificação”; é também a doutrina que persuadiu inúmeras pessoas de tendências liberais a se submeterem mais uma vez ao rígido controle da vida econômica que haviam abolido, pois segundo Adam Smith, tal controle faz com que os governos, ‘para se manterem, sejam obrigados a tornar-se tirânicos’. (HAYEK, 1987, p.56).

Drucker (2005) também se contrapõe ao marxismo e a uma proposta de uma nova sociedade onde haja socialização dos meios de produção e de todas as outras formas de posse, como, por exemplo, de uma educação que realmente proporcione o acesso ao conhecimento elaborado ao afirmar que:

“revolução” é uma ilusão, a ilusão difusa do século XIX, mas hoje talvez a mais desacreditada de seus mitos. Sabemos agora que “revolução” não é realização e o novo amanhecer. Ela resulta de decadência senil da falência de ideias e instituições, do fracasso da auto-renovação. E, no entanto, também sabemos que teorias, valores e todos os artefatos de mentes humanas e de mãos humanas realmente envelhecem e rigidificam, tornando-se obsoletos, tornando-se “angustias”. (DRUCKER, 2005, p. 348-349)

Diante da exposição do autor pode-se ainda concluir que a revolução esperada pelos liberais, ou mesmo prevista por estes, está atrelada ao modo de produção capitalista, portanto, enfatiza a mudança que deve ocorrer no padrão de produção e consumo dos países não comunistas:

As empresas hoje estabelecidas precisaram mudar, e mudar muito, em qualquer situação. Dentro de vinte e cinco anos, todo país não comunista desenvolvido industrialmente verá a força de trabalho operário empregada na fabricação se reduzir para um terço da atual, enquanto a produção resultante aumentará três ou quatro vezes (...). Tendo em vista a estabilidade e liderança numa transição desta magnitude, as empresas de hoje tem que aprender como sobreviver e, deveras, como prosperar. E isso elas só poderão fazer se aprenderem a ser empreendedoras. (DRUCKER, 2005, p. 201)

Nesse sentido, também Schumpeter (1982) menciona as novas combinações estão corporificadas em novas empresas que geralmente não surgem das antigas, entretanto, iniciam a produtividade ao lado dessas.

Dessa forma, percebe-se que não somente indivíduos podem ser vistos como os empreendedores do futuro, mas também as organizações que são vistas como uma corporação que possuem um nome próprio e são marcadas pela burocracia e impessoalidade. Porém, se o desemprego será uma realidade, já que as corporações estão dispensando em grande parte a mão-de-obra humana e essa redução se torna mais contundente a cada dia, uma das alternativas apresentadas é o empreendedorismo, bem como tudo o que lhe é inerente, que segundo a sua ideologia torna organizações e seres humanos cada vez mais independentes.

De acordo com Dornelas (2003) o momento atual pode ser chamado de era do empreendedorismo, pois os empreendedores atuam em favor da globalização, criam novas relações de trabalho e definem novos empregos gerando riqueza para a sociedade, sendo o momento atual propício para o surgimento de cada vez maior de empreendedores.

Para Drucker (2005) os indivíduos enfrentam um grande desafio na sociedade empreendedora, o desafio do aprendizado constante, o que deve ser encarado como oportunidade e cada vez mais as pessoas terão que assumir responsabilidades pelo seu próprio aprendizado contínuo, bem como pela sua própria carreira. Todavia, ainda segundo o mesmo autor os empreendedores não se contentam com as melhorias ou mudanças do existente, mas procuram criar novos e diferentes valores, convertendo material em recurso ou combinando recursos. Hayek (1899, p.131) alega que

A geração de hoje cresceu num mundo em que, na escola e na imprensa, o espírito da livre iniciativa é apresentado como indigno e o lucro como imoral, onde se considera uma exploração dar emprego a cem pessoas, ao passo que ao chefear o mesmo número de funcionários públicos é uma ocupação honrosa.

De acordo com o autor, o grande mérito da doutrina liberal é ter reduzido a gama de questões que dependem de concordância de ideias a proporções adequadas a uma sociedade de homens livres, se para muitos a democracia não tolerará o capitalismo, para Hayek é importante compreender que só no interior de tal sistema é possível, já que no momento em que uma doutrina coletivista predominar a democracia se destruirá a si própria e complementa “Nossa geração esqueceu que o sistema de propriedade privada é a mais importante garantia de liberdade, não só para os proprietários, mas também para os que não o são.” (Hayek, 1987, p. 111). O mesmo autor ainda continua:

Uma autoridade internacional pode ser muito equitativa e contribuir enormemente para a prosperidade econômica, desde que se limite a manter a ordem e a estabelecer condições em que os indivíduos possam desenvolver-se por si mesmos. (HAYEK, 1987, p.204).

Para ele se fracassarmos na primeira tentativa de criar um mundo de homens livres, devemos tentar novamente. A política de liberdade para o indivíduo, deve ser o princípio norteador, pois é a única política que de fato conduz ao progresso, esse princípio permanece verdadeiro desde o século XIX.

Ainda cabe mencionar que para o autor acabar com o sistema de concorrência significa ameaçar a liberdade individual, mesmo que em outra ordem social alguns trabalhadores passem a alimentar-se melhor e todos passem a vestir de modo mais uniforme é admissível duvidar que a maioria desses trabalhadores agradeçam seus líderes por tolher-lhes a liberdade pessoal, já que essa é inconciliável com o poder supremo de apenas um objetivo em que todos devam ser submissos de forma completa e contínua. Portanto, um movimento que busca isentar os indivíduos de suas responsabilidades, por mais elevados que sejam os seus objetivos é antimoral nas consequências.

A partir do que se evidencia nessas pedagogias ditas “atuais” por estarem em consonância com a ordem social ora estabelecida e também por

convergirem com os clássicos liberais em muitos aspectos, embora destituídas do aprofundamento destes e considerando os pontos até aqui destacados, no próximo capítulo, pretende-se, analisar os pressupostos destas “pedagogias” no que diz respeito à naturalização que pretendem imprimir as causas sociais, à luz de autores que realizam a crítica ao projeto burguês de educação.

4. AS PEDAGOGIAS EMPRESARIAL E EMPREENDEDORA E A NATURALIZAÇÃO DO SOCIAL

A proposta deste capítulo é problematizar o “aprender a aprender” no contexto das pedagogias empresarial e empreendedora que é utilizado no sentido de dar uma caracterização espontânea aos fatos e relações sociais. É também objetivo deste capítulo propor uma contribuição, no sentido de desconstruir os fundamentos do determinismo biológico utilizado na construção de uma teoria pedagógica que apela constantemente para a liberdade individual, menosprezando as relações históricas e sociais.

Dessa forma é útil acrescentar que essa concepção educativa advém de um pensamento desconexo com a realidade que tem como seus principais fundamentos o (neo) liberalismo, que tende a determinar as funções do Estado e imprimir nos indivíduos a responsabilidade individual para o alcance do progresso individual e coletivo; o evolucionismo, corrente que se divide em várias escolas, mas aqui daremos ênfase ao darwinismo social, que consiste em uma corrente de pensamento que ainda hoje continua a influenciar o modo de muitos indivíduos pensar e se comportar; e o modelo psicológico comportamentalista que define qual é o perfil adequado de sujeito para os tempos atuais e futuros.

Com a finalidade tornar nítidas as contradições ideológicas postas por meio de um discurso sedutor e alienador, para o qual as pedagogias empresarial e empreendedora contribuem, adotamos a concepção de homem tal qual a apresentada pela perspectiva marxiana, como ser social, que se constitui a partir do contexto de sua existência, e, assim, é produto e produtor das relações que estabelece. Isso permite dar tonicidade à discussão histórica de ser humano, que é posta a margem no discurso ideológico em geral e nas pedagogias do “aprender a aprender” em particular.

É manifesto que no capitalismo o homem e a relação que estabelece com a sociedade, são pensados de forma descontextualizada da realidade e as pedagogias empresarial e empreendedora de alguma forma vem corroborar

com esse superficialismo no entendimento dessas relações ao apelar para o senso comum e responsabilizar tão somente o indivíduo pelo seu crescimento em todos os aspectos. Para exemplificar lembramos da célebre lenda do Barão de Münchhausen, cuja lógica se encontra no cerne do positivismo (LÖWY, 2009), para o qual o indivíduo é capaz de se livrar do pântano puxando-se pelos próprios cabelos. Para Tonet (2013) a necessidade de manter a ordem “positiva” da sociedade se esforça no sentido de defender a naturalidade dos fundamentos da ordem capitalista, assim como de rejeitar qualquer possibilidade de transformação revolucionária no sentido de construir um método que pudesse compreender o objeto sem nenhum comprometimento valorativo do sujeito.

Ainda nesse sentido Löwy (2009) destaca que essa corrente de pensamento está fundamentada em premissas que estruturam um “sistema” coerente e operacional, a saber: a sociedade é regida por leis naturais, que independem da vontade e da ação humana; e, portanto, pode ser assimilada pela natureza e ser estudada pelos mesmos métodos e processos que se emprega para o estudo das ciências naturais; as ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias.

Para esse pensamento liberal corrente há na sociedade uma gama de condições e possibilidades a serem aproveitadas. Logo, tudo se apresenta como natural, espontâneo, ou seja, esse pensamento não se reporta às condições concretas de vida, trabalho, formas de produção e assim por diante, originadas no social e na sua lógica e dinâmica contraditórias.

O clássico defensor do liberalismo, F. Hayek, em “O caminho da servidão” (1987), procura demonstrar que a tendência em substituir a ordem espontânea por outra deliberadamente humana, administrada por um sistema de planejamento central, é infinitamente complexa e acaba por resultar no empobrecimento e na servidão que, por sua vez, tolhem todo e qualquer tipo de liberdade.

Os termos social, sociedade e todos que deles derivam, são utilizados de forma ideológica, referindo-se simplesmente a um conjunto de pessoas que em sua maioria vivem de forma amistosa. Portanto, parece não ser objetivo do autor explicar sobre o contexto social que está baseado na divisão de classes, no lucro e na exploração. Podemos notar que esse argumento traz uma conotação de naturalização da realidade.

Hayek (1987, p. 213) ainda afirma que: “Agora, é mais importante remover os obstáculos com que a insensatez humana obstrui o nosso caminho e liberar a energia criadora dos indivíduos, do que inventar novos mecanismos para “guiá-los” e “dirigi-los” – criar condições favoráveis ao progresso, ao invés de planejar o progresso.”

Tonet (2013), por sua vez, afirma que: “A fragmentação, a diferença, a empiricidade, a efemeridade, então, deixam de ser produtos históricos-sociais, para se tornarem características naturais da realidade. Para Netto (1985) a aparência da realidade é coisificada, esta aparência mistifica os fenômenos sociais, enquanto processos, mas os mostra como coisas alheias aos homens e as suas relações.

Para Hayek (1985) certos modos de fazer ciência são, na verdade, os menos científicos, e, portanto, confiar à ciência qualquer controle baseado em princípios científicos, mais do que esses podem conseguir acarreta em efeitos deploráveis. Todavia, esse modo de ver os fatos, segundo o autor, vai encontrar resistência especialmente por parte daqueles que achavam que o crescente poder de previsão e controle quando aplicados a processos sociais tornaria possível moldarmos a sociedade de acordo com o nosso gosto. Nas próprias palavras do autor:

Não obstante, a confiança no poder ilimitado da ciência frequentemente se baseia na falsa crença de que o método científico consiste na aplicação de uma técnica “pré-fabricada”, ou na mais simples imitação da forma – e não da substância – do processo científico como se alguém precisasse seguir receitas de um manual de culinária para resolver os problemas sociais. (HAYEK, 1985. p. 64)

A ideologia da burguesia não implica necessariamente, na negação de toda a ciência, mas na existência de barreiras que restringem o campo de visibilidade cognitiva (LÖWY, 2009). Observa-se que as pedagogias empresarial e empreendedora produziram um arcabouço marcado pelo superficialismo, no que tange a teoria educacional, que se apresenta como mais um modismo para o consumo da época. Portanto, essas teorias atuam no sentido reacionário da ciência pedagógica e, assim, podem frear o desenvolvimento de uma ciência condizente com uma transformação radical da atual estrutura social. Como retrata Tonet (2013, p. 61) na seguinte passagem:

na ausência de seriedade com que são abordados, citados ou até descartados autores – especialmente certos autores, - na despreocupação com uma fundamentação rigorosa; na utilização de conceitos – como, por exemplo, modernidade, razão, crítica, cidadania, democracia, pluralismo, socialismo e outros – de forma pouco criteriosa, como se fossem dotados de sentido óbvio.

Conforme aponta o texto de Engels (2004) “O papel do trabalho na transformação do macaco em homem”, quando o homem inicia seu domínio sobre a natureza, por meio do trabalho, ampliam-se também os horizontes do conhecimento. Esse mesmo desenvolvimento permite o agrupamento entre os indivíduos para a realização conjunta das atividades, mas para isso, eles também necessitavam comunicar-se. Assim, o trabalho e a linguagem, consistem em elementos fundamentais para a transformação gradual de um cérebro animal para um cérebro humano.

Quando o homem se separa definitivamente do macaco esse desenvolvimento não cessa de modo algum, mas continua, em grau diverso e em diferentes sentidos entre os diferentes povos e as diferentes épocas, interrompido mesmo às vezes por retrocessos de caráter local ou temporário, mas avançando em seu conjunto a grandes passos, consideravelmente impulsionado e por sua vez, orientado em um determinado sentido por um novo elemento que surge com o aparecimento do homem acabado: a sociedade. (ENGELS, 2004, p.7)

Por outro lado, na perspectiva biologizante a evolução do homem por meio da atividade consciente parece ser desconsiderada como podemos perceber nos postulados de Maturana (2002, p.19) através da citação abaixo:

Tem se dito, frequentemente, que a historia da transformação do cérebro humano está relacionada com a utilização de instrumentos, principalmente com o desenvolvimento da mão em sua fabricação. Não compartilho dessa opinião, pois a mão já estava desenvolvida nesses nossos antepassados. Parece-me mais factível que a destreza e a sensibilidade manual que nos caracterizam tenham surgido na arte de descascar as pequenas sementes de gramíneas da savana, e da participação da mão na carícia, por sua capacidade de moldar-se a qualquer superfície do corpo de maneira suave e sensual. Ao contrário, eu defendo que a história do cérebro humano está relacionada principalmente com a linguagem. Quando um gato brinca com uma bola, ele está usando as mesmas coordenações musculares que nós. (MATURANA, 2002, p.19)

Entretanto, na sequência do texto o autor da citação acima não procura esclarecer a sua visão com relação à origem da linguagem, mas segundo o mesmo, a evolução, é um processo conservador, em que as novas gerações “conservam o novo na conservação do velho”. Vejamos:

Mas se a hominização do cérebro primata está relacionada com a linguagem, com que está relacionada a origem da linguagem? Comumente dizemos que a linguagem é um sistema simbólico de comunicação. Eu sustento que tal afirmação nos impede de ver que os símbolos são secundários à linguagem. (MATURANA, 2002, p.19).

A forma como o autor aborda o fenômeno da linguagem parece estar destituída de uma explicação que permita ao leitor compreender sua concepção a respeito do surgimento da mesma. Assim percebemos que a naturalização dos fenômenos humanos leva inevitavelmente ao risco de algumas teorias eternizarem fenômenos históricos e resultantes de relações sociais.

Nesse sentido, sobre o darwinismo social, temos de acordo com Bassani e Silva (2007) que essa teoria, inspirando-se nas ideias do cientista inglês

Charles Darwin sobre a evolução dos seres vivos, estabeleceu fortes correlações entre o pensamento biológico darwinista e as questões sociais, quanto sua interpretação e funcionamento da sociedade e suas transformações. “Portanto os darwinistas sociais, familiarizados com a ideia darwinista da evolução orgânica (biológica), procuravam transpor esse modelo de evolução e progresso animal, substituindo organismos por grupos sociais.” (BASSANI e SILVA, 2007, p. 62). Na verdade foi assim, por exemplo, que nasceram as ciências sociais no século XIX, nas figuras de Augusto Comte e Herbert Spencer (LÖWY, 2009).

Em contrapartida temos ainda no que diz respeito à linguagem, de acordo com Da Mata, Klein e Silva (2010), que a coordenação múltipla do trabalho presume ação conjunta e requer que em algum momento um indivíduo sinta necessidade de se comunicar com outros. Assim “[...] a invenção da linguagem é inseparável do surgimento do ser social e da coordenação múltipla do trabalho.” (DA MATA, KLEIN E SILVA, 2010, p.107). Para os mesmos autores (2010, p. 108)

a partir dos primeiros grupamentos humanos surgem as primeiras sociedades. Consideradas ainda primitivas, elas apresentam já relações sociais complexas. A organização humana em grupamentos, tendo por base a atividade produtiva, modifica profundamente a relação com a natureza e entre os próprios humanos.

Pode-se compreender dessa forma que o trabalho, fundamento da vida em sociedade é fundamental para a compreensão da história do desenvolvimento do ser humano, bem como da sua evolução de uma condição mais biológica para outra mais humana. O que se manifesta desde a evolução do instrumental de trabalho que a cada geração recebem as marcas dessa evolução. Assim, de acordo com Engels “[...] é grande a distância que separa a mão primitiva dos macacos, inclusive os antropóides mais superiores, da mão do homem, aperfeiçoada pelo trabalho durante centenas de milhares de anos.” (Engels, 2004, p.3). Para ele, a mão não é apenas o órgão de trabalho, mas também produto que dele resulta.

De acordo com Da Mata, Klein e Silva (2010, p. 105)

Há uma antecipação ideal antes de o homem objetivar sua atividade produtiva. O fabrico de instrumentos não só elevou a consciência humana dos limites da animalidade, como também transformou em mente capaz de antecipar idealmente os resultados esperados.

De acordo com os mesmos autores, a relação dos seres humanos com a natureza não ocorre de forma imediata, mas mediada. Os homens, além de transformar coisas da natureza em objetos não naturais, com os quais transformam a natureza, ainda os mantêm consigo, portanto esses instrumentais tornam-se extensões de si e são capazes de garantir a atividade consciente produtiva, o trabalho. Para Duarte (2004)

Enquanto nos outros seres vivos a relação entre a espécie e cada ser pertencente a ela é determinada pela herança genética, no caso do ser humano a relação entre os indivíduos e a história social é mediatizada pela apropriação das objetivações produzidas historicamente. (DUARTE, 2004, p.123).

Na perspectiva de pensamento do autor, é evidente, que o homem não nasce favorecido com certas aptidões e habilidades, como é apregoado por certas tendências ideológicas e biologizantes do ser humano, mas, sobretudo, são entendidas como criações históricas dentro de determinados contextos.

Duarte (1993) insiste na observação de que o desenvolvimento do ser humano não é independente da existência biológica, pois o desenvolvimento histórico tem como pressuposto o desenvolvimento biológico, mas de acordo com o autor é importante frisar que o desenvolvimento do gênero traz consequência para a espécie. Para ele:

A existência humana deixa de depender da mera capacidade adaptativa do organismo em relação ao meio. A organização social passa a ser o elemento decisivo na manutenção da existência. Por outro lado, no atual nível de desenvolvimento produtivo e tecnológico, o ser humano vê-se perante a

possibilidade de destruição total do meio ambiente e de si mesmo, seja pela guerra seja pela destruição ambiental. (DUARTE, 1993, p. 103-104)

Entretanto, é válido mencionar que os seres humanos não escolhem onde nascer e viver, mas antes, isso se determina pela forma como se estrutura a sociedade de classes. Pelo contrário, a sociedade de classes produz um desenvolvimento humano que também se divide em classes. Löwy (2009) cita Lukács, para quem a burguesia é em sua consciência de classe, dilacerada por interesses contraditórios, primeiro, o interesse em conhecer claramente uma série de fatos econômicos particulares, e o segundo, o interesse em ocultar cuidadosamente a verdadeira essência da sociedade capitalista. Isso não significa dizer que, de acordo com Löwy (1999, p. 150) “[...] a ciência burguesa resulta simplesmente da falsa consciência ou da ideologia”. Conforme o mesmo autor ainda nos ajuda a compreender, os fenômenos econômicos com frequência são citados por Comte como exemplo de “leis naturais invariáveis” da sociedade, como no caso da concentração do capital que tem nas leis naturais, salvaguardada a acumulação das riquezas nas mãos dos industriais.

É Durkheim que enfatiza em “As regras do método sociológico”, que a primeira regra e, portanto, a mais fundamental é a de considerar os fatos sociais como coisas, e daí deduz-se que a sociedade é considerada como coisa, no caso o seu funcionamento é comparado com um corpo vivo, dotado de órgãos, em que cada um cumpre sua função, mas certos órgãos tem uma situação privilegiada, o que é natural. Nessa obra o autor ainda explica que os fatos sociais são coisas, daí observa-se que as instituições agem de modo a pressionar a conformação e adaptação que são impostas ao indivíduo. Para o autor “[...] pode-se chamar de instituição toda crença, todo comportamento instituído pela coletividade, sem desnaturar o sentido da expressão; sociologia seria então definida como a ciência das instituições, de sua gênese e de seu funcionamento”. (DURKHEIM, 1978, p. 9).

Contra-pondo-se à naturalização que se evidencia acima, temos segundo Löwy (1999, p. 75) que as ideias essenciais da perspectiva histórica podem ser sintetizadas da seguinte maneira: todo fenômeno cultural, social ou político é histórico e não pode ser compreendido senão por meio e na historicidade; existem diferenças marcantes entre fatos naturais e históricos e, assim, entre as ciências que as estudam; não é só o objeto da pesquisa que está imerso no fluxo da história, mas o próprio pesquisador, sua perspectiva, seu método e seu ponto de vista.

As pedagogias que aqui estão representadas pelas pedagogias empresarial e empreendedora, são compostas por um referencial que coaduna com o desenvolvimento de aptidões e habilidades “naturais” para a formação das “pessoas”, ou melhor, de trabalhadores.

Toda a produção bibliográfica pesquisada da área das pedagogias empresarial e empreendedora para a concretização desse trabalho, busca apregoar que os indivíduos “normais” são capazes de superar suas limitações e por em prática suas competências, já que estas são responsáveis pela sua inserção e garantia no mercado de trabalho. Esse discurso de caráter biologizante, adaptativo, conformador e psicologizador, que gira em torno das pedagogias empresarial e empreendedora, atua no sentido de naturalizar e universalizar a concepção de ordem social vigente.

Os autores das pedagogias empresarial e empreendedora estudados tem em comum a defesa da ordem natural das coisas, embora nem sempre estejam pautados nos clássicos liberais, ficando mesmo, na melhor das hipóteses, na vulgata teórica e no superficialismo. Nesse sentido, para que ocorra o desenvolvimento social dentro da ordem estabelecida é necessária a centralidade da ação do indivíduo com a finalidade do alcance do próprio sucesso. O clássico liberal Hayek, já bastante mencionado neste trabalho oferece várias contribuições no sentido de chamar a nossa atenção para essa premissa, o que fica evidente no trecho a seguir:

Quando o curso da civilização toma um rumo inesperado – quando ao invés do progresso contínuo que nos habituamos a esperar, vemo-nos ameaçados por males que associamos a barbárie do passado – naturalmente atribuímos a culpa a tudo, exceto a nós mesmos. (HAYEK, 1987, p. 38).

Para o mesmo, os princípios básicos do liberalismo não contêm nenhum elemento que o faça um credo estacionário. Vejamos

enquanto a atitude individualista em face dos fenômenos sociais é a única que nos permite reconhecer as forças supra-individuais que regem a evolução da razão. O individualismo é, assim, uma atitude de humildade diante desse processo social e de tolerância para com as opiniões alheias, sendo a negação perfeita da arrogância intelectual implícita na ideia de que o processo social e de tolerância para com as opiniões alheias, sendo a negação perfeita da arrogância intelectual implícita na ideia de que o processo social deva ser submetido a um amplo dirigismo. (idem, p. 157).

Na concepção de Maturana (2002), pautada ademais em um princípio apriorístico e sem referências na realidade, as relações de trabalho não são consideradas relações sociais, porque elas se fundam no compromisso de cumprir uma tarefa e, nelas, o cumprimento da tarefa é a única coisa que importa. Nas palavras do autor:

para adotar o compromisso de trabalho é essencial que os participantes sejam pessoas, seres multidimensionais, mas uma vez assumido o compromisso, o fato de os participantes serem pessoas e terem outras dimensões relacionais não tem nenhuma pertinência. Isso se nota quando aquele que aceita o compromisso de trabalho tem alguma dificuldade na sua realização. (MATURANA, 2002, p.69).

Diante dessa citação e discordando com o autor recorremos a Marx (2004) para quem o “[...] trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos ele tem que lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade.” (Marx, 2004, p.25). Diante desse argumento não há como desprezar que as relações de trabalho são construções históricas e sociais, portanto, não é possível compreendê-las

com explicações fundadas apenas no determinismo biológico. E mais, que as relações de trabalho são as relações sociais fundamentais na produção do ser social, e, logo, é pura sociabilidade.

A insistência na naturalização das relações sociais apregoada por Maturana, acaba por ter um papel importante na maneira como a educação vem se organizando. Por isso, é importante e também necessário compreender e questionar de que forma se organizam os currículos escolares, que se pautam no distanciamento entre realidade social e instituição escolar.

De acordo com Santomé (1998) é de vital importância que as questões sociais e problemas cotidianos sejam contemplados no trabalho curricular. Para o autor o processo de desqualificação e atomização de tarefas foi reproduzido no interior dos sistemas escolares. Vejamos:

Tanto trabalhadores como estudantes verão negadas suas possibilidades de poder intervir nos processos produtivos e educacionais dos quais participam. A taylorização no âmbito educacional faz com que nem professores nem alunos possam participar dos processos de reflexão crítica sobre a realidade. A educação institucionalizada parece ter se reduzido exclusivamente a *tarefas de custódia* das gerações mais jovens. (MATURANA, 1998. p. 13)

Ramos (s.d) também se preocupa com a discussão curricular que toma o desenvolvimento de competências como referência. Para a autora a crítica à compartimentação disciplinar e a defesa das competências fundam-se em razões psicológicas e sustentam princípios curriculares como integração, globalização e interdisciplinaridade. Para a mesma uma construção curricular deve contemplar alguns pressupostos epistemológicos e ético-políticos, tais como:

conceber a realidade concreta de uma totalidade, de modo que o currículo busque contemplar todas as dimensões do conhecimento, em que se incluem as suas determinações e potencialidades técnico-operacionais mas também as econômicas, as físico e socioambientais, as sociohistóricas e as culturais. (RAMOS, s.d)

O estudo da sociedade e das relações que nela se estabelecem é complexo, portanto, as respostas e explicações não podem advir centralmente da naturalização. As pedagogias empresarial e empreendedora estão em um nível de discussão que não permite ir muito além de uma teoria que suscita a conformação e adaptabilidade de muitos que nela estão envolvidos, assim seus efeitos podem ser sentidos na própria alienação em que os trabalhadores educados nesses moldes se encontram. Para Kuenzer (1989, p.52)

Dadas as características do novo tipo de trabalho, determinou-se a necessidade de uma nova concepção de mundo que fornecesse ao trabalhador uma justificativa para sua própria e crescente alienação, e ao mesmo tempo, suprisse as necessidades do capital com um homem cujos comportamentos e atitudes fossem compatíveis com os imperativos do novo sistema produtivo.

Os pressupostos inerentes aos raciocínios da naturalização deslocam-se para os campos da educação, e essas ideias reforçam os mitos e ideologias impregnados pela influência das pedagogias que visam esvaziar a educação de densidade, e estas pedagogias ganham vigor em grande parcela do ramo educacional e permeia as relações dentro e fora dos domínios da escola, como é o caso das pedagogias aqui estudadas. Por isso, nos propomos a problematizar o sentido e o significado que tal discurso adquire ao moldar essas relações, já que está presente na maneira como muitos educadores realizam sua atividade cotidiana. De acordo com Santomé (1998, p. 29):

cada vez mais, as instituições escolares passam a ser vistas da mesma maneira que as empresas e mercados econômicos. As análises e instrumentos analíticos para compreender as dinâmicas empresariais e mercantis vão adquirindo maior relevância na hora de julgar os sistemas educacionais.

Para enfrentar essa característica empresarial presente no âmbito educacional, temos que enfrentar o caráter de naturalização impregnado pelas pedagogias burguesas, para buscar argumentos que fundamentem dados que

parecem “determinantes” em relação ao social, já que bases de cunho biológico interferem excessivamente as concepções a respeito da educação ao tentar separar a escola do meio social, tais concepções materializam-se e ganham forma nos currículos educacionais.

As preferências dos educadores por essa “subteoria pedagógica” não são meras características oriundas da falta de rigor crítico dos mesmos, mas também construções sociais e históricas; portanto, não é mais possível compreender o comportamento dos professores através da crítica exaustiva de que os mesmos desenvolvem uma atividade alienada no dia-a-dia da sala de aula, o que implicaria em uma visão reducionista, com explicações fundadas no superficialismo e no determinismo. Dessa forma, entendemos que a função social da educação é marcada pelos imperativos da sociedade em que se insere.

Ao buscar as causas sociais e culturais da prática escolar, encontramos sua prática em reações de tipo cotidianas, materializadas em pequenos gestos que se encontram interiorizados no processo educacional. Estes atos são preconcebidos de maneira acrítica e superficial e propagados por meio de costumes e regras impostas, portanto, não devem resistir à razão nem aos novos tempos que, para que ocorra uma transformação dos moldes de produção capitalista, requer uma outra postura dos educadores. Essa forma de pensar e fazer a educação impede a autonomia do ser humano, ou seja, apregoa a liberdade individual, quando na verdade diminui essa liberdade. Para Santomé:

numerosas propostas pedagógicas que estão sendo divulgadas por instancias ministeriais pertencentes ao próprio governo, que atualmente também esta contribuindo com a flexibilização dos mercados de trabalho, adquirem sentido se levarmos em consideração esta interdependência entre a esfera econômica e a educacional. Conceitos e propostas como as de “descentralização”, “autonomia dos centros escolares”, “flexibilidade dos programas escolares”, “liberdade de escolha de instituições docentes”, etc., tem sua correspondência na descentralização das grandes corporações industriais, na autonomia relativa de cada fábrica, na flexibilidade de organização para ajustar-se a variabilidade de mercados e

consumidores, nas estratégias de melhora de produtividade baseada nos círculos de qualidade, na avaliação e supervisão central para controlar a validade e o cumprimento dos grandes objetivos da empresa, etc. (SANTOMÉ, 1998, p. 20-21)

As relações que ocorrem entre empresa e escola, visualizada principalmente nos processos de ensino-aprendizagem são repletas de estratégias voltadas à normalização e ao controle das expressões educacionais. Formas de controle disciplinar estão intrinsecamente relacionadas à constituição curricular, bem como ao reforço de características e comportamentos esperados de cada indivíduo para a adaptação a essa realidade. Os teóricos que defendem as pedagogias empresarial e empreendedora acabam por transmitir expectativas quanto ao tipo de desempenho intelectual mais adequado para determinada realidade, que aqui se destaca como o “saber fazer”.

Assim, discutir as questões relacionadas à escola e a empresa requer analisar as relações entre ambas. Pesquisas têm revelado práticas e estratégias de organização do trabalho pedagógico caracterizados por uma intencionalidade empresarial quanto à organização dos tempos e espaços etc. Práticas como o sinal que toca para a troca e professores, a fragmentação do ensino (aulas de 50 minutos de cada disciplina) a formação de filas etc., são algumas das características da fábrica na escola (KUENZER, 1989).

É possível identificar práticas de encorajamento para que educadores deixem de “transmitir conhecimentos” e passem a “criá-los” em sala de aula juntamente com seus alunos. Tais práticas revelam que os educadores devem esforçar-se no sentido de aprender como deve ser aulas no presente século, deixando de lado as formas “arcaicas” de ensinar e aprender. O que deve ser realizado para permitir aos indivíduos uma formação que se encaixe no modelo requerido pelo mundo de trabalho atualmente. Essa formação é entendida como adequada, “natural” e, ainda, própria para o momento.

A “calcificação” de tais ideias e funções nas instituições educativas permitem às escolas atuar de forma paralela ao mundo do trabalho como

requer o regime do capital. Nesse sentido convém citar o que diz Kuenzer (1989, p. 14):

Quanto mais a produção capitalista simplifica o trabalho pela mecanização, mais as diferenças de qualificação deixam de ser reais; o conhecimento específico do trabalho que caracterizava o trabalhador individual no artesanato e na manufatura se dissolve em um conjunto de habilitações genéricas que permite a mobilidade da força de trabalho. Ao transferir para o trabalhador coletivo o conhecimento do trabalho e, em decorrência, simplificando-se as funções desaparece a necessidade de qualificação, entendida como o domínio completo do conteúdo do trabalho. Ao mesmo tempo, reforça-se a necessidade do desenvolvimento de um conjunto de hábitos, habilidades e comportamentos que tornem possível a recomposição ao nível do trabalho coletivo, da unidade rompida, de modo a constituir-se um corpo coletivo organizado, integrado, harmônico.

Essa discussão traz à tona dilemas e situações vivenciadas pelos trabalhadores, já que para executar esse trabalho o trabalhador precisa ser educado, e a educação também ocorre no interior do próprio processo produtivo, assim, precisa organizar-se individual e coletivamente para o rendimento máximo do aparato produtivo o que significa que “a base do desenvolvimento intelectual e moral são os interesses do capitalismo.” (KUENZER, 1989, p. 77).

Ainda para a mesma autora são três as causas responsáveis pelo aumento da produtividade em consequência da divisão do trabalho, a saber, o aumento da destreza do trabalhador, se dedicando a um fragmento da trabalho, apenas; a economia de tempo; e a invenção das máquinas. Santomé também contribui nesse sentido ao dizer que

Atualmente, segundo as organizações empresariais, se quiser aumentar a competitividade das empresas é imprescindível atingir uma maior eficiência produtiva, e para isso necessita-se uma série de requisitos: aumento da produtividade, redução dos custos trabalhistas e de capital, melhora da qualidade e flexibilização da produção; consequentemente, é preciso recorrer a outras formas de gestão e organização do trabalho. (SANTOMÉ, 1998, p. 15).

Para concluir esse capítulo dizemos que precisamos estar atentos aos ditames educacionais impostos pela perspectiva neoliberal, para romper com esses “modelos educacionais” que se prestam a um “desserviço” para uma educação como promotora do desenvolvimento humano em sua forma mais ampla. Precisamos, ainda, repensar a supremacia deste modelo questionando: a serviço de qual classe e de quais interesses atuam, é isso que permitirá que a educação ganhe vigor para combater a força da homogeneização de que está sendo refém. Portanto, a educação como um fato biológico e natural deve ser problematizada, já que acreditar na explicação natural sobre fatos e relações sociais não permite ultrapassar os percalços estabelecidos como imutáveis pelas “leis do capital” e avançar no sentido de consolidar uma teoria que realmente contribua para a elevação do conhecimento, principalmente na escola pública, que é o primeiro lugar que a classe trabalhadora tem acesso para se apropriar do conhecimento formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolveu-se a partir da análise de textos publicados sobre as pedagogias empresarial e empreendedora, as quais se propõem a contribuir para a solução dos problemas sociais atuais, por meio de um discurso de caráter sedutor, com ênfase na liberdade individual.

Portanto, a categoria eleita como central para a análise dessas pedagogias foi a naturalização do social, muitas vezes impressa nos indivíduos por meio de concepções que as embasam como o liberalismo, o darwinismo social e a psicologia comportamental. Para melhor compreender como esse discurso atua dentro do contexto neoliberal, o estudo de alguns autores que se enquadram na perspectiva marxiana, foram decisivos na elucidação do que aqui foi debatido, entre os quais, podemos destacar, Antunes (2002; 2013); Duarte (2006; 2008); Drewinski (2009); Engels (1876); Gramsci (1988); Kuenzer (1989); Löwy (2009); Marx (2012); Netto (1985); Melo (2010); Montaña (1999); Moraes (s/d); Ramos (2013); Rossler (2006) e Tonet (2013).

A escolha do material de pesquisa sobre as pedagogias empresarial e empreendedora, a partir do qual o trabalho se desenvolveu, foi realizada considerando alguns critérios, tais como, título da obra, autores, documentos que regem a educação atual com traços empresariais e empreendedoraes marcantes. Todos lidos integralmente e selecionadas as partes consideradas fundamentais para a análise.

De acordo com o estudo aqui elaborado, no esforço de relacionar as pedagogias empresarial e empreendedora ao mundo do trabalho, percebeu-se como se apregoa um discurso que tende a universalizar e naturalizar o que tem suas bases no social, e isso vem se tornando recorrente principalmente na educação, para os liberais (clássicos e não clássicos) isso é normal e inevitável à realidade do momento, pois as ações empreendedoras são as chaves para a resolução dos problemas no mundo do trabalho. Logo, é da natureza social o que ora está estabelecido, assim como é da natureza humana ultrapassar seus limites.

Porém, os trabalhos que tratam desse tema se destinam a formar uma mão de obra consonante com as exigências do capital, e são destinados aos que atuam na formação de pessoas para o mundo do trabalho, assim como aos próprios trabalhadores. Ao buscar impregnar um discurso de crença na naturalidade de questões criadas, organizadas e levadas adiante pelo projeto liberal, busca-se aprofundar a crença na naturalidade dessas questões.

Dentre outros aspectos bastante recorrentes em relação às pedagogias analisadas encontram-se o controle, a autoridade, a imposição de regras e a flexibilidade dos trabalhadores perante tudo isso, já que se tem como pressuposto a naturalização das relações sociais, o que requer dos indivíduos adaptação. A concepção de ser humano para essas pedagogias é de um ser “humano universal”, não no significado íntegro do termo, mas universal no sentido de que todos os homens podem buscar a realização de suas capacidades.

Diante de tudo o que aqui já se discutiu, é evidente que vivemos em uma era de crise, de uma “cultura” que valoriza o ser humano “produtivo” no sentido mais pragmático do termo, ou seja, aquele que é considerado enquanto produtor de mais-valia para o capital.

A nossa preocupação concentra-se no sentido de que a educação não deve manter-se divulgando e reforçando essas visões ideológicas e descontextualizadas, pois estas não representam uma contribuição para uma formação crítica e humanista do ser humano, coerentes com uma nova ordem social que traga em seu bojo absolutas possibilidades de um desenvolvimento autônomo e pleno do homem enquanto ser humano.

Embasando-nos em uma concepção crítica de educação, o que é apresentado pelo discurso sedutor das pedagogias empresarial e empreendedora, não pode ser tomado como natural, sem uma leitura crítica, mas como uma construção social com repercussões no desenvolvimento do ser social, ou seja, de um ser que pertence a um período histórico que foi produzido pelos homens e que poderá ser substituído por uma organização superior. Observe-se que:

O projeto histórico proposto pelo proletariado é o modo de produção comunista. Sua efetivação demanda, necessariamente, um conhecimento da realidade social que permita demonstrar que não se trata de um simples desejo, mas de uma possibilidade real e, além disso, superior à forma da sociabilidade burguesa. Necessita de um tipo de conhecimento que permita fazer uma crítica radical da forma da sociabilidade existente, isto é, compreender a origem última do ser social, ir à raiz mais profunda desta forma de sociabilidade (capitalista) e apreender a conexão íntima com a possibilidade e a necessidade de transformação também radical desta sociedade. (TONET, 2013, p. 19).

Para o mesmo autor, falar em profundidade máxima, não é fazer referência a algo vago ou obscuro, mas a um nível que permita demonstrar o caráter radicalmente histórico e social da realidade. O que pode não coadunar com os interesses burgueses e com a visão naturalizante por eles imposta, já que trazem à tona os mecanismos da produção e reprodução da forma da atual sociabilidade, marcada pela divisão de classes, pela exploração etc.

Por isso procuramos defender um conhecimento mais profundo possível para o proletariado, já que este traria significativa contribuição no sentido de uma instrumentalização dessa classe para a intervenção na transformação da atual conjuntura. Para que esse conhecimento venha a se tornar concreto, há necessidade de uma compreensão dos fenômenos sociais, enquanto uma rede de relações. Segundo Löwy (1999, p. 76-77) “[...] o marxismo tem tradicionalmente defendido a tese de que a cada época histórica, as classes progressistas, ou revolucionárias, são aquelas cujo ponto de vista ou ideologia favorece um melhor conhecimento da realidade objetiva”.

Para Kuenzer: “Os trabalhadores e seus intelectuais serão tanto mais eficazes na sua práxis revolucionária quanto mais souberem ler e compreender o presente a partir do passado, como um momento crucial do futuro.” (Kuenzer, 1989, p.181).

No marxismo, porém, é colocado o problema do condicionamento histórico e social, com vistas a por às claras as ideologias que a naturalização de um discurso aparentemente neutro tenta ocultar. Dessa forma devemos

estar atentos também às mudanças que vem ocorrendo em nossa sociedade e contribuir para o rompimento de modelos que muitas vezes são propostos de maneira vertical e acatados sem muita crítica. Para isso, é necessário questionar e atuar no sentido da desconstrução dessas pedagogias rumo à valorização do saber que dê garantia do indivíduo participar de maneira mais ativa no contexto em que vive.

As pedagogias em debate nesse texto partem de premissas liberais e conservadoras, e utilizam para isto uma visão evolucionista que tende a naturalizar tanto o ser humano quanto as relações que este estabelece no decorrer da história, ou seja, a ideia impregnada é que o sistema social oferece as mesmas oportunidades para todos, mas é a vontade e a liberdade dos indivíduos que fazem com que algumas alcancem o sucesso e outras não.

Com base no que aqui foi exposto e estudado apontamos também algumas alternativas para a superação dessas correntes pedagógicas que influenciam a educação atualmente.

Assim, a educação oferecida pela escola não deve ser vista de forma unilateral, como processo de satisfação espontânea, mas como um processo que produza necessidades cada vez mais elevadas e enriquecedoras nos indivíduos (DUARTE, 2006).

A superação do senso comum pedagógico representado pelas pedagogias empresarial e empreendedora poderá ocorrer quando se fizer presente uma pedagogia que priorize ações concretas que permita o avanço da formação dos indivíduos rumo à perspicácia das contradições dessa sociedade, ou seja, “[...] há que se lutar para que cada vez mais indivíduos se apropriem do saber científico, filosófico e artístico” (DUARTE, 2006, p.282), pois é esse saber que permitirá a resistência a alienação.

É uma pedagogia que se baseia na crítica e na história, que deverá constituir-se em um referencial para a realização de ações educativas humanizadoras, uma pedagogia capaz de superar as pedagogias que permeiam o campo de educação atualmente e que se apresentam como

pedagogias do “aprender a aprender” aqui evidenciadas com o título de “Pedagogia Empresarial” e “Pedagogia Empreendedora”.

Entretanto esse trabalho também objetivou de sistematizar algumas críticas às assim chamadas pedagogia empresarial e empreendedora, entendendo seus elementos comuns e ressaltando a especificidade de cada uma delas que de modo geral apelam para um discurso de senso comum, pouco se preocupando com uma discussão teórica sobre educação como já mencionamos acima.

A pedagogia empresarial, como vimos, não passa de um estágio pré-corporativo, ou seja, um discurso que, ao intentar delinear o possível papel dos pedagogos nas empresas, ou abstrai a realidade das empresas ou abstrai a real dinâmica do mercado, que cada vez mais é alheia a regulamentações e reservas. Isso por um lado. Por outro lado, o que se vê nestes textos é uma entrega total dos serviços pedagógicos para os desígnios do capital, nada mais que um auxiliar, desprezível ademais, no processo de acumulação. Neste caso, caberia ao pedagogo na empresa ser uma espécie de mediador entre os trabalhadores e a “filosofia” da empresa, ou seja, a necessidade de formação específica para a produção.

Já a pedagogia empreendedora parte de outros princípios, embora tenha como base uma leitura da realidade que, a nosso juízo, comete os mesmos equívocos apontados anteriormente, quais sejam, uma leitura que abstrai a realidade e que submete a Pedagogia aos ditames do processo de acumulação do capital. Leitura esta que, no caso específico, não alude à realidade do mercado de trabalho e da impossibilidade de que, sob o capitalismo, todos possam ser beneficiados por este mercado, ou, em outras palavras, esconde o fato de que é da “natureza” da lógica do capital a exclusão do mercado de milhões de trabalhadores.

O empreendedorismo é parte da ideologia capitalista que, sob o período neoliberal, aponta como central a liberdade e a culpabilização individual pelos sucessos e/ou fracassos na vida e no mercado, e, portanto, pela produção da vida. No caso da pedagogia empreendedora, trata-se, não mais, que investir na

geração de pessoas que tenham como horizonte que a sua iniciativa pode mudar sua vida, e que são os sonhos que temos que dão força para que isso se realize. Desde a infância a proposta é incutir o empreendedorismo, para que as novas gerações saibam se localizar e melhor se adaptar à sociedade em constante mudança e cada vez mais competitiva. Ou seja, trata-se de formar pessoas que possam “realizar seus sonhos” de ter uma vida independente de chefes, com seu próprio negócio. O indivíduo empreendedor, da maneira como é proposto pelo senso comum atualmente é apontado como uma saída para crise da falta de empregos e das perspectivas gerais diante das dificuldades de atuais de sobrevivência. O capitalismo já não consegue mais gerar empregos da forma satisfatória, provocando um desespero geral frente a tal realidade. “Os salários caem em toda parte e as condições de trabalho se deterioram rapidamente.” (BASSANI e SILVA, 2007)

Dessa forma o capitalismo precisa-se criar saídas para enfrentar o problema que essa crise impõe, portanto, ao que parece uma das propostas enriquecida e sustentada por um “descaramento ideológico” neoliberal seria a de formar o indivíduo empreendedor que se responsabilize pelo seu sucesso Individual, que queira ser o seu próprio patrão, que saiba lidar com riscos, que tenha iniciativa e seja otimista, curioso, organizado e líder. Vejamos como os autores abaixo descrevem o empreendedor

o candidato estaria pronto para participar, com sucesso quase garantido, do mundo dos negócios. Certo grau de voluntarismo, teimosia, cálculo frio, oportunismo, atualidade, etc, pode “programar” ou “configurar” aquele que se apresenta como “um líder em que todos confiam”. Uma espécie de semi-deus, guru dos negócios, uma figura carismática por excelência, quase um mito. (BASSANI e SILVA, 2007, p.67).

Outra característica desta pedagogia é a imputação ao empreendedor como sujeito social diferenciador, aquele que impulsiona a sociedade, que cria valores, que gera riquezas, que move a economia, enfim. São os empreendedores, nesta concepção, as molas da nova sociedade, assim como foram até agora no desenvolvimento do capitalismo. Esta referência ao

elemento diferenciador, mais uma vez, faz tábula rasa de um elemento fundamental: a geração de riqueza é social, e são os trabalhadores, em sociedade, que a geram. E mais, nega o fato de que a geração de riquezas não se dá na mesma medida de sua socialização, que, ao contrário, é privatizada.

Mas, em geral, o que implica a crítica a estas duas correntes específicas que se autodenominam “pedagogias”? Em primeiro há um elemento específico, que é o fato de que, ambas, estão localizadas no universo do mundo do trabalho, e, portanto, suas “criações” se relacionam com este campo da realidade. A necessidade da crítica, neste caso, é pela tentativa de desmascarar uma concepção do trabalho sob o capitalismo que prescinde da análise do real; que, em seu lugar, cria um mundo à parte, sem a necessidade de referenciar as suas ideias defrontando-as com a realidade do trabalho sob o capitalismo, até porque, caso fizessem isso, seria impossível manter de pé o edifício frágil de suas produções. Portanto, uma questão específica é combater as pedagogias que, ao se aproximarem do mundo do trabalho, produzem explicações ideológicas e distorcidas do real, e, com isso, auxiliando na reprodução deste real.

Duas questões de ordem geral, no entanto, impulsionam esta crítica sumariamente realizada. A primeira é a crítica às pedagogias privatizantes, ou seja, aquelas que produzem no sentido de submeter o campo pedagógico, e a educação em geral, ao projeto do capital. Ao fazerem isso submetem todo o projeto educativo à lógica do capital, e, com isso, não fazem mais que reforçar uma formação alienada e subserviente. Não existe possibilidade de transformação para estas pedagogias, e a educação não é mais que adaptação à realidade.

A segunda questão é que tais ideais, por serem apresentadas de forma cativante, o que é próprio dos discursos de auto-ajuda, têm conquistado corações e mentes de pedagogos e educadores em geral, além de ocupar espaços em escolas da Educação Infantil à Educação Básica e universidades, em currículos de graduação e cursos de especialização e até mestrados e doutorados. Desta forma, trata-se de uma crítica ao campo destas pedagogias,

que pelas características assinaladas ao longo do texto, tendem a reduzir o campo pedagógico ao pragmatismo do mercado, e a formação a mero adestramento.

Nesse sentido, podemos dizer que a educação em um cenário de neoliberal tem como pressupostos a sua mercadorização, ou seja, não se inclui na sociedade de forma histórica, social e política. Portanto não objetiva abordar tais questões e, quando aborda, o faz de maneira fragmentária e superficial, dando ênfase ao individualismo. Podemos dizer que nessa perspectiva o objetivo principal da educação é preparar o aluno para o mercado de trabalho, por meio de uma educação básica destituída de densidade que apenas facilite a vida funcional do indivíduo, ainda que de maneira precária, já que a rotatividade de trabalhadores acontece intensamente em vários setores de produção. O professor, dessa forma, também é um funcionário, cujo treino para facilitar o treinamento de seus alunos é quase suficiente para que desenvolva suas atividades de maneira satisfatória dentro do atual sistema. Isso é nítido e destacado dentro das pedagogias analisadas.

Assim, a educação assume uma forma perversa, ao apregoar que a igualdade de oportunidades está garantida, e, portanto o que importa é os resultados dos esforços individuais, o que muitas vezes, acaba por impedir a reflexão, análise e avaliação do que está sendo proposto pelo processo de ensino e aprendizagem.

Santomé (2003) destaca que com a reestruturação do capital a educação escolar assume destaque na naturalização da existência de uma ligação entre os sistemas educacionais e a produtividade dos mercados, nesse sentido, os sistemas escolares e os professores passam a ser centrais na justificativa de crises e fracassos econômicos e sociais. Para o autor, ao responsabilizar a queda dos níveis educacionais, pelo desemprego e pelos males sociais, os governos e funcionários criam condições para intervir na educação penalizando professores e implantando projetos conservadores e adaptacionistas que terão aprovação por grande parte da população, que neles

encontram maior segurança, isso também funciona como um alibi na diminuição de verbas para a educação.

Nosso intento aqui foi buscar esclarecer essas contradições, contribuir com a reflexão em torno das pedagogias empresarial e empreendedora com vistas à superação dessa tendência atual de formação dos trabalhadores, que se preocupa de maneira central em formar uma mão de obra condizente com as necessidades do capital, e, ainda de desviar a atenção de problemas educacionais que realmente deveriam merecer destaque e atenção por parte dos educadores e de todos aqueles que lutam em prol de uma organização social onde os bens materiais e culturais possam ser propriedade de todos.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria Angélica. **A noção de empregabilidade nas políticas de qualificação e educação profissional no Brasil nos anos 1990**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 3 n. 2, 2005 p.295-330. Disponível em: <http://www.bvseps.epsvj.fiocruz.br/lildbi/docsonline/6/1/316nocoao_de_empregabilidade_artigo.pdf>. Acessado em: 13 de dez. 2013.

ANTUNES, Ricardo « **Desenhando a nova morfologia do trabalho**: As múltiplas formas de degradação do trabalho », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 83 | 2008, colocado online no dia 01 Dezembro 2012, criado a 10 Setembro 2013. URL : <http://rccs.revues.org/431> ; DOI : 10.4000/rccs.431

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

BASSANI, Carolina Lorençato e SILVA, Lucas Frazão. **Evolucionismo**: a face oculta do empreendedorismo. *Brazilian Business Review*. Vol. 4, nº 1. Vitória. ES, Brasil. Jan/abr 2007.

BOBEDA, Alexandre. **Aprendizagem**: porque as máquinas somos nós! Disponível em: <http://webinsider.com.br/2004/01/22/aprendizagem-porque-as-maquinas-somos-nos/>

CÊA, Georgea Sobreira dos Santos. **Empreendedorismo e Educação**: Problematizando intentos e resultados. Amped Sul, 2008.

DA MATA, KLEIN e SILVA, **Ontologia do trabalho e trabalho alienado**: a psicologia histórico-social e a formação do trabalhador. *Revista eletrônica Arma da Crítica*. Ano 2: número especial/dez 2010.

DOLABELA, Fernando. **A ponte mágica**: como Luísa, aos 11 anos cria sua primeira empresa para realizar seu sonho. São Paulo: Mirian Paglia Editora de Cultura, 2004.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2006.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Editora de Cultura, 1999.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia empreendedora**: O ensino de empreendedorismo na educação básica. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

DOLABELA, Fernando. Entrevista: **Pedagogia empreendedora**. Revista de Negócios, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 127-130 abril/junho 2004.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo**: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DREWINSKI, Jane Maria de Abreu. **Empreendedorismo**: O discurso pedagógico no contexto do agravamento do desemprego. 2009. 157 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e Espírito Empreendedor (entrepreneurship)**: prática e princípios; tradução de Carlos Malferrari. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

DUARTE, Newton. **A individualidade para si**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1993.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?**: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o aprender a aprender**: crítica as apropriações neoliberais e pos-modernas da teoria Vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

ENGELMANN, Ivone. **Terapia do riso**. Revisão: Cida Meira e Harry Walendy Netto.

ENGELS, Friederich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Escrito em 1876, 1ª Ed. Neue Zeit, 1896. Edição soviética de 1952, de acordo com o manuscrito, em alemão. Traduzido do espanhol por José Braz para Marxists Internet Archive, 2004.

FONSECA, Marília Saldanha da. **A pedagogia na empresa**: sua origem, seus caminhos. Revista Científica . Universidade Barra Mansa – UBM, n.17, p.57, jul.2007.FURLAN. <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABskUAC/atuacao-pedagogo-na-empr - 71k ->

GRAMSCI, Antônio. **Americanismo e fordismo**. In: _____. Maquiavel, a política e o Estado moderno. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1988. p. 375-413.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRECO, Myrian Glória. **O pedagogo empresarial**. Pedagogia em foco. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[HTTP://www.pedagogiaemfoco.pro.br/jovens01.html](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/jovens01.html)> acesso em: 09 de maio de 2003.

HAYEK, Friedrich August Von. **Desemprego e política monetária**. Tradutor: Francisco Leme. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

HAYEK, Friedrich August Von. **O caminho da servidão**. Tradutor: Anna Maria Capovilla. 4 ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

HOLTZ, Maria Luiza M. “**Lições de pedagogia empresarial**”. MH Assessoria Empresarial Ltda., Sorocaba SP. Disponível em<http://www.mh.etc.br/documentos/licoes_de_pedagogia_empresarial.pdf>.

JORGE, Tiago Antônio da Silva. **A empregabilidade como conceito central da qualificação profissional**: uma análise a a partir do planfor e do PNQ.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

LOPES, Izolda (org.). **Pedagogia Empresarial**: formas e contexto de atuação. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen** marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Tradução: Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 9 ed. Ver. E ampl. São Paulo: Cortez, 2009.

MARTES, Ana Cristina Braga. Weber e Schumpeter – **A ação econômica do empreendedor**. Revista de Economia Política, vol. 30, n.2 (118), pp.254-270, abril-junho/2010.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. 2ª ed., traduzido do alemão por José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. & ENGELS **Manuscritos econômico-filosóficos**. Disponível em: [http://www.ufg.br/uploads/files/Trabalho_alienado - Karl Marx.pdf](http://www.ufg.br/uploads/files/Trabalho_alienado_-_Karl_Marx.pdf) Acesso em: 10/08/2013.

MARX, K. & ENGELS, **Manuscritos econômicos-filosóficos**, traduzido por Jesus Ranieri São Paulo, Boitempo editorial, 2004.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MELO, Alessandro de. **O projeto pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a educação básica nos anos 2000**. 2010. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MICHEL, Murilo e GOMES. **A utilização do programa de Qualidade Total (TQC):** Conceitos e Aplicabilidades nas Organizações na Era da Informação. Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis – ISS:167-38 – ano II – n03 – maio de 2004 – periódico semestral.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Micro empresa na era da globalização**: uma abordagem crítica. São Paulo: Cortez, 1999.

MORAES, Maria Célia M. de Moraes. **Recuo da teoria**: Dilemas na pesquisa em Educação. Revista Portuguesa em Educação, ano/vol. 14, número 001. Universidade de Minho, Braga, Portugal. PP. 7-25.

MORRETTO, Vasco Pedro. **Construtivismo** – a produção do conhecimento em sala de aula. Editora: DP&A/ Lamparina, 2003.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

NICHETTI, Maria Aparecida de Oliveira. **Pedagogia Empresarial tendências e perspectivas de atuação do pedagogo e transformação social.** I Congresso de Educação UNIPAN Desafio da Formação Humana.

PREVIDELLI, José; SELA, Vilma Meurer (orgs). **Empreendedorismo e educação empreendedora.** Maringá: UNICORPORE, 2006.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências e a psicologização das questões sociais.** Boletim do SENAC. Disponível em: HTTP: // [www.senac.br/informativo/ BTS/273/boltec_273c.htm](http://www.senac.br/informativo/BTS/273/boltec_273c.htm). Acesso em: 26/08/2013

REFERENCIAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 2002.

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

ROSSLER, João Henrique. **Sedução e alienação no discurso construtivista.** Campinas, S.P: Autores Associados, 2006.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo.** Tradução: Cláudia Schiling. Porto Alegre: Artemed, 2003.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado.** Tradução: Cláudia Schilling. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

SAVIANI. D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008.

SCHUMPETER. Joseph Alois Schumpeter. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** Berlim, Alemanha, 1964. Tradução de Maria Silvia Possas. Editora Nova Cultural, 1997.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS; DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTÁTISTICA E ESTUDOS SÓCIO ECONOMICOS. **Anuário do Trabalho e Pequena Empresa.** 2 ed. Brasília, DF: DIESSE, 2008.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.